

Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez “PNC” (2017 - 2022)



INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE



E DAS ÁREAS PROTEGIDAS



Março 2017

Serifo Embalo

Ministro do Ambiente e do Desenvolvimento Duravel

Alfredo Simão Silva

Director do Instituto da Biodiversidade e das Areas Protegidas da Guiné-Bissau

Queba Quecuta

Director do Parque Nacional de Cantanhez

Representante de Conselho de Gestão do Parque

3ª edição: 2017

Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas de Guiné Bissau

Avenida Dom Settimio Arturo Ferrazzetta. Caixa Postal 70 Bissau - República da Guiné-Bissau, Bissau

Telefone: (00245) 2071 06 Tel. (245) 320 71 06/07

República da Guiné-Bissau

Telf (00245) 2071 06 / 07

ibap@gtelecom.gw

<http://www.ibap-gbissau.org>

0. SUMARIO EXECUTIVO

O presente documento apresenta o *Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez*, que é um importante documento para assegurar a conservação da biodiversidade do Parque assim como a partilha equitativa dos seus recursos para todos os residentes do Parque. Este documento é igualmente um contributo para a implementação dos objectivos da Lei-Quadro das Áreas Protegidas.

A elaboração do documento foi coordenada e orientada pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) através da Célula de estudos Ambientais e Tecnologias Aplicadas (CEATA) e contou com a participação da Direcção do Parque, das comunidades residentes do Parque e fora deste, organizações não-governamentais, e várias individualidades interessadas na conservação e uso sustentável da Diversidade Biológica na Guiné-Bissau.

O documento aqui apresentado apresenta acções para que seja possível, a longo prazo, incorporar nas políticas e programas de desenvolvimento, medidas para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica e a distribuição justa e equitativa dos recursos biológicos em benefício de toda a comunidade do Parque. Essas acções deverão ser desenvolvidas de forma integrada pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas com o apoio da sociedade civil, sector privado e outros parceiros nacionais e internacionais.

A aprovação deste Plano de Gestão é igualmente uma demonstração da vontade política do Governo da Guiné-Bissau em cumprir com as recomendações nele contidas. A importância que este documento assume é evidente na transversalidade das acções propostas e na multidisciplinaridade das áreas estratégicas nele abordado.

Devido ao seu contributo para o alcance do desenvolvimento sustentável, a implementação do Plano de Gestão é uma prioridade do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, que de forma faseada e em parceria com outros organismos e instituições irá garantir que os seus objectivos sejam transformados em actividades práticas. Não obstante este Plano de Gestão apresentar, de forma detalhada, acções devidamente priorizadas, temporizadas e resultados esperados claros, a sua implementação será um grande desafio para o IBAP. Desta forma e assumindo que ainda há muito por fazer para assegurar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do Parque, são definidos eixos prioritários. Para facilitar o processo de implementação do Plano estas prioridades são agrupadas em áreas estratégicas, cada uma das quais com os seus objectivos específicos.

É nossa aspiração que estas áreas estratégicas se complementem na prossecução do objectivo global do Plano. Para tal, a divulgação do Plano é uma das primeiras acções que o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas deve implementar. Outras acções em fase de implementação pelo Instituto e que estão relacionadas com as actividades propostas do Plano incluem, entre outros, um projecto de conservação.

O documento contém 3 Partes, agrupadas em 7 Seções, nomeadamente:

A Parte I faz referência ao **Diagnóstico e Principais Desafios**, tendo como **Seção 1** - Informações gerais, **Seção 2** - Caracterização do Parque Nacional de cantanhez e **Seção 3** - Ameaças, Conflitos de Interesse e Principais Desafios;

A Parte II se dedicou ao próprio **Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez**, abrangendo a **Seção 4** - sobre a Visão Política e Estratégias da Implementação do Plano de Gestão, **Seção 5** - sobre a Zonagem Ambiental /Limites e as directrizes Específicas de Conservação e **Seção 6** - no que se refere aos Programas Específicos para Implementação do Plano de Gestão;

Enquanto a Parte III se debruça sobre os **Procedimentos de Monitoria, Seguimento e Avaliação**, abarcando a **Seção 7** - que fala do Plano de Negócio e Sistema de Monitoria e Avaliação.

0. SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Acção para o Desenvolvimento
AMPCIU	Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok
APs	Áreas Protegidas
IBAP	Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas
CEATA	Célula de estudos Ambientais e Tecnologias Aplicadas
DBT	Complexo Dulombi, Boé e Tchetché
DGFC	Direcção Geral das Florestas e Caça
EAP	Estratégia de Assistência ao País
GEF	Global Environment Facility
GPC	Gabinete de Planificação Costeira
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
IRA	Infecções Respiratórias Agudas
MDRA	Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura
ONG	Organismo Não Governamental
PEA	População Economicamente Activa
PNC	Parque Nacional de Cantanhez
PNLC	Parque Natural das Lagoas de Cufada
PNMJVP	Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão
PNO	Parque Nacional das Ilhas de Orango
PNTC	Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu
POL's	Parceiros Operacionais Locais
PRCM	Programa Regional de Conservação Marinha
RBABB	Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós
RENAP	Rede Nacional de Areas Protegidas
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
UNESCO	Programa das Nações Unidas para a Educação e Cultura
UICN	Organização Internacional para a Conservação da Natureza
USB	Unidades de Saúde de Base
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
WCMC	World Conservation Monitoring Center
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

FIGURAS /IMAGENS

- Figura 1** - Exemplar de primatas “Fatango” (*Procolobus badius temmincki*), e Macaco-Cão (*Papio cynocephalus papio*)
- Figura 2** - Floresta densa de Lautchande
- Figura 3** - Savana arborizada
- Figura 4** - Mangal de Avicénia africana
- Figura 5** - Palmar misto
- Figura 6** - Pomar de caju
- Figura 7** - Infra-estrutura rodoviária e portuária na área do Parque
- Figura 8** - Escola na área do Parque
- Figura 9** - Unidade de Saúde de Base
- Figura 10** - Prensa de óleo de palma
- Figura 11** - Unidade de processamento e embalagem de óleo de palma
- Figura 12** - Unidade de transformação de cereais, raízes e tubérculos
- Figura 13** - Projecto de prospecção e conservação das variedades tradicionais de arroz de mangal
- Figura 14** - Costa litoral do Parque, Rios Cumbija e Cacine
- Figura 15** - Depósitos vasosos e fluviais” ao longo das rias do litoral do Parque
- Figura 16** - Carta de Solos do Cantanhez (adaptada de Anginot, 1988)
- Figura 17** - Exemplar duma planta de *Guibourtia copalifera* (pau-ferro) na Mata de Canamine e outras espécies
- Figura 18** - M’pampam e exploração de recursos florestais (madeira e cibe)
- Figura 19** - Chimpanzé na área do Parque
- Figura 20** - Pesca nas águas do Parque
- Figura 21** - Zonagem funcional do Cantanhez
- Figura 22** - Bolanha de água salgada
- Figura 23** - Desmatção para fins agrícolas /cultura de arroz de sequeiro
- Figura 24** - Encontros com as populações residentes do Parque

MAPAS

- Mapa 1** – Sistema Nacional das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau
- Mapa 2** - Localização do Parque Nacional de Cantanhez
- Mapa 3** - Localização de tipo de infra-estruturas escolares
- Mapa 4** - Localização de tipo de infra-estruturas sanitárias
- Mapa 5** - Zonagem e Regras de pesca nos rios Cacine e Cumbijã
- Mapa 6** - Proposta de Zonagem do Parque Nacional de Cantanhez

QUADROS/TABELAS

- Quadro 1** - Principais Maciços Florestais do Parque de Cantanhez
- Quadro 2** - Distribuição da pluviometria no Sector de Bedanda nos anos 2005, 2006 e 2007
- Quadro 3** - Eixos prioritários para Sub-Componente Conservação e Utilização Racional do Cibe nas Matas de Cadique e Lauchande
- Quadro 4** - Eixos prioritários para Sub-Componente de Restauração Ecológica
- Quadro 5** - Eixos prioritários para Sub-Componente Monitoria e Seguintos dos Recursos Naturais
- Quadro 6** - Eixos prioritários para Sub-Componente de Investigação e Cooperação Científica
- Quadro 7** - Classes de usos na área protegida
- Quadro 8** - Eixos prioritários para Sub-Componente de Uso Publico
- Quadro 9** - Eixos prioritários para Sub-Componente Administração, Protecção e Vigilância
- Quadro 10** - Eixos prioritários para Sub-Componente Capacitação
- Quadro 11** - Eixos prioritários para Sub-Componente Recreação
- Quadro 12** - Eixos prioritários do Programa de Infra-estruturas Sociais para o Parque Nacional de Cantanhez
- Quadro 13** - Eixos prioritários para Sub-Componente Iniciativas de Apoio ao Desenvolvimento local
- Quadro 14** - Eixos prioritários para Sub-Componente Educação Ambiental
- Quadro 15** - Eixos prioritários para Sub-Componente Conservação de Habitats e Espécies
- Quadro 16** - Eixos prioritários para o Programa de Sensibilização e Comunicação do Parque Nacional de Cantanhez
- Quadro 17** - Eixos prioritários para Sub-Componente Seguimento e Avaliação

AGRADECIMENTOS

A participação e a colaboração da Direcção do parque Nacional de Cantanhez sediada em Iemberem na pessoa do seu Diretor Engenheiro Queba Quecuta e de todos os residentes do Parque na recolha de informações úteis e indispensáveis ao processo de elaboração; sem sombra de dúvidas foram as facilidades concedidas, sem as quais, não teria sido possível a elaboração deste documento tão importante para a gestão desta riquíssima área protegida cuja importância ultrapassa as fronteiras nacionais.

Assim agradece-se a todos aqueles que contribuíram directa ou indirectamente para a actualização deste Plano, em especial às populações residentes de Cantanhez, Cabedu, Ilheu de Melo, Canameni, Amidara, Lautchande, Cadique (Nalu, Iala e M!Bitna), Cam Cote, Catesse, Daressalam, Cambeque, Sala M!Ghaure, M!Ghadur, Cafal e de todas outras Tabancas que compõem o Parque.

Assim como se agradece a todos os Serviços, Instituições, Individualidades e Colectividades contactados para a recolha de informações no quadro da actualização do mesmo Plano, Delegacias (Agricultura, Florestas e Fauna, Obras Públicas, Saúde, Educação, Cadastro, Plano, Pecuária, Capitánias e Portos, Pescas), Associações/ONGs, etc.

Ao Governador da Região de Tombali e aos Administradores dos Sectores de Bedanda, Cacine e Quebo, agradece-se especialmente a colaboração prestada à equipa durante as missões nesta Região e Sectores que abrangem na sua totalidade o Parque.

Aos Régulos e aos seus Representantes, aos Chefes e Comités das Tabancas da área do Parque.

Ao Poder Tradicional local e Religioso (Muçulmanos, Católicos e Animistas) do Parque.

A todos os Guardas Comunitários do Parque e aos Membros do Conselho de Gestão do Parque que tiveram um papel especialmente importante na consecução dos objectivos propostos.

Ao Director do Parque, Senhor Queba Quecuta, ao Responsável local de AD, Senhor Abubacar Serra e a Presidente do agrupamento Raça Banana, Senhora –Nhonho Djatara os quais para além, da sua contribuição no ponto de vista técnico, não pouparam esforços para um funcionamento ordenado e planificado da logística dos trabalhos no terreno e não só.

A Equipa de actualização do Plano está grata por todo o empenhamento e pela hospitalidade e ajuda em trabalhos de campo no Parque.

À Rádio Comunitária lampara _____ e à sua Direcção e se Pessoal pela oportunidade dada à equipa de actualização do Plano na utilização da sua antena na divulgação da sua missão à toda população residente e não residente do Parque.

Aos Senhores Hermenegildo Calipe Sanca e N'Sande Saiat, - Motoristas do IBAP e da Bio Guiné, pela excelente e pontual assistência em termos de transporte e entre outros.

Por fim se agradece ao IBAP, à UICN, ao GPC, ao INEP, às Direcções Gerais do Ambiente e das Florestas e à Direcção do Parque pela bibliografia cedida.

EQUIPA TECNICA

Coordenação – Centro de Estudos Ambientais e Tecnologias Aplicadas (CEATA)/INEP
(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)

- ⇒ **Daniel Rodrigues**, Agronomo
- ⇒ **Júlio Soares**, Engenheiro Zootécnico, Técnico do Gabinete de planificação Costeira
- ⇒ **Herculano da Silva Nhaga**, Geógrafo, Técnico do Gabinete de planificação Costeira/SIG
- ⇒ **Queba Quecuata**, Engenheiro Florestal, Director do Parque
- ⇒ **Yanik Vieira**,
- ⇒ **Saturnino de Oliveira**, Economista
- ⇒ **Artimisa Martins**,

Índice

1. INTRODUÇÃO	13
2. ANTECEDENTES /CONTEXTO	14
PARTE I: DIAGNOSTICO E PRINCIPAIS DESAFIOS	16
SEÇÃO I. INFORMAÇÕES GERAIS	16
1.1. REDE NACIONAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS	16
1.2. INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS	18
1.3. ESTRATÉGIA DO IBAP (2014-2020).....	19
1.4. OBJECTIVOS ESTRATEGICOS DO IBAP.....	20
1.5. CONTEXTO, CONVENÇÕES E COMPRIMISSOS INTERNACIONAIS	21
1.6. O PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ (PNC)	23
1.6.1. PRINCIPAIS MARCOS DO SEU PROCESSO DE CRIAÇÃO.....	23
1.6.2. LOCALIZAÇÃO E LIMITES	24
1.6.3. OS OBJECTIVOS DA CRIAÇÃO	25
1.6.4. CONTEXTO FUNDIÁRIO E REGULAMENTAR.....	25
1.6.5. EVOLUÇÃO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO DO SOLO	28
1.6.5.2. Maciços Florestais do Parque de Cantanhez	31
1.6.6. GOVERNANÇA, POLITICA INTERNA, ESTRUTURA DE GESTÃO E PRINCIPAIS ACTIVIDADES.....	33
1.6.7. INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS.....	35
1.6.8. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DE DESENVILVIMENTO	39
SEÇÃO II: CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ	43
2.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA, HIDROLOGIA E CLIMA.....	43
2.2. FORMA DE RELEVO E A SUA DINAMICA.....	45
2.3. PATRIMONIO GEOLOGICO.....	46
2.4. CARACTERÍSTICAS BIOLÓGICOS E ECOLÓGICAS.....	47
2.4.1. FLORA E FORMAÇÕES VEGETAIS.....	47
2.4.2. A FAUNA E A DIVERSIDADE FAUNÍSTICA.....	49
2.4.3. HABITAT E PROCESSOS ECOLOGICOS.....	53
2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	53
2.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO UTILIZADORA DOS RECURSOS NATURAIS	54
2.5.2. REGIME DE PROPRIEDADE E DIREITO DE ACESSO AOS RECURSOS	58
2.5.3. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E USOS DOS RECURSOS NO INTERIOR DO PARQUE.....	59
2.5.4. PERCEPÇÃO E PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO PARQUE	61
2.6. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E VALORIZAÇÃO DO ASPETO CULTURAL	62
2.6.1. REPRESENTAÇÕES CULTURAIS.....	63
2.6.2. CONHECIMENTO /SABER TRADICIONAIS LOCAIS	64
2.6.3. VALOR DO PATRIMÓNIO NATURAL CULTURAL PAISAGISTICO, ARQUIOLÓGICO E SOCIOECONÓMICO	64
2.6.4. ATIVIDADES SOCIOECONÓMICAS NO PARQUE E ZONAS ADJACENTES	65
SEÇÃO III: AMEAÇAS, CONFLITOS DE INTERESSE E PPRINCIPAIS DESAFIOS.....	67

3.1. PRINCIPAIS AMEAÇAS, CONFLITOS DE INTERESSE	67
3.1.1. AS QUEIMADAS	67
3.1.2. EXPANSÃO DAS ÁREAS DE PLANTAÇÃO DE CAJUEIROS	67
3.1.3. PRESSÃO SOBRE “ESSENCIAS MADEIREIRAS, CIBES E PALMEIRAS “	68
3.1.4. DIMINUIÇÃO DAS ÁREAS DE FREQUENCIAS E DE NIDIFICAÇÃO DA FAUNA E DA AVIFAUNA	70
3.1.5. CAÇA FURTIVA E DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PRIMATAS	70
3.1.6. CAÇA E CAPTURA DE ESPÉCIES PROTEGIDAS E/OU AMEAÇADAS	71
3.1.7. PRESSÃO PARA O ACESSO AO ESPAÇO DE PESCA NO INTERIOR DO PARQUE	71
3.2. CONFLITOS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO E USO DOS RECURSOS DO PARQUE	72
3.2.1. CONFLITOS ENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE E A ESTRUTURA DO PARQUE	72
3.2.2. CONFLITOS EM TORNO DOS RECURSOS HALIÊUTICAS	73
3.2.3. CONFLITOS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO DE CIBE	73
3.2.4. CONFLITOS COM CAÇADORES RESIDENTES E NÃO RESIDENTES	74
3.2.5. CONFLITO COM OS OPERADORES TURÍSTICOS E TURISTAS	74
3.2.6. CONFLITOS INSTITUCIONAIS	75
3.2.7. CONFLITOS POTÊNCIAS RELACIONADOS COM AS PROCURAS FUTURAS	77
3.2.8. CONFLITO DE INTERESSE ENTRE OS ANIMAIS E OS HOMENS (AS CULTURAS)	78
3.3. PRINCIPAIS DESAFIOS	79
3.4. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NA GESTÃO DO PNC	81
PARTE II: PLANO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ	83
SEÇÃO IV: VISÃO POLITICAS E ESTRATEGIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	83
4.1. VISÃO, OBJECTIVOS E PRINCIPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO	83
4.2. JUSTIFICATIVOS PARA A REVISÃO DO PLANO	84
4.3. QUADRO JURIDICO-INSTITUCIONAL	85
4.4. REQUERIMENTO E PRESSUPOSTOS PARA O SUCESSO DO PLANO	87
SEÇÃO V: ZONAGEM AMBIENTAL - LIMITES E AS DIRECTRIZES ESPECÍFICAS DE CONSERVAÇÃO	88
5.1. CRITÉRIO DE ZONAGEM	88
5.2. AS ZONAS: AS CATEGORIAS DE GESTÃO	88
SEÇÃO VI: PROGRAMAS ESPECÍFICOS DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	90
6.1. PROGRAMA ESPECIFICO OPERACIONAIS DE GESTÃO DE RECURSOS	90
6.1.1. SUBCOMPONENTE DE PROTECÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	90
6.1.2. SUBCOMPONENTE DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA	93
6.1.3. SUB-COMPONENTE DE MONITORIA DOS RECURSOS NATURAIS	95
6.1.4. SUB-COMPONENTE DE INVESTIGAÇÃO E COOPERAÇÃO CIENTIFICA	98
6.1.5. SUB-COMPONENTE DE USO PUBLICO	101
6.1.6. SUB-COMPONENTE ADMINISTRAÇÃO E VIGILANCIA	104
6.1.7. SUB-COMPONENTE DE CAPACITAÇÃO	107
6.1.8. SUBCOMPONENTE DE RECREAÇÃO	109
6.1.9. SUB-COMPONENTE DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO	111

6.1.10. SUB-COMPONENTE DE INICIATIVAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	114
6.1.11. SUB-COMPONENTE EDUCACAO AMBIENTAL	116
6.1.12. SUB-COMPONENTE CONSERVACAO DE HABITAS E ESPECIES	119
6.1.13. SUB-COMPONENTE SENSIBILIZACAO E COMUNICACAO	121
6.1.14. SUB-COMPONENTE SEGUIMENTO E AVALIACÃO	124
PARTE III: PROCEDIMENTOS DE MONITORIA, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	126
SEÇÃO VII: PLANO DE NEGOCIO E SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO	126
7.1. RECURSOS (HUMANO E FINACEIRO) PARA O FUNCIONAMENTO DO PNC	127
7.2. FORMAÇÃO/CAPACITRAÇÃO	128
7.4. CONSTRUCOES E INFRA-ESTRUTURAS	129
7.5. PLANO DA MONITORIA /SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DE INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	130
7.6. SISTEMA OPERACIONAL DE AVALIÇÃO ANUAL E FINAL DE PLANO DE GESTÃO	131
7. BIBLIOGRAFIA	132
8. ANEXOS	133
CONCLUSÕES	Erro! Marcador não definido.

1. INTRODUÇÃO

A oficialização do Parque Nacional de Cantanhez (PNC) ocorrida em 19 de Março de 2008, engendrou a necessidade da elaboração do Plano de Gestão, plano com uma vigência de cinco (5) anos cujos conteúdos principais são as estruturas de gestão e os seus principais programas de acompanhamento.

Entretanto, no decorrer desses cinco anos, tem-se notado um aumento pela demanda dos recursos florestais e faunísticos resultado do aumento da população. No entanto, esse aumento da população humana tem causado um aumento da procura dos recursos tanto florestais, como faunísticos, destruição e modificação dos habitats, expansão e intensificação da agricultura. Pois, devido ao nível da pobreza que existe, esta população para suprir as suas necessidades básicas recorre a estas florestas como fonte de alimento e renda criando deste modo uma pressão sobre os recursos florestais e faunísticos existentes na zona. Isto contribuiu para o aumento da pressão exercida sobre a biodiversidade e a sua sobre-exploração.

Hoje passados os cinco anos da vigência do Plano, surge toda uma necessidade de actualizar o mesmo Plano, adaptando-o a nova realidade vivida nas áreas do Parque e arredores.

O método adoptado para a colecta de informações foi o da participação directa das comunidades do Parque, a auscultação dos diferentes parceiros operacionais de desenvolvimento (POL's), seguido de sessões de restituição das informações compiladas.

A equipa técnica de actualização do Plano teve uma estadia no terreno, que permitiu não somente a colecta de informações, como a recolha de dados para a actualização do Plano, valorização dos serviços ecossistémicos, e para o melhoramento da zonagem do Parque, sobre a qual os programas de desenvolvimento se devem basear.

Chama-se a atenção de que, contrariamente aos outros Parques, o PNC foi oficializado sem que se tenha procedido a uma zonagem técnica, mas se prevê uma proposta de um Sistema de Zoneamento do Parque com a existência de três zonas distintas, que posteriormente serão delimitadas em consonância com a população residente.

Antes da missão de terreno, foram recolhidas todas as informações existentes e consultados todos os estudos preliminares feitos em relação ao Parque, assim como se tem consultado o próprio Plano objecto de actualização.

2. ANTECEDENTES /CONTEXTO

Os antecedentes históricos do povoamento do território remontam do Século XVI com a primeira migração Nalu oriundo da República da Guiné Conakry, que partindo desse território, fez uma trajectória para o Leste até Bigine, ponto a partir da qual rumou para o Sul. A população Nalu aumentou significativamente com a segunda e a terceira migrações, que entraram no território cruzando a Ria de Cacine, tendo como ponto de entrada Cacoca. Seguiu-se a invasão Fula e Sossu no Século XIX e a migração Balanta já no Século XX (1928).

As principais actividades económicas dos Nalus são a agricultura de subsistência, baseado no arroz de mpam-pam (sequeiro), a pesca artesanal, a fruticultura perene e a transformação de produtos da pesca e silvícolas (extracção de óleo de palma).

Os Fulas inicialmente tinham como actividade principal a criação do gado e a caça, transformando-se depois em agricultores do planalto, com culturas anuais de subsistência e mais tarde fruticultores e comerciantes.

Os Balantas fundamentalmente são orizicultores, dominando as técnicas de produção do arroz de mangal, técnica transmitida aos Nalus e Sossus.

A área de Cantanhez sempre mereceu uma atenção especial por parte da população e comunidades que a habitam, conscientes de valor patrimonial que representam os diferentes ecossistemas e a diversidade biológicas existentes, dos factores históricos que classificam a zona como **‘Berço da Luta de Libertação Nacional**, além duma consciência de que a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes está intrinsecamente ligado a existência desses ecossistemas e dessa biodiversidade.

Estas preocupações foram sintetizadas por Agra Filho e Oswaldo Viegas na sua definição de Gestão Ambiental, que **considera** as **interacções humanas** com sistema natural desenvolvem-se essencialmente pelas formas e condições de ocupação de território, da apropriação dos recursos naturais e da organização social adoptadas para a satisfação das suas necessidades, consoante os padrões de consumo de cada sociedade.

As primeiras preocupações ambientalistas em relação a Cantanhez remontam de 1985, altura da sua classificação como Reserva de Caça pela Direcção Geral das Florestas e Caça (DGFC).

Com a criação da Comissão Nacional de Ambiente em 1994, foi a primeira zona do País a institucionalizar uma estrutura da Comissão, com a criação da Comissão Sectorial do Ambiente, com apoio de forças vivas locais e das organizações da sociedade civil engajadas em projectos de desenvolvimento.

Estudos conduzidos pelo Gabinete de Planificação Costeira (GPC), a UICN e outras entidades internacionais interessadas na protecção desse valioso património nacional, determinaram a sua classificação como um dos nove sítios naturais mais importantes do mundo em **termos** da biodiversidade, de acordo com a World Conservation Monitoring Center (WCMC) sob a denominação **“Bacia do Rio Cacine e o Rio Cumbija”**.

A existência de espécies emblemáticas únicas no País, valoriza sobremaneira o património da zona, caso dos búfalos de Cabo (*Syncerus cafer cafer*), o búfalo da floresta (*Syncerus cafer nanus*), do pau-ferro (*Guibourtia Copalifera*), da tagarra (*Alstonia Congensis*), e de muitas outras espécies, dentre as quais o elefantes africano (*Loxodonta Africanus*), além dum grupo de primatas dos quais se destacam o chimpanzé (*Pan troglodites*), os macacos fidalgos (*Colobus polikmos e Colobus badius*).

Os factores mais importantes e determinantes para a instituição da zona de Cantanhez como Parque, são a existência de uma vontade política, o engajamento comunitário e dos diversos parceiros de desenvolvimento, todos interessados na consecução do objectivo “**Parque Nacional**”.

A conservação e uso sustentado dos ecossistemas costeiro e marinho foram identificados como uma das prioridades na Estratégia e Plano Nacional de Acção para a Biodiversidade.

PARTE I: DIAGNOSTICO E PRINCIPAIS DESAFIOS

SEÇÃO I. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. REDE NACIONAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Depois de 1996, após a criação e o reconhecimento pela UNESCO da **Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB)**, a Guiné-Bissau deu passos importantes e significativos no domínio da conservação dos seus ecossistemas e da sua biodiversidade, **com a aprovação e publicação da Lei-quadro das Áreas Protegidas** (decreto lei nº 3/97) e **com a criação de cinco áreas protegidas reconhecidas pelo Governo, com estatutos apropriados e órgãos adequados de gestão: os Parques Nacionais do Grupo das Ilhas de Orango e Marinho de João Vieira e Poilão** (decreto lei nº 11/2000 e 6-A/2000), os Parques Naturais dos Tarrafes do Rio Cacheu e das Lagoas de Cufada (decreto lei nº 12 e 13/2000) e a **Área Marinha Protegida Comunitária nas Ilhas de Formosa, Nago e Chediã/Urok** (decreto lei nº 9/2005), e com a oficialização do **Parque Nacional de Cantanhez** em 19 de Março de 2008, habitat das últimas formações vegetais sub-húmidas e de uma grande diversidade biológica, tanto animal como vegetal.

Atualmente, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) cobre uma superfície total de cerca de 470.000 ha, ou seja, cerca de 15% do Território Nacional, encontrando-se sob a responsabilidade administrativa do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). Dois terços da superfície protegida correspondem a espaços marinhos ou estuarinos.

As Áreas Marinhas Protegidas e as zonas de pesca regulamentada estão no centro das preocupações do IBAP e de outras instituições da sub-região, agrupadas no âmbito de uma Parceria Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha na África Ocidental (PRCM). Estas áreas desempenham um papel central na reprodução e regeneração dos stocks de peixes, camarões e moluscos, garantindo a sustentabilidade da exploração destes recursos estratégicos.

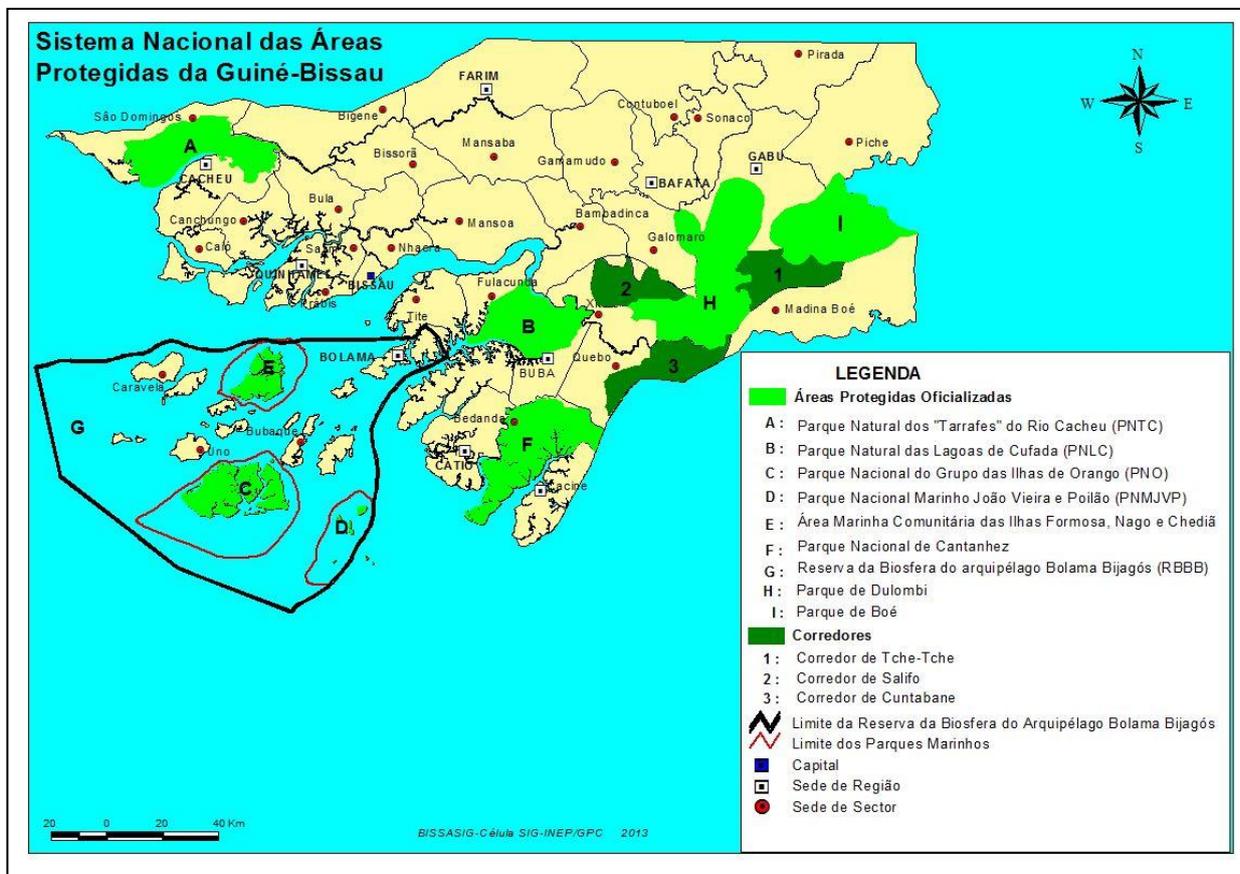
A Rede das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau conta atualmente com seis Parques Marinhas e Costeiros, estando em curso o processo de expansão para 26,3% do território nacional através do "Projeto de Apoio a Consolidação de um Sistema de Áreas Protegidas na Faixa Florestal da Guiné-Bissau", que visa à criação de cinco novas Áreas Protegidas, no complexo Dulombi, Boé e Tchetché (DBT). Estas novas áreas a serem criadas, conservam valores da biodiversidade de importância rara, como por exemplo, os chimpanzés e as florestas guineenses sub-húmidas, com elevados potenciais de desenvolvimento, nomeadamente no setor de turismo (ecoturismo).

As Áreas Protegidas da Guiné-Bissau são:

- Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós (RBABB)
- Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok (AMPCIU)
- Parque Nacional de Cantanhez (PNC)
- Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP)
- Parque Nacional das Ilhas de Orango (PNO)
- Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC)
- Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (PNTC)
- Parque Nacional de Dulombi
- Parque Nacional de Boé

A conservação através da RENAP é um processo de participação que deve contar com objectivos e metas claras. Este Plano de Gestão será entregue aos cidadãos nacionais, pescadores, prestadores de serviços, organismos privados e autoridades, para que de maneira conjunta e coordenada se cumpram com os objectivos de conservação deste parque tão importante para a diversidade biológica.

Mapa 1 – Sistema Nacional das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau



1.2. INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS

O Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas é uma instituição nacional com mandato para gerir a biodiversidade e as Áreas Protegidas (APs) da Guiné-Bissau.

Tutelado pelo **Ministro** encarregue do Ambiente, este estabelecimento tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e por isso tem capacidade para desenvolver políticas e normas relacionadas com a conservação da biodiversidade e das APs.

Criado em 2004, o IBAP tem a responsabilidade de proteger e gerir a Biodiversidade da Guiné-Bissau, através do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) e para isso, foram definidos três objetivos:

1. Promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade;
2. Apoiar a criação e a gestão das Áreas Protegidas;
3. Favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais.

Trata-se de uma instituição pública dotada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O IBAP concentra as suas actividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspectiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável.

Na sua planificação estratégica o IBAP formulou a sua visão como se segue:

“A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras”. Esta visão permitiu precisar a missão do IBAP: **“Gerir de forma participativa e eficaz as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional”.**

Nesta sua visão o IBAP trabalha na consolidação da rede das áreas protegidas através de proposição de criação de novas áreas protegidas, uma concertação alargada aos diferentes autores concernentes e a implementação de estratégias comuns no domínio de interesse **partilhados** pelas diferentes áreas protegidas da rede nacional. A elaboração e a implementação do Plano de Gestão e de instrumentos jurídicos e regulamentares são privilegiados. O IBAP tem em conta as necessidades concernentes ao reforço de capacidades e de parcerias institucionais com os serviços técnicos nacionais (Florestas e Fauna, Agricultura, Pesca, Turismo, Comunidades Locais, etc.) e favorecer uma interligação regional e internacional.

IBAP facilita estudos científicos em serviço da conservação da biodiversidade é priorizado e em termos gerais promove a melhoria de conhecimentos e de seguimento das espécies ameaçadas, emblemáticas ou de importância económica e a promoção de uma pesquisa e de comunicação científica sobre os ecossistemas e da biodiversidade.

Para cumprir com sua missão o IBAP reforça à todos os níveis (institucional, recursos humanos e financeiros, etc.) de forma a relevar os desafios no domínio da conservação, da biodiversidade e da gestão das áreas protegidas. Ele contribui para a integração da gestão do ambiente, dos habitats, dos processos ecológicos e da diversidade biológica na formulação das

políticas sectoriais do País. Neste contexto, o IBAP desenvolve planos de gestão para todas as áreas protegidas debaixo do seu mandato em conjunto com os parceiros que desejam contribuir para a gestão das áreas protegidas e a biodiversidade na Guiné-Bissau.

1.3. ESTRATÉGIA DO IBAP (2014-2020)

A Guiné-Bissau tem enormes carências de desenvolvimento, a maior parte da sua população vive no limiar da pobreza e o país praticamente não tem fontes de divisas que decorram da indústria, do sector mineiro ou de serviços prestados ao exterior.

No entanto, a Guiné-Bissau é um país rico, em termos de recursos naturais renováveis, e é graças a eles (peixe, moluscos, frutos, etc.) e aos serviços prestados pelos ecossistemas que a população obtém uma segurança alimentar considerável, mesmo nos tempos de instabilidade política e militar.

Algumas das fontes principais de divisas são, também elas, ligadas aos recursos naturais, como a venda de licenças de pesca ou a exportação de produtos florestais. O rico património natural, com valores de biodiversidade de relevância mundial, também projeta o país na cena internacional, atraindo apoios para a conservação e para o desenvolvimento sustentável, e tem potencial de vir a servir de base para uma indústria eco-turística.

Conscientes destas realidades, os sucessivos Governos da Guiné-Bissau têm desenvolvido, em parceria com ONG's e doadores internacionais, programas de ordenamento e gestão racional dos recursos, desde há algumas décadas de anos. Foi neste quadro que se criou oficialmente um Sistema Nacional das Áreas Protegidas, incluindo diversos Parques Nacionais e Naturais, cujo papel principal consiste em conservar os valores de biodiversidade de relevância internacional, contribuir para uma gestão racional dos valiosos recursos renováveis e promover um desenvolvimento sustentável e equitativo, baseado em processos de gestão participativa. Em particular, as áreas marinhas protegidas têm um papel fundamental na gestão dos stocks e das zonas de reprodução de peixes, camarões e moluscos, favorecendo a totalidade da zona costeira e garantindo a sustentabilidade da pesca artesanal e da pesca industrial.

O Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, instituto do Estado, com autonomia administrativa e financeira, foi mandatado para zelar pelas áreas protegidas e pela conservação da biodiversidade. No entanto, esta instituição depende ainda em grande medida de apoio a projetos de duração limitada e para além disso, ainda carece de maior vulgarização do seu papel no quadro institucional do país.

1.4. OBJECTIVOS ESTRATEGICOS DO IBAP

Os objetivos estratégicos e as atividades do IBAP se agrupam em torno de três grandes eixos.

1º Eixo - Reforço Institucional do IBAP

Visa garantir o reconhecimento jurídico e prático do papel do IBAP, enquanto peça essencial dos sistemas nacionais de gestão dos recursos renováveis. Diz também respeito ao financiamento durável do IBAP, nomeadamente através da criação de uma Fundação suportada por um "endowment fund", para além da procura de outros mecanismos de financiamentos complementares.

2º Eixo - Reforço da gestão dos recursos nacionais e das Áreas Protegidas

Centra-se no melhoramento da gestão das AP's e na promoção de ações de desenvolvimento sustentável.

Trata-se de promover a gestão participativa, envolvendo todas as partes interessadas; elaborar e aprovar planos de gestão para cada AP; implementar um zoneamento rigoroso com zonas de preservação estrita e áreas de desenvolvimento durável; garantir uma sinalização e uma fiscalização eficaz; investir na formação dos quadros do IBAP; identificar os custos de oportunidades perdidas e os impactos da fauna selvagem nas populações; apoiar as ONGs e as comunidades locais que desenvolvem iniciativas de desenvolvimento sustentável (nomeadamente o ecoturismo); discriminando positivamente os mais fracos e desfavorecidos.

Finalmente, o desenvolvimento de atividades com vista a expansão do sistema nacional das AP's, quer através da classificação de novas áreas, quer através de estudos preliminares que identifiquem zonas de elevado interesse para futuras iniciativas.

3º Eixo - Conhecimento e valorização da biodiversidade

Este eixo se centra essencialmente, no conhecimento da biodiversidade e dos processos naturais e sua exploração pelo Homem.

O IBAP adotou uma estratégia de intervenções criteriosas, baseadas num sólido conhecimento científico das realidades. A monitorização ambiental, focada em espécies ou habitats sensíveis e emblemáticos desempenhará um papel central na avaliação objetiva dos impactos e resultados das intervenções. Esta avaliação é um elemento chave da estratégia em causa.

As espécies e habitats considerados prioritários serão, sempre que adequado, alvos de planos de ação e medidas específicas. A divulgação dos conhecimentos será feita, de modo diferenciado, ao nível dos decisores, ao nível de todas as partes interessadas na gestão das AP's e ao nível da população em geral.

1.5. CONTEXTO, CONVENÇÕES E COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Não obstante a Guiné-Bissau ser um país de tamanho pequeno, a sua biodiversidade é de relevância mundial. Os compromissos assumidos pelo país relativamente à preservação da biodiversidade deverão ser honrados, a bem da projecção da nação na comunidade internacional. Por seu lado, os parceiros do mundo desenvolvido têm a obrigação moral de apoiar, com recursos técnicos e financeiros, as iniciativas de conservação da nação guineense.

No quadro dos objectivos da Estratégia de Assistência ao País (EAP) do Banco Mundial, a República da Guiné-Bissau beneficiou de um crédito que lhe permite reforçar de uma forma global a capacidade de gestão dos ecossistemas e espécies significativas de acordo com o Programa Operacional 2 do Global Environment Facility (GEF), permitindo as agências governamentais e os utilizadores dos recursos naturais do país criar as capacidades de gestão participativa dos ecossistemas costeiros e da biodiversidade em termos de conservação e desenvolvimento sustentado, com o objectivo último da criação de uma nova instituição capaz de fazer a gestão das Áreas Protegidas do país: o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)¹.

A Guiné-Bissau tem assinado e ratificado vários tratados e acordos internacionais concernentes ao ambiente. Nomeadamente, graças ao esforço notável realizado a partir 2005, muitas resoluções foram publicadas pela Assembleia Nacional, permitindo a ratificação de várias Convenções e Protocolos, de entre os quais se destacam:

- A Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992).
- A Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.
- A Convenção sobre a Protecção da Camada de Ozono (Viena, 1985) incluindo o Protocolo sobre as Substâncias que destroem a Camada de Ozono (Montreal, 1995).
- A Convenção sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços e Depósito de Resíduos Perigosos (Basel, 1989).
- A Convenção sobre O Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Flora e Fauna Selvagens (Washington, 1973).
- A Convenção Sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional (Ramsar, 1971).
- A Convenção de Aarhus, sobre o Acesso à Informação e Participação Pública nos processos de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça Ambiental (1998).

Ao nível regional e da sub-região a Guiné-Bissau tem tomado igualmente engagements assinando um certo número de acordos e convenções ligados ao ambiente de entre as quais a Convenção africana sobre a Conservação da natureza e dos Recursos Naturais, Convenção de Abidjan, etc.

A nível sectorial, várias leis foram elaboradas e adoptadas. No domínio da gestão dos recursos naturais, entre as quais se pode destacar as seguintes:

- ✓ Lei Geral das Pescas, adoptada pelo governo através do Decreto-Lei nº 6ª/2000 de 22 de Agosto de 2000.

¹ Coastal and Biodiversity Management Project- Project Appraisal Document, March 2004

- ✓ Regulamento sobre a pesca artesanal também adoptado através do Decreto-Lei nº 13/97 de 26 de Maio de 1997.
- ✓ Código da água instituído pelo governo através do Decreto-Lei nº 5-A/92.
- ✓ Lei nº 1/2000 de 24 de Julho de 2000. Esta lei sectorial, no seu capítulo XII, prevê a realização do estudo de impacte ambiental a todas as actividades de desenvolvimento.
- ✓ Decreto nº 2/2004 de 14 de Junho de 2004 que substituiu o Decreto nº 21/80 de 12 de Maio de 1980 que regulamentaram as actividades da caça na Guiné-Bissau.
- ✓ A lei florestal instituída pelo Decreto-lei nº 5/2011 de 22 de Fevereiro, publicado no suplemento ao Boletim Oficial nº 8, revogando os decretos de 1999 e de 1991.
- ✓ A lei da terra promulgada em 1998.

1.6. O PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ (PNC)

1.6.1. PRINCIPAIS MARCOS DO SEU PROCESSO DE CRIAÇÃO

A área de Cantanhez sempre mereceu uma atenção especial por parte da população e comunidades que a habitam, conscientes de valor patrimonial que representam os diferentes ecossistemas e a diversidade biológicas existentes, dos factores históricos que classificam a zona como “**Berço da Luta de Libertação Nacional**”, além duma consciência de que a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes está intrinsecamente ligado a existência desses ecossistemas e dessa biodiversidade.

Com a criação da Comissão Nacional de Ambiente em 1994, foi a primeira zona do País a institucionalizar uma estrutura da Comissão, com a criação da Comissão Sectorial do Ambiente, com apoio de forças vivas locais e das organizações da sociedade civil engajadas em projectos de desenvolvimento.

É uma área que contém algumas das manchas florestais melhor preservadas do país, albergando provavelmente a área de floresta densa mais setentrional na África Ocidental (Malaisse, 1996). Esta zona foi por isso considerada pelo *World Conservation Monitoring Centre* (WCMC) como um dos nove sítios naturais importantes sob o ponto de vista da biodiversidade na Guiné-Bissau (Silva *et al.*, 2001) e como uma das duzentas ecoregiões mais relevantes a nível mundial pela *World Wildlife Fund* (WWF) (UICN, 2000a).

A existência de espécies emblemáticas únicas no País, valoriza sobremaneira o património da zona, caso dos búfalos de Cabo (*Syncerus cafer cafer*), o búfalo da floresta (*Syncerus cafer nanus*), do pau-ferro (*Guibourtia copaifera*, *Copaifera salikounda*), da tagarra (*Alstonia congensis*), “pau miséria” (*Anisophyllea laurina*), “mamapataz” (*Parinari excelsa*), “pau de veludo” (*Dialium guineense*), “fabora de lala” (*Albizia adianthifolia*) e de muitas outras espécies, dentre os quais o elefante africano (*Loxodonta africanus*), “boca branco” (*Hippotragus equinus koba*), “sim-sim” (*Kobus ellipsiprymnus defassa*), além dum grupo de primatas dos quais se destacam o chimpanzé (*Pan troglodites*), os macacos-fidalgo (*Colobus polykomos polykomos*), “Fatango” (*Procolobus badius temmincki*), e Macaco-Cão (*Papio cynocephalus papio*).

Os factores mais importantes e determinantes para a instituição da zona de Cantanhez como Parque, são a existência de uma vontade política, o engajamento comunitário e dos diversos parceiros de desenvolvimento, todos interessados na consecução do objectivo “**Parque Nacional**”.



Figura 1 - Exemplares de primatas “Fatango” (*Procolobus badius temmincki*), e Macaco-Cão (*Papio cynocephalus papio*)

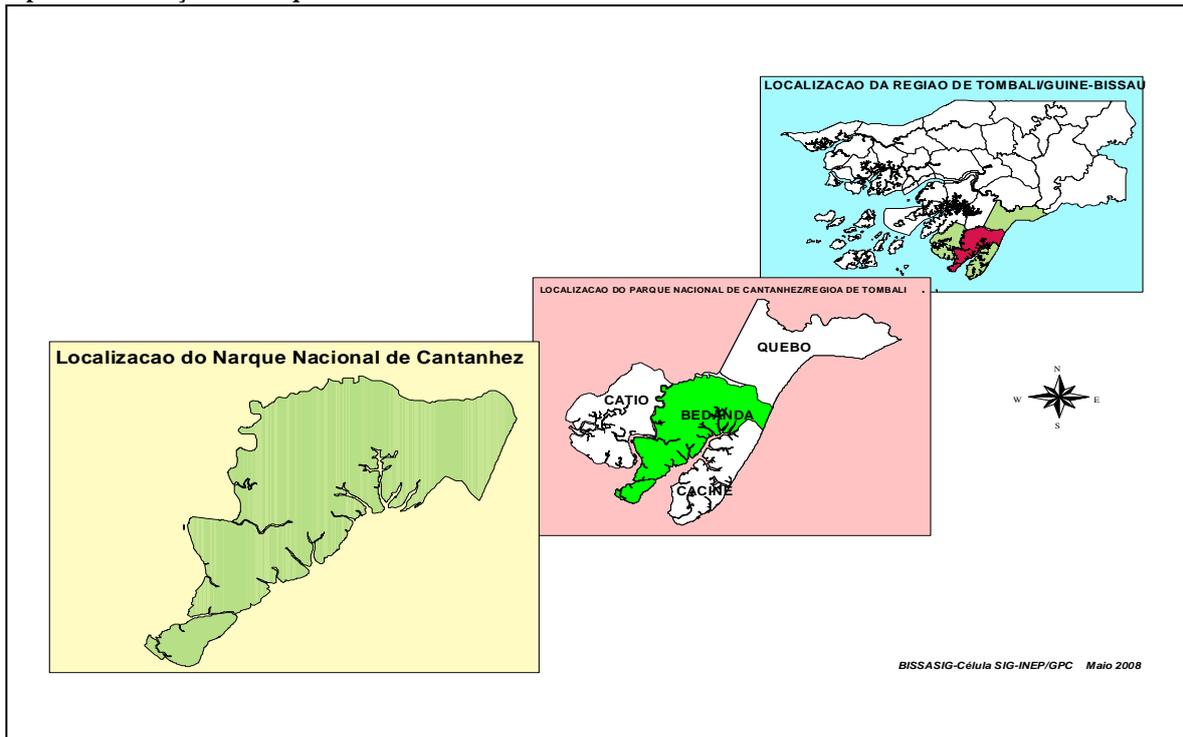
1.6.2. LOCALIZAÇÃO E LIMITES

O Parque Nacional de Cantanhez (conhecido por Matas de Cantanhez), oficializado em 19 de Março de 2008 (data de criação – 22 de Fevereiro de 2011 pelo Decreto n° 14/2011) por decreto do Conselho de Ministros, fica situado no Sul da Guiné-Bissau, na Região administrativa de Tombali, abrangendo os Sectores de Bedanda, Cachine e Quebo da Região de Tombali e faz fronteira com a República da Guiné a Oeste. Está compreendida entre os paralelos 11° 30' 45” e 11° 00' 15” de latitude norte e os meridianos 14° 42' 21” e 15° 12' 37” de longitude oeste. A superfície do Parque é de 105 767 ha, ou seja, 1 057,67 km².

O Parque tem por limites:

- a) Ao Sul pela Ria de Cachine e o Oceano Atlântico;
- b) Ao Norte pelo Rio Balana;
- c) Ao Oeste pelo Rio Cumbijã;
- d) Ao Leste com a República da Guiné-Conacri e pela Ria de Cachine.

Mapa 2 - Localização do Parque Nacional de Cantanhez



1.6.3. OS OBJECTIVOS DA CRIAÇÃO

A Mata de Cantanhez é considerada a última mancha da floresta sub-húmida do país de maior diversidade florística e faunística.

Os principais objetivos são a preservação, a conservação e a defesa das manchas de floresta sub-húmidas de grande diversidade biológica.

Entre outros objetivos encontram-se a salvaguarda das espécies de animais e vegetais raras em extinção, caso concreto dos Elefantes (*Loxodonta africana*), que migram frequentemente para o outro lado da fronteira, incluindo ainda outras espécies; a promoção do ecoturismo e a valorização das atividades económicas como forma de melhoria de condições de vida das populações residentes e promoção de uso ordenado do território e dos seus recursos naturais de forma a garantir a continuidade dos processos evolutivos.

1.6.4. CONTEXTO FUNDIÁRIO E REGULAMENTAR

O meio ambiente é um bem jurídico que merece grande destaque tendo em vista ser considerado um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A preservação do meio ambiente a todos aproveita, e do mesmo modo, sua degradação a todos prejudica.

A garantia a um meio ambiente ecologicamente equilibrado também está diretamente relacionada com a efetivação dos demais direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa

humana, a vida, a saúde, o lazer, a qualidade de vida, bem-estar, elementos imprescindíveis para uma sociedade harmoniosa

O direito ao ambiente sadio e equilibrado é um direito de “todos”, e a sua natureza jurídica se encaixa no plano dos direitos difusos, já que se trata de um direito transindividual, de natureza indivisível, de que são titulares pessoas indeterminadas e ligadas entre si por circunstâncias de fato. Com isso, o ser humano, “só fruirá plenamente de um estado de bem-estar e de equidade se lhe for assegurado o direito fundamental de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

O que importa na defesa do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é a vinculação Estado-Sociedade Civil. Essa vinculação de interesses públicos e privados conduz a noção de solidariedade em torno do bem comum. A garantia a um meio ambiente ecologicamente equilibrado também está diretamente relacionada com a efetivação dos demais direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a vida, a saúde, o lazer, a qualidade de vida, bem-estar, etc.

Nesse passo, nota-se, a absoluta simetria entre o direito ao meio ambiente e o direito à vida da pessoa humana. O direito à vida “é objeto do Direito Ambiental, sendo certo que sua correta interpretação não se restringe simplesmente ao direito à vida, tão-somente enquanto vida humana, e sim à sadia qualidade de vida em todas as suas formas” (ROCHA, QUEIROZ, 2011, s/p).

O que é importante, é que se tenha a consciência de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do Homem, é que há-de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente. Cumpre compreender que é um fator preponderante, que há-de estar acima de quaisquer outras considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as da iniciativa privada. Também estes são garantidos no texto constitucional, mas, a toda evidência, não podem primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente. É que a tutela da qualidade do meio ambiente é instrumental no sentido de que, através dela, o que se protege é um valor maior: a qualidade da vida. (SILVA, 2010, p. 70).

Na Guiné-Bissau, a lei da terra promulgada em 1998, estabelece que este património é um bem do Estado, mas que pode ser de uso privado nas zonas ditos de uso e costume (zona rural principalmente) ou das parcelas que foi objecto de contracto de concessão entre o Estado e a pessoa física ou moral. As concessões são de dois tipos, rural destinada a agricultura e urbano destinada a construção das habitações, actividades industriais, comerciais ou culturais. Ainda esta lei estipula que todo o uso da terra deve ter em conta o valor ecológico e velar pela protecção dos solos e a sua regeneração.

Quando se fala em função socioambiental da propriedade, na verdade se diz que ao proprietário de um bem se impõe o dever de exercer o seu direito de propriedade não apenas em seu próprio interesse, mas em benefício da coletividade. Nesse passo, há uma obrigação legal de manter-se a Área Protegida de Cantanhez com a sua importante diversidade biológica e as comunidades nela devem se sujeitar a ela.

Pois, no Parque deve-se buscar uma harmonia entre as actividades humanas e a protecção ambiental, pois cada individuo tem o direito, e o Estado o dever de garantir a dignidade

humana. Por outro ponto, para que se tenha uma vida digna, o ser humano necessita de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado, em que a qualidade dos bens ambientais se mostre adequada e compatível com a harmonia almejada. Nesse aspecto, a regularização fundiária sustentável apresenta-se como medida de harmonização entre o indivíduo e o meio ambiente.

É muito importante assinalar que o Parque Nacional de Cantanhez não tem apenas a função de preservar a biodiversidade, mas possui uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, “a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica, a proteção do solo e assim assegurar o bem-estar das populações humanas.

Geralmente, as ocupações irregulares se instalam em locais ambientalmente delicados e especialmente protegidos, como mangais, lagoas, corredores, rios e reservatórios, considerados como de Preservação que em sua maioria, são insuficientes para suportar grandes pressões e podem sofrer danos irreversíveis em razão dessas ocupações humanas irregulares. Nesse sentido, é preciso equacionar três âmbitos de análise:

O **primeiro**, relaciona-se com a distribuição entre os aspectos materiais referentes às necessidades humanas básicas, essencialmente físicas e de infra-estruturas, tais como, as condições de habitações, de abastecimento de água, do sistema de saúde e os aspectos não materiais relacionados ao património cultural, a percepção individual da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos. O **segundo**, faz distinção entre os aspectos individuais (relacionados com a condição económica, pessoal e familiar) e os colectivos (relacionados com os serviços básicos e os serviços públicos). E o **terceiro** faz a distinção dos aspectos objetivos por meio da definição de indicadores de natureza quantitativa e, os subjetivos que incluem a percepção subjetiva que os indivíduos têm de qualidade de vida.

É de salientar que ao nível do Parque as formas tradicionais que integram o componente ritual, religioso onde se destaca a noção do sagrado, são um componente “consciência por parte da população, da necessidade de preservar os recursos naturais a longo prazo”, onde se destaca a noção de desenvolvimento durável, que regularmente são ameaçadas pelas actividades dos não residentes ou investidores estrangeiros.

1.6.5. EVOLUÇÃO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO DO SOLO

No que concerne à cartografia da vegetação e da ocupação de solo há poucos trabalhos publicados, sendo no entanto de realçar as cartas 1:50000 produzidas pela Junta de Investigações do Ultramar, com base nas fotografias aéreas de 1953 (JIU, 1962, 1963); o conjunto de mapas produzidos pelo Gabinete da Planificação Costeira da Guiné-Bissau – célula SIG (Cuq *et al.*, 1996; UICN-MDRADGFC, 1993) e o trabalho de Silva (1997) onde se identificaram e delimitaram os grandes maciços florestais de Cantanhez, habitualmente designados por matos.

1.6.5.1. Principais tipos de Vegetação na Área do Parque de Cantanhez

Na região de Cantanhez consideram-se seis tipos principais de coberto do solo, correspondendo a áreas de vegetação natural e semi-natural, bem como a algumas outras modalidades de coberto do solo decorrentes da acção humana:

- **Floresta densa** (Figura 2) - É uma formação vegetal fechada, com alta densidade de árvores, cujas copas se sobrepõem sempre, condicionando o desenvolvimento dos arbustos e das herbáceas. As árvores altas podem atingir alturas superiores a 30 m, sendo o estrato superior dominante. A floresta densa é o tipo de vegetação mais complexo na Guiné-Bissau e corresponde à vegetação potencial para as condições edafoclimáticas locais. Antes do incremento das alterações de origem antrópica, este tipo de vegetação poderia ter ocupado todo o litoral do país, atingindo o Baixo Casamansa (Carvalho & Nunes 1956, Malaisse 1996). É o habitat de muitas espécies de animais e plantas, e a sua biomassa por unidade de área é muito superior à das outras formações vegetais. Além disso, é ainda uma fonte de sustento para a população local, que dela extrai muitos produtos, como frutos, óleo de palma, madeira, mel, lenha, medicamento e carvão.



Figura 2 - Floresta densa de Lautchande

- **Floresta aberta** - Formação vegetal dominada por árvores, em que as copas em regra não se sobrepõem. A densidade de árvores é inferior à da floresta densa e o seu porte atinge em geral entre 10 e 20 m de altura. Em consequência, os estratos de arbustos e de herbáceas estão normalmente bem desenvolvidos. As florestas abertas no Cantanhez são sobretudo de origem secundária, provenientes da degradação antrópica das florestas densas e podem ser consideradas como uma fase de regeneração destas.

- **Savana arborizada** (Figura 3) - Tipo de vegetação em que as árvores e arbustos têm uma cobertura esparsa e em que o estrato herbáceo é contínuo, sendo dominado por gramíneas de porte médio ou alto. Localmente são, em regra, formações secundárias provenientes da degradação das florestas e mantidas devido às frequentes queimadas. Na estação das chuvas a vegetação herbácea, pelas suas características, tem um crescimento acelerado. No final desta estação, a vegetação herbácea seca, tornando-se num combustível fácil que favorece a propagação de incêndios espontâneos ou de queimadas provocadas pelo Homem.



Figura 3 - Savana arborizada

- **Mangal** (Figura 4) - Vegetação lenhosa das zonas costeiras sob influência das marés, na área do Parque localiza-se na ilha de Melo, nas margens dos rios Cumbijã e Cacine e nas reentrâncias costeiras. A cobertura vegetal é constituída por um reduzido número de espécies em que são predominantes *Rhizophora* spp., que se instalam em substratos de vasas de declive suave e de formação recente, sob a acção de água salgada ou salobra, seguido de *Avicennia africana*. A riqueza biológica destes ecossistemas costeiros faz com que sejam grandes viveiros naturais, tanto para as suas espécies características, como para peixes e outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo da sua vida. A vegetação dos mangais permite a fixação das terras e as suas raízes funcionam como filtros na retenção dos sedimentos, impedindo a erosão e ao mesmo tempo estabilizando a costa.



Figura 4 - Mangal de *Avicennia germinans*

- **Savana herbácea (lala)** - Na área do Parque esta formação vegetal corresponde a vegetação herbácea, que se desenvolve em zonas baixas interiores, com drenagem lenta, que ficam alagadas durante a época das chuvas e que na época da estiagem acabam por secar

completamente, designadas na terminologia local por *lalas*. Trata-se de um ambiente hipsazonal, dado que é muito marcante o contraste entre a estação das chuvas e a estação seca. As espécies dominantes nas lalas são em geral gramíneas e ciperáceas, sendo a mais característica *Anadelphia afzeliana* (Rendle) Stapf (palha-casa), habitualmente utilizada na cobertura das habitações (Catarino, 2004).

- **Palmar misto** (Figura 5) - Trata-se duma formação vegetal que se encontra em áreas de declive suave ou praticamente planas, em geral bordejando as lalas ou os mangais. São dominantes as palmeiras de dendém, *Elaeis guineenses* Jacq., com presença importante de outras espécies de porte arbóreo e arbustivo. O palmar apresenta uma cobertura total elevada e uma descontinuidade do tapete graminoso (Catarino, 2004). Este tipo de palmar tem um grande valor de uso para a população local, pois é a partir dele que se extrai o óleo e o vinho de palma.



Figura 5 - Palmar misto

- **Pomares tradicionais** - São plantações multiestrato mistas, presentes na região há muitas dezenas de anos. A espécie que maior área ocupa é a coleira (*Cola nítida* (Vent.) Schott & Endl.). Além desta e da mangueira, incluem habitualmente no estrato superior várias espécies das florestas locais, nomeadamente *Alstonia congensis* Engl., *Dialium guineense* Willd., *Elaeis guineensis*, e *Parinari excelsa*, *Sabine*, entre outras. No estrato inferior além das espécies vegetais plantadas, nomeadamente bananeiras e palmeiras de dendém melhoradas, ocorrem também arbustos e pequenas árvores da vegetação natural.

- **Pomares em cultura pura** - Correspondem aos pomares relativamente recentes de citrinos, de mangueiras, mas também de bananeiras, em que por vezes podem também ser plantados alguns ananazes. A expansão destes pomares corresponde não só a uma resposta às solicitações do mercado (caso da bananeira e dos citrinos), mas também aos financiamentos de algumas ONGs (em especial no caso da mangueira) que tentam introduzir certas técnicas como a monocultura e a plantação em linhas com um compasso regular. A fertilidade dos solos tende a diminuir muito com os anos, ao contrário do que ocorre nos pomares tradicionais. Dois tipos particulares de pomares em cultura pura são os pomares consociados com culturas anuais e os pomares de caju.

- **Pomares consociados com culturas anuais** - São plantações de fruteiras diversas como manga, caju, banana, ananás, mandioca, milho, feijão, etc. Ocupam em geral áreas provenientes da desmatação de savana arborizada para a cultura de arroz de pam-pam, que são transformadas em pomares com fruteiras diversas, correspondendo à primeira fase da

instalação destes. Encontram-se preferencialmente junto às povoações e ao longo das estradas.

- **Pomares de caju** (Figura 6) – São compostos por árvores da espécie *Anacardium occidentale* L., de porte médio com copa compacta que facilita a colecta do pedúnculo e a poda, constituído principalmente por duas variedades, o caju-de-Moçambique e o caju-de-terra. Trata-se de uma planta rústica e à seca, características que lhe permitem sobreviver às queimadas e às inclemências do clima (Oliveira, 1966). A maior parte da castanha de caju produzida na Guiné-Bissau destina-se à exportação e o pedúnculo succulento é aproveitado localmente na produção artesanal de vinho, aguardente e sumo (Cassamá, 1997). A plantação é feita com um compasso apertado por forma a que as copas se unam na fase adulta, impedindo o crescimento da vegetação natural. Estes pomares proliferam na área do Parque, e as maiores manchas encontram-se em São Francisco e na zona compreendida entre o cruzamento de Cabedu e Bedanda).



Figura 6 - Pomar de caju

1.6.5.2. Maciços Florestais do Parque de Cantanhez

A pressão humana em busca de espaços para a prática da agricultura, de madeira para a construção, de material lenhoso (lenha, carvão) para a produção de energia, etc., pode ter levado à degradação dos maciços florestais do Cantanhez outrora contínuos, o que se traduz no aparecimento de “matos” isolados. Na cartografia dos maciços florestais do Cantanhez, Silva (1997) representou 14 manchas de “matos”. No entanto, durante o trabalho de campo realizado pelos autores e de acordo com os elementos colhidos junto da população local e de alguns técnicos que trabalham na área, constatou-se a existência de mais dois “matos” (Caboxanque e Camarempô) não referidos por aquele autor (Sambú, comunicação pessoal). Assim, pode afirmar-se que as florestas do Cantanhez são compostas por 16 manchas de matos, cuja localização está representada na tabela 1, Os dois matos observados no campo ainda não foram cartografados pelo que não existe uma estimativa das áreas.

Nem todos os matos estão preservados de igual forma e, atendendo às características do solo, nem todos têm a mesma vegetação potencial. A conservação depende em alguns casos da utilização para fins tradicionais, como rituais, cultos e cerimónias ou outras acções humanas. São considerados “matos”, em geral, os maciços florestais densos e fechados, com pouca intervenção humana. A floresta densa é a vegetação característica dos “matos”, que pode incluir também palmares mistos na sua bordadura. Outras formações vegetais que ocorrem na

área do Parque são as florestas abertas e savanas arborizadas, bem como as “lalas”, savanas herbáceas de zonas húmidas e os mangais, nas zonas sob influência das marés.

As povoações e zonas de pressão são áreas ocupadas por tabancas (povoações) e onde se pratica a agricultura de sequeiro (sobretudo arroz mpam-pam e amendoim, em consociação múltipla e sistema agroflorestal) e fruticultura diversa em cultura pura (geralmente de citrinos e de caju, mas também de bananeiras) ou em consociação (plantações de coleiras, de mangueiras, de bananeiras, entre outras, em sistema agro-florestal).

De uma forma geral constata-se que no sector oriental se encontram as grandes manchas de “matos”. O povoamento humano faz-se ao longo das principais estradas que ocupam os interflúvios mais importantes e é nestas zonas que se encontram as maiores áreas de pressão sobre a vegetação natural.

N.º de Matos	Nomes de Matos
01	Amidara
02	Lautchande
03	Cambeque
04	Madina do Cantanhez
05	Catamboi
06	Cibe de Cadique
07	Caiquene
08	Cabum
09	Cafatche
10	Canamina
11	Cang Hode
12	Muna
13	Capicada
14	Cungha
15	Caboxanque
16	Camarempô

Quadro 1 - Principais Maciços Florestais do Parque de Cantanhez

1.6.6. GOVERNANÇA, POLITICA INTERNA, ESTRUTURA DE GESTÃO E PRINCIPAIS ACTIVIDADES

A Área Protegida de Cantanhez e as suas zonas limítrofes (até 2 km) apresenta uma população de maioria jovem na faixa etária 0-29 anos de idade (72,1%), mostrando claramente a necessidade de uma política de conservação e utilização racional dos recursos existentes nas diferentes Áreas Protegidas, se tivermos em conta que a esperança de vida na Guiné-Bissau é 48 anos.

O índice de escolaridade melhorou significativamente com 35,2% da população com o nível do Ensino Básico, mas somente 10,5% da população está habilitada com o Curso Secundário ou níveis superiores, sendo que 45,1% de toda a população é considerada analfabeta. O ensino não formalizado (Corânico/ Madrassa) representa cerca de 10%.

Muitas das estruturas locais de desenvolvimento comunitário surgiram com a “criação” das ONG’s nacionais, em necessidade de parceiros estruturados para a condução dos seus programas. Essas estruturas caracterizam-se por um fraco nível de escolaridade dos seus líderes e dos seus associados, uma fraca capacidade e experiência de gestão participativa e transparente. Essas organizações são recipientes/participantes terciários das acções das organizações internacionais e as ONG’s nacionais, sem meios para a condução de acções auto-sustentadas, portanto dependente de programas de terceiros.

Deve-se salientar que presentemente assiste-se a esforços de fortalecimento dessas entidades com a criação de uniões/federações, no intuito de dar maior visibilidade e permitir contactos directos dessas organizações com os doadores (sem intermediários).

O financiamento de actividades de desenvolvimento comunitário tem vindo a ser baseado na concessão de créditos individuais ou solidários, recebendo os indivíduos/instituições locais, numerário, pequenos materiais de transformação e equipamentos que lhes permitem melhorar a qualidade de vida. Verifica-se que uma grande parte dos recipientes são indivíduos (70,6%), sobretudo da parte das ONG’s, mas o que acontece é que os montantes desses créditos são exíguos para suportar uma actividade económica rentável e auto-sustentado, pois na maioria absoluta dos casos, os créditos concedidos para uma determinada actividade económica são outorgados sem um estudo prévio da viabilidade económica, resultando daí conflitos devido a falta de pagamento dos créditos.

As caixas de crédito e poupança poderão no futuro desempenhar um papel inovador e progressista no meio rural, desde que os interesses corporativos não se sobreponham as necessidades de financiamento das comunidades/populações da Zona do Parque e áreas limítrofes do mesmo, sobretudo se essas instituições forem pertença das comunidades/populações.

Em termos de conhecimento da existência do Parque e dos seus limites, verifica-se que a informação/sensibilização é deficiente, pois mesmo indivíduos vivendo dentro dos mesmos declararam ter poucas informações sobre o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), não conhecendo os limites dessas áreas. Da mesma forma que alguns declararam não conhecer as regras de acesso aos recursos do Parque.

Tendo em conta que a maioria da população do Parque e suas zonas limítrofes é jovem, que o grau de escolarização se resume ao Ensino Básico, que as instituições locais de desenvolvimento comunitário têm falta de experiência na condução de acções de desenvolvimento, que as infra-estruturas sociais são deficientes, que a exploração dos recursos naturais do parque continuam a ser feitas de uma forma pouco racional, que as funções das instituições encarregues da execução das políticas de conservação são pouco conhecidas, assim como as suas actividades, que o carácter das actividades das ONG's nacionais são desordenados e com ênfase em micro - realizações e se inserem antes de mais nas escolhas dos doadores, fazem-se as seguintes recomendações em relação aos financiamentos das actividades de desenvolvimento:

1. Que as actividades se destinem antes de mais a proporcionar condições que permitam uma acção de conservação objectiva, com reflexos na atenuação das assimetrias sociais objectivas na área de execução (redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida);
2. Que o planeamento da acção seja declaradamente participada pelas comunidades/populações e reconhecido pelas mesmas como sendo da sua iniciativa, mesmo que vierem a ser conduzidas por técnicos qualificados, outros que não os residentes na comunidade/população local;
3. Que a acção tenha um impacto social solidário com os agregados familiares/famílias socialmente mais vulneráveis;
4. Que a acção seja um elemento numa cadeia de acções concomitantes que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das comunidades/populações do parque e áreas limítrofes;
5. Que a acção levada a cabo no Parque possa ser objectivamente executada, respeitando as condições locais objectivas no Parque;
6. Que qualquer acção a ser realizada no quadro dos Parceiros Operacionais seja comparticipada financeiramente/em espécie, promovendo-se desde a planificação o sentimento de pertença da acção a comunidade/população;
7. Que nenhuma acção seja levada a cabo sem que um estudo de viabilidade económica/social e ambiental seja previamente feito.

Enquanto instituição responsável pela gestão dessa Área Protegida, o IBAP tem um papel primordial a jogar na política de conservação da biodiversidade e das espécies, concentrando os seus esforços na redução objectiva das causas conducentes a uma má utilização dos recursos da biodiversidade nessa área específica do território nacional, razão pela qual qualquer instituição nacional/internacional/local interessada no desenvolvimento comunitário local e com interesse nesta área, deve sincronizar com o IBAP as acções a conduzir no Parque, demonstrando claramente o carácter conservacionista da acção e as potenciais sinergias com as actividades em execução/a serem executadas no quadro de um planeamento participado pelas comunidades/populações, evitando dessa forma acções avulsas e sem impacto na melhoria objectiva das condições de vida das comunidades/populações.

Significa isso que, todas as instituições directas ou indirectamente ligadas à gestão do Parque devem estar informadas sobre o planeamento das acções a serem conduzidas no Parque, submeter a apreciação e aprovação do IBAP os projectos a serem conduzidos, com vista a sua aprovação pelos destinatários/participantes, desde que obedeçam aos critérios objectivos tais como a planificação participada, demonstrando desta forma o carácter genuíno de uma necessidade exprimida por uma comunidade/população.

1.6.7. INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

O Parque Nacional de Cantanhez fica situado no sul da Guiné-Bissau, na Região administrativa de Tombali, abrangendo os Sectores de Bedanda, Cacine e Quebo da Região de Tombali e faz fronteira com a República da Guiné a Oeste.

Devido à sua localização geográfica, nota-se a falta de determinadas infra-estruturas sociais de base, sobretudo educacionais, rodoviárias, comerciais, hospitalares e o acesso à água potável o que faz com que as populações da zona sejam mais vulneráveis às doenças.

No que diz respeito às vias de comunicação no interior da área continua ser muito lastimável com passagens bastante intransitáveis, deixando a área muito isolada do resto de outras áreas vizinhas, caso concreto de Cacine, de Buba, de Bedanda, de Guiledje, etc., dificultando seriamente tanto as movimentações de pessoas, como o escoamento de produtos, base de sobrevivência não só local como do país. pois a zona é de difícil acesso, sobretudo na época das chuvas, devido ao estado das infra-estruturas rodoviárias (Figura 7).



Figura 7 – Infra-estrutura rodoviária e portuária na área do Parque

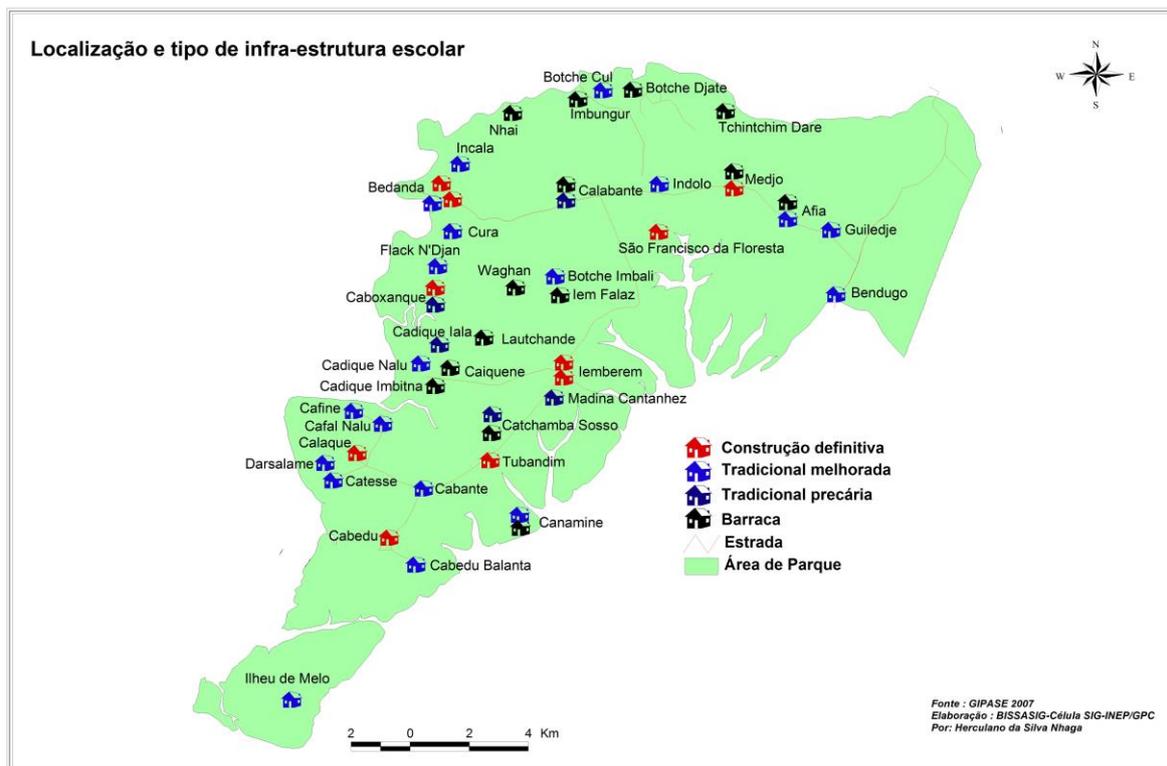
A **educação** é um sector nevrálgico na problemática da pobreza na zona. Este sector é caracterizado por fracas performances e meios humanos, materiais e financeiros disponíveis. Embora conta cada vez mais com escolas de melhor qualidade, as barracas continuam a constituir algumas instalações escolares na zona do Parque. O nível de docência é fraco, devido a própria formação e o grau académico dos docentes.

O sistema educativo está estruturado em seguintes níveis (Pré-escolar, ensino básico, ensino secundário) quase 94% da população vive a mais de uma hora de distância de escolas primária e secundária

A iniciativa de reabilitação e construção das escolas nas principais tabancas ou zonas de maior incidência, foi e continua a ser uma iniciativa com sucesso. Muitas populações contactadas lamentam o facto de ou não existir escolas nas suas tabancas ou essas se encontram localizadas muito distantes o que de uma parte lhes retira a vontade de deixar partir os filhos ou educandos. Quase 90% (senão todas) das escolas em funcionamento na área de Cantanhez, funcionam na base de escolas comunitárias onde é a população local quem paga os professores. Neste domínio continua a deparar-se com a falta de professores.



Figura 8 - Escola na área do Parque



Mapa 3 - Localização de tipo de infra-estruturas escolares

No sector **sanitário** existem muito poucos indicadores sobre a mortalidade e morbilidade geral e específicas que possa determinar as principais causas de morbi-mortalidade da população, elas são agrupadas em doenças transmissíveis e doenças não transmissíveis.

Entre as doença transmissíveis como principais causas de morbilidade e mortalidade, destacam-se o paludismo, a tuberculose, a infecção do VIH/SIDA, as doenças diarreicas e as infecções respiratórias agudas (IRA).

Os factores relacionados com o modo de vida (estilo de vida) da população e que acabam por influenciar negativamente o seu estado de saúde, são dois: usos e costumes tradicionais, mais ligados aos aspectos sociais e culturais, e comportamentos, que são da responsabilidade do indivíduo.

Entre os usos e costumes, destacam-se aspectos como a excisão (mutilação genital feminina), cerimónias fúnebres prolongadas, casamento precoce e/ou poligâmicos, prática de herança (Levirato¹, Sororato¹), amamentação de crianças órfãs por outra mulher, entre outras, que são práticas legitimadas e fazem parte do dia-a-dia das comunidades. No entanto, do ponto de vista da saúde, estas práticas podem contribuir para apropagação de infecções, por exemplo do VIH, da cólera e de outras doenças transmissíveis.

O paludismo e a IRA, são as infecções mais frequentes, assim como a pneumonia relacionada com a condição específica dos agricultores.

A alta prevalência de diarreia está relacionada ao acesso à água, a maioria das pessoas se abastecem dos poços tradicionais.

Casos esporádicos de desnutrição são encontrados na região. Isto é devido ao desconhecimento do valor nutricional dos alimentos e, especialmente, as boas práticas em matéria de nutrição e o estilo da vida (usos e costumes) da maioria da população.

A promoção de iniciativas no domínio da saúde, é e continua a ser uma esperança de todos pois nesta altura se lamenta bastante o fraco numero de postos e centros de saúde em toda a área de Cantanhez; os pacientes continuam a fazer grandes deslocações para poderem ter acesso aos poucos existentes postos de saúde, os quais na sua maioria senão todos ou estão sem pessoal de saúde, ou não têm medicamentos básicos, ou se encontram abandonados. Neste quadro, recentemente deu-se um passo muito importante com a construção em Imberém pela AD de um centro materno de grande capacidade, isto serviu de alívio principalmente para os residentes de Iemberém e arredores. Cabedo, Calaque, Catchamba, Cadique, Cabochanque e Bedanda, são tabancas cujas comunidades também se beneficiaram de postos ou centros de saúde, embora na sua maioria senão todos feitos pelo estado.

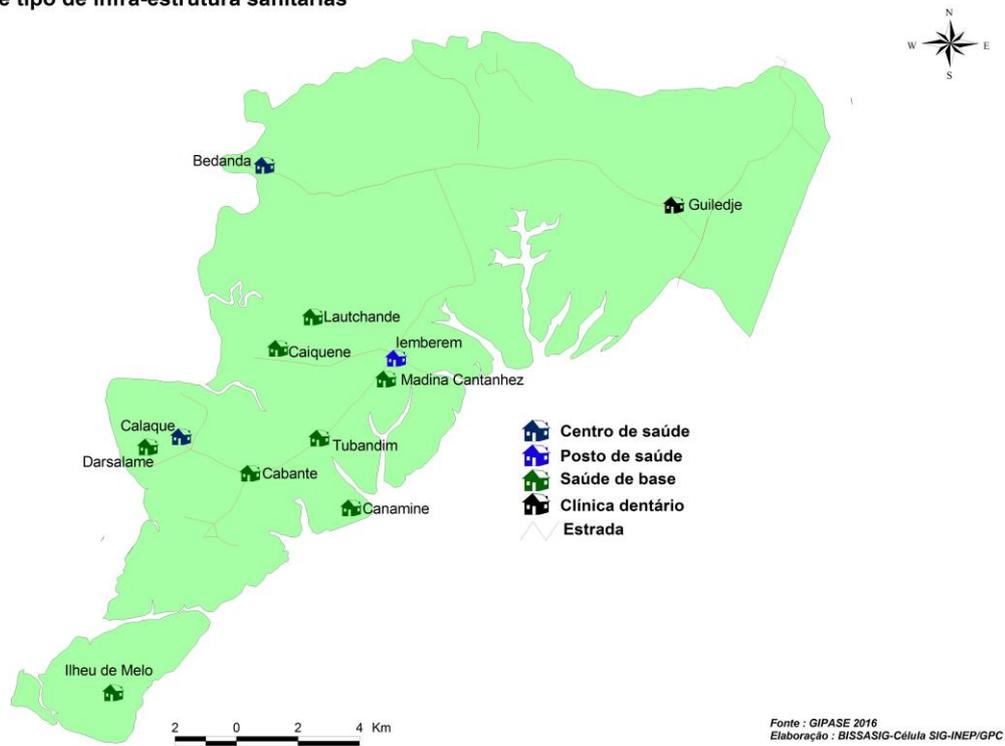
Assim o Serviço Sanitário melhorou significativamente, sobretudo no tocante aos cuidados materno-infantis, mas a rede de unidades de saúde de base (USB) é praticamente inoperacional, devido sobretudo a falta crónica de medicamentos, estando muitos em estado avançado de degradação.

O nível dos quadros de saúde é baixo e o número é escasso, embora se verifique presentemente uma melhoria sensível, com o enquadramento das Missões Católica e Evangélica, assim como da Effective Intervention (ONG).

Figura 9 - Unidade de Saúde de Base, Foto D. Rodrigues. Janeiro 2008



Localização de tipo de infra-estrutura sanitárias



Mapa 4 - Localização de tipo de infra-estruturas sanitárias

A **comunicação social** é bem representada, com uma rádio comunitária de grande audiência e uma estação de televisão rural emergente, suportes críticos para a execução de programas de sensibilização e mobilização dos habitantes em relação aos desígnios do Parque.

1.6.8. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DE DESENVILVIMENTO

A **Agricultura** continua a ser a actividade fundamental na zona de Cantanhez, com o predomínio de cultura de arroz de “bolanha” em solos de mangais (“bolanha” de água salgada), M’pampam, nas florestas densas, seguido pela fruticultura diversificada, sobretudo de bananas e citrinos.

A Agricultura e a recolha de produtos florestais ou marinhos são a base da economia de subsistência dos residentes. A actividade principal da população como já se referiu, é a agricultura. A extracção de produtos de palmeira, principalmente óleo e vinho de palma, são também importantes. As produções agrícolas mais importantes são o arroz, fruticultura e o caju. O arroz é cultivado pela maioria dos agregados familiares, quer num sistema de agricultura itinerante em campos alimentados directamente pela chuva (m’pampam) quer em campos alagados com gestão de água por valas e bolanhas. O arroz assim produzido destina-se na sua totalidade ao consumo familiar não sendo praticamente objecto de transações comerciais, a não ser em casos de extrema necessidade. As plantações de caju tem uma expressão crescente, tanto na área que ocupam como, sobretudo, nos rendimentos que as populações delas tiram.

Em termos de produção agrícola, o território é excedentário em arroz, o maior produtor de óleo de palma do país, grande produtor de produtos transformados da pesca, além duma produção frutícola importante (banana, cola, citrinos, manga), com o potencial de se transformar em grande produtor de raízes e tubérculos, além de produtos hortícolas.

A **horticultura** é uma iniciativa a ser implementada embora numa fase florescente, mas com toda a seriedade. A mesma por se encontrar na sua fase inicial, ainda não abrange grandes dimensões em termos de enquadramento de várias tabancas. Mas para ser mais claro isto baseando nas informações recebidas na maioria das tabancas, esta é uma iniciativa bem cobiçada principalmente entre a camada feminina por ela se identificar como uma actividade complementar e que pode jogar um papel importante no melhoramento de condições de vida dos residentes, melhorando a sua dieta alimentar assim como na edificação da economia familiar.

No quadro de iniciativas locais, e com vista a conservação e valorização de povoamentos de **palmeiras** no sentido de minimizar impactos de extracção tradicional de óleo de palma, introduziu-se a iniciativa das prensas de óleo de palma que visam de uma parte diminuir os trabalhos femininos despendidos na extracção e do outro melhorar a produção tanto em termos quantitativo como em termos de qualidade. A volta desta iniciativa juntam-se todos os parceiros intervenientes na zona de Cantanhez. As populações locais muito bem realçam a importância económica e ambiental de palmeiras, o impacto sobre exploração, por isso, a iniciativa aponta para um sucesso aceitável visto ter uma apropriação na integra; simplesmente a maioria continua a contestar pelo facto do enquadramento de tabancas ainda se situar aquém do desejo de todos.

Figura 10 - Prensa de óleo de palma





O associativismo é bastante desenvolvido, existindo já uniões de associações e agrupamentos camponeses, constituído pelos diferentes grupos de interesses existentes no território, o que facilita no tocante a interlocutores para os diferentes projectos e programas de desenvolvimento a serem conduzidos no Parque. Estas organizações beneficiam do enquadramento e financiamento das organizações da sociedade civil operacionais no território, enquadramento que vai desde a construção de infra-estruturas de produção, ensino, de saúde, até unidades de transformação de produtos (Fotos ----).

Figura 11 - Unidade de processamento e embalagem de óleo de palma Foto: D. Rodrigues. Janeiro 2008





Beneficiam também de importantes ajudas de organizações internacionais sediadas no país, caso das diferentes agências das Nações Unidas, de instituições laicas e religiosas, além do apoio tático do Estado.

Índice de pobreza e acesso às infra-estruturas de base

A maioria da população economicamente activa (PEA/maioritariamente camponesa) da zona do Parque vive numa pobreza considerável, não dispõe das qualificações nem de um emprego que lhe permita assegurar rendimentos suficientes e regulares. A insuficiência das infra-estruturas sociais (escolas, postos de saúde, estradas, máquinas agrícolas, pequenas indústrias de transformação, mercados, energia eléctrica, rede de distribuição de água potável) contribuiu fortemente para a degradação das condições de vida.

SEÇÃO II: CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ

2.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA, HIDROLOGIA E CLIMA

O território do PNC é constituído por uma série de digitações de terra com uma altitude inferior a 50 metros, cortado por estuários de água salobra, com uma cobertura vegetal importante, composta por formações florestais densas e húmidas, florestas secundária degradadas, uma extensa cobertura do mangal, savanas arbustivas e herbáceas, tanes herbáceos e nus, além dum palmeiral tradicional vasto.

Cantanhez faz parte de uma série de penínsulas que caracterizam o litoral da Guiné-Bissau. Dois braços de mar remontam longas distâncias da costa litoral do Parque, tratam-se dos Rios Cumbija e Cacine.



Figura 14 - Costa litoral do Parque, Rios Cumbija e Cacine

O conjunto forma uma série de digitação de terra firme (30 m no máximo) separadas por estuários salobres. A amplitude das marés é muito grande e pode chegar a 6 metros.

Em termos geomorfológicos, Cantanhez faz parte de Planícies do Litoral. Este tipo morfológico apresenta colinas estreitas, alongadas, extremamente recortadas, de encostas suaves, soerguidas em vastas planícies aluviais, arenosa ou lodosas, de origem fluvial e marítima, por onde meandrizam as rias e seus múltiplos braços e que as marés alagam na preia-mar. São perceptíveis ainda alguns pequenos planaltos, embora já muito erosionados.

A natureza arenosa das formações superficiais não se presta à conservação do modelado físico. deve-se considerar a morfologia das planícies do litoral mais evoluída que a do planalto de bafatá. Naquelas o planalto é quase substituído pela planície fluvial, o que revela um estado avançado de senilidade (THADEU, 1949).

O Parque Nacional de Cantanhez em termos geológicos faz parte da unidade geológica “*Depositos vasosos e fluviais*” que cobrem ao longo das rias, sobretudo no litoral, uma extensíssima área. São de idades muito variadas. Os mais antigos, postos a descoberta pela demolição progressiva dos cordões litorais, causada pela actual transgressão marinha,

constituem verdadeiras vasas fósseis. A acumulação desses depósitos processa-se frequentemente por ação marinha (v. IX. B. d. 1.)



Figura 15 - Depósitos vasosos e fluviais” ao longo das rias do litoral do Parque

Os solos do PNC são dos tipos:

- Fluvio-marinhos - normalmente solos de boa fertilidade, com um pH elevado, um bom conteúdo em argila, associados a cultura do arroz de mangal;
- Solos ferralíticos – solos com uma textura arenoso-argilosa associados as culturas de planalto;
- Solos gley associados aos vales superiores normalmente destinados as culturas típicas dos pequenos vales;
- Solos arenosos de formação aluvial e coluvial, normalmente associados aos vales superiores e as zonas costeiras.

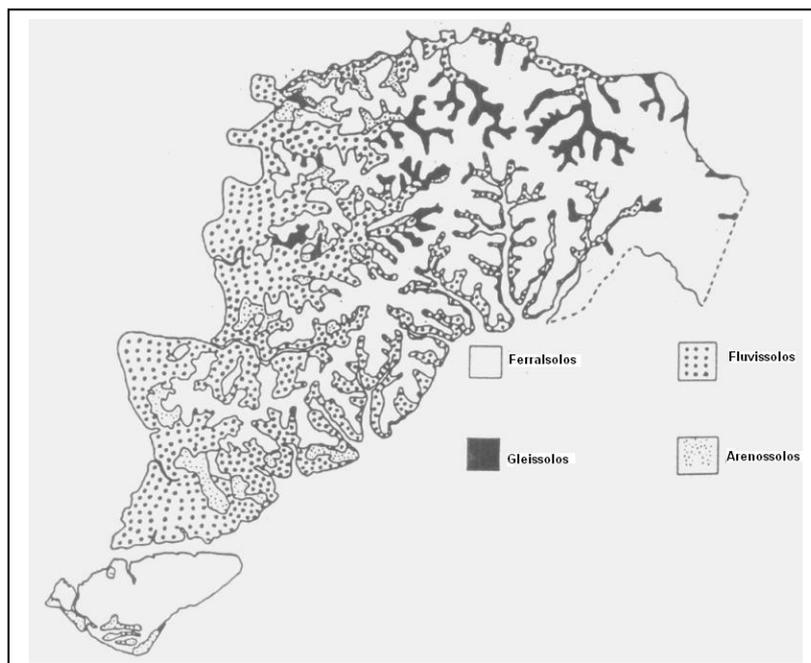


Figura 16 - Carta de Solos do Cantanhez (adaptada de Anginot, 1988)

A bacia hidrográfica é constituída pelos principais cursos de água que limitam o Parque, associados a uma vasta rede de diferentes bocanas e canais de água salobra de acesso as diferentes localidades, tanto na vertente Ria de Cacine, como do Cumbijã. A excepção é o Rio Balana que é de água doce numa grande extensão, antes de desaguar no Rio Cumbijã.

O clima da área de Cantanhez é de tipo marítimo ou Sudano-guineense. É um clima tropical húmido, com uma estação seca longa (novembro a maio). A estação chuvosa (junho a outubro) apresenta chuvas abundantes, mas as observações de precipitação mostram um declínio de 20% a 30%, em particular, de agosto à novembro - 2225 mm, em média no ano 1970 e 1973 mm nos anos 80-98. A temperatura média varia de 27 à 31 °C, dependendo do ano, com um máximo de 40 °C em abril e uma mínima de 16 °C em janeiro, sendo normalmente Dezembro, Janeiro e Agosto os meses mais frios, e Abril, Maio e Novembro os meses mais quentes. As médias mensais de mínimas raramente descem abaixo dos 20 graus Celsius e as de máximas raramente sobem acima dos 34 graus Celsius. O **Quadro...** mostra a pluviometria da área entre os anos 2005 e 2007.

Quadro 2 - Distribuição da pluviometria no Sector de Bedanda nos anos 2005, 2006 e 2007

Anos	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
2005	5,9	305,5	265,2	666,1	271,2	*****	*****
2006	101,1	469,9	702,7	732,5	668,2	217,5	38,2
2007	40,2	166,8	695,8	427,3	706,1	2264,5	0,0

Fonte: Direcção-Geral da Metrologia

2.2. FORMA DE RELEVO E A SUA DINAMICA

O coberto actual do solo da área do Parque, seja natural, semi-natural ou artificial, resulta essencialmente das condições edafoclimáticas locais e do historial de intervenção humana. Não havendo na área grandes variações em relação à pluviosidade, o tipo de solo e a altimetria são os factores naturais que determinam em grande parte a distribuição da vegetação natural. Assim, as grandes manchas de florestas encontram-se associadas a ferralsolos e a altitudes mais elevadas, enquanto as lalas, mangais e bolanhas ocorrem nas zonas de cotas mais baixas, em que os solos predominantes são os fluvisolos e em menor escala os gleissolos.

Anginot (1988) caracterizou os sistemas agrários da península de Cubucaré, utilizando como um dos indicadores o sistema de cultura de arroz, que evidencia a estratégia alimentar dominante na região. Com base na orizicultura, foram identificados três tipos de sistemas agrários, a salientar: bolanha salgada, planalto e misto. O sistema de bolanha salgada ocupa sensivelmente a zona noroeste da área em estudo, de relevo bastante suave, cujos solos são predominantemente fluvisolos e ferralsolos. A etnia maioritária nesta região é a Balanta, que tem como principal actividade agrícola a cultura de arroz de bolanha salgada. Há no entanto algumas culturas de sequeiro, bem como plantações de caju e pequenos pomares de fruteiras diversas.

O sistema de planalto enquadra áreas situadas na zona este da península, de relevo ondulado e com cotas de altitude ligeiramente maiores que nas restantes regiões. É habitada por etnias muçulmanas principalmente a Fula. Os solos são quase exclusivamente ferralsolos e a

principal actividade agrícola nesta região é a cultura de arroz de sequeiro. Outras culturas com importância crescente nesta região são os pomares de fruteiras diversas e de caju. Nesta zona localiza-se a maior parte das manchas de floresta densa. O sistema misto, ocupa a zona sul e sudoeste da área o Parque, que tem cotas de altitude baixas, diminuindo de norte para sul. Ocorrem nesta região, por ordem decrescente de importância, os fluviolosos, ferralolos e arenossolos. É habitada por várias etnias, sobretudo Balantas, Nalus, Sossos e Fulas. O sistema de produção baseia-se na combinação dos dois sistemas de produção orizícola, de bolanha salgada e de sequeiro e no cultivo de pomares de fruteiras diversas e de caju. É a zona onde se encontram as grandes áreas de pomares tradicionais de cola.

2.3. PATRIMONIO GEOLOGICO

A Guiné-Bissau faz parte do vasto Cratão da Africa Ocidental, representado por formações Pré-câmbricas muito antigas, estáveis há pelo menos 1700 M.a., e limitado por cinturas orogénicas, as quais foram sujeitas durante Pré-câmbrico Superior e Paleozóico a uma actividade tectónica importante (3). Assim se devem ter formado as cadeias pan-africanas (600 + 100 M.a.) das Rokilides a sudoeste, e das Farusides e Dahomeyides a oriente; a cadeia Caledono-Hercínica das Mauritanides a ocidente e a cadeia Hercínica da Meseta Marroquina do Anti-Atlas e Ougarte a Norte e a Noroeste. A cobertura de idade Pré-Câmbrica-Superior/Paleozóica (desde + 1000 M.a. até ao Carbónico), divide-se por três bacias principais: a de Tindouf, a de Taoudenni e a de Volta, em que os limites actuais não dão senão uma ideia da sua extensão.

No território da Guiné-Bissau, geologicamente, destacam-se, desde à superfície, duas zonas distintas: zona oriental composta por rochas antigas pré-câmbricas (PRZ) e paleozóicas (PZ), metamórficas e terrígeno-sedimentárias respectivamente (continuação da Bacia de Taoudenni), que mergulham na direcção Ocidental, zona do oceano, debaixo dos sedimentos jovens Mezo-Cenozoicos (MZ-CZ) constituídos de rochas arenoso-argilosas e calcário-margosas pouco cimentadas e friáveis que compõem o extremo Sudeste da depressão Mauritano-Senegal-Bissau-Guineense (MSGB). Na direcção do oceano aumenta também a espessura desses sedimentos de primeiras dezenas de metros no centro do país, até 3000 metros na parte litoral. O limite entre as zonas passa um pouco mais a Oeste de uma linha que liga as cidades de Contubael-Bafata, Bambadinca-Buba.

Do ponto de vista geológico, a zona do Parque, é caracterizada pelas formações sedimentares meso-cenozoicos. Em termos geomorfológicos pertence a zona de planícies do litoral, que é de origem fluvio-marinha com depósitos argilo-arenosos. A zona apresenta uma grande interpenetração entre os meios terrestres e o marinho, característica típica de toda a costa guineense. A rede complexa de braços de mar colonizados por uma vasta floresta de mangal reforça ainda estes recortes na zona litoral da da implantação do projeto.

Os vales dos dois principais rios, Cacine e Cumbijã, são amplos e com estuários de águas salobras ou salgadas, onde a amplitude das marés é muito acentuada e pode atingir 6 metros. A maior parte dos cursos de água doce não são permanentes e drenam para o Rio Cumbijã, em cujas margens planas ocorrem grande parte das áreas de cultivo de arroz alagado (bolanha). O relevo é essencialmente plano, com um máximo de 44 m de altitude.

2.4. CARACTERÍSTICAS BIOLÓGICAS E ECOLÓGICAS

2.4.1. FLORA E FORMAÇÕES VEGETAIS

O Cantanhez é a última zona no país onde ainda subsistem formações de florestas densas sub-húmidas, distribuição mais longínqua deste tipo de formação vegetal na África Ocidental, parte dum conjunto que cobre a República da Guiné, a Serra Leoa e a Libéria, caracterizada por uma estratificação vertical, em que debaixo das espécies de grande porte como *Ceiba pentandra*, *Parinari excelsa*, *Sterculia africana*, *Syzigium guineense*, *Guibourtia copalifera*, da tagarra (*Alstonia congensis*) e outros, se desenvolvem espécies como *Hunteria elliotii*, *Strombosia pustulata*, *Xylopis aethiopica* e diferentes tipos de lianas.



Figura 17 - Exemplar duma planta de *Guibourtia copalifera* (pau-ferro) na Mata de Canamine e outras espécies



As diferentes formações de vegetação encontram-se em florestas primárias húmidas densas, florestas secundárias e/ou degradadas, savanas arbustivas, savanas herbáceas húmidas,

mangais, tannes (com ervas ou nús) e palmeiras. A grande riqueza natural de Cantanhez consiste em suas enormes florestas densas sub-húmidas (Malaisse 1996;. Verjans et al, 2000).

A vegetação da zona costeira do Parque é influenciada pela água salgada e apresenta características morfológicas e de composição florística que lhe confere uma unidade própria denominada mangal ou tarrafa. As plantas que se encontram neste meio de interface entre mar e terra firme tornam-se altamente especializadas em tirar partido das condições aí prevalentes, nomeadamente quanto à salinidade da água, inundação regular e substrato instável. Assim, apresentam, em regra, adaptações como pneumatóforos, raízes aéreas em arcobotante, glândulas excretoras de sal e folhas coriáceas, que as habilitam a singrar neste tipo de ambiente (Chapman, 1976; Diniz, 1994^a).

Os mangais constituem a vegetação costeira comum no Parque. Se caracterizam de uma sequência de espécies em que, da terra para o mar, se encontram primeiro plantas da zona de transição, como *Conocarpus erectus* e *Terminalia scutifera*, depois em geral *Avicennia germinans* e, na zona de maior profundidade na maré cheia, *Rhizophoras mangle* e *racemosa*, *Avicennia africana* e *Laguncularia racemosa*.

A vegetação hidrófila denominada por plantas herbáceas ocorre no Parque em ambientes denominados principalmente por “lala”. A vegetação que se desenvolve nestes locais pode ser considerada de carácter edáfico, já que está relacionada com as condições particulares dos solos e com a geomorfologia local.

Há dois tipos de lalas: as de água doce, que se localizam nos vales interiores afastados o suficiente da zona costeira para não sofrerem influência da água salgada; as lalas ditas de água salgada, localizam-se em geral junto a braços de mar ou nos troços de jusante de rios, sofrem influência marinha e têm água salgada ou salobra durante o ano.

As lalas são muito importantes pois, são habitats de muitos roedores entre eles as farfanas (*Thrynomys swinderianus*) e também de alguns ungulados caso da famosa gazela de lala (*Kobus kob*),

Para além de habitat como atrás referimos, tem uma função social muito importante e ainda mais, se tivermos em conta o baixo rendimento da maioria das populações em especial os do interior do Parque. Pois, utilizam a palha das lalas para a cobertura das casas para além de serem uma zona de pastagem. Por ser zona de pastagem, tem sido vítima de frequentes incêndios como forma de provocar a regeneração do pasto.

Devido às condições climáticas no Parque, sobretudo quanto a pluviosidade, persistem ainda boas manchas de floresta sub-humana onde o próprio microclima no interior destas formações favorece a manutenção da humidade ao nível do solo e no interior deste. O ensombramento quase completo faz diminuir a temperatura ao nível do solo o que, conjugado com a acumulação de folhada, atenua bastante a perda de água do solo por evaporação. A água do solo fica assim mais disponível para utilização pelas plantas. Estes factores, associados à ausência de perturbação humana durante pelo menos algumas dezenas de anos, contribuem para a manutenção no Parque de algumas manchas de floresta.

Na área do Parque de entre as espécies de palmeiras que ocorrem, *Cocos nucifera* (o coqueiro) introduzida e cultivada, *Elaeis guineensis* (palmeira-de-óleo ou palmeira-dendém,

em crioulo) e *Borassus aethiopum* (cibe, em crioulo) são as mais abundantes e também economicamente mais importantes.

O palmar ocorre em vales interiores, onde em geral bordeja a lala, que ocupa as zonas mais baixas, alagadas durante a época das chuvas, com solos hidromórficos.

O *Borassus aethiopum* (cibe), é considerado uma espécie predominantemente de savana, embora no Parque, como em toda a Guiné-Bissau seja frequentemente encontrada em floresta aberta. Nos outros locais onde ocorre na área do Parque esta espécie está instalada em geral em ferralsolos profundos e bem drenado.

Observa-se uma clara diminuição das formações vegetais em termos quantitativos e qualitativos. Os factores são vários entre os quais podemos citar a queimada para a agricultura itinerante, exploração da madeira para fins de construções e comerciais, aparecimento das grandes plantações de monocultura de caju, aparecimento de novos núcleos populacionais nas zonas de grandes maciços florestais em busca de novas terras para a agricultura, conquista de novas áreas do mangal para a rizicultura de “bolanha” salgada entre outros. A degradação dos ecossistemas terrestres, sobretudo, os florestais é a mais acentuada devido à expansão da monocultura de caju. Segundo (“La filière anacardier en Guinée-Bissau”, MDRA, 1996).



Figura 18 - M'pampam e exploração de recursos florestais (madeira e cibe). *Imagem* – Julio /Queba

2.4.2. A FAUNA E A DIVERSIDADE FAUNÍSTICA

A grande diversidade florestal que caracteriza o Parque, corresponde igualmente a uma grande diversidade faunística em função do habitat que essas estruturas florestas proporcionam. A fauna é rica e diversificada tanto em mamíferos, em répteis, como em aves.

Além da importância ornitológica, o Parque se caracteriza pelas paisagens extraordinárias e por uma riqueza significativa em macro fauna de mamíferos de grande interesse em que se distinguem alguns ungulados como Boca-branco (*Hippotragus equinus*), o Sim-sim (*Kobus defessa*), o Búfalo (*Syncerus caffer*), Leão (*Panthera leo*), Leopardo (*Panthera pardus*), Gazela pintada (*Tragelaphus scriptus*), Muntum (*Cephalophus silvicultor*), Cabra do mato (*Cephalophus rufilatus*), Chimpanzé (*Pan troglodytes*) e Macacos presentes em quase toda a área do Parque. Assim como se pode constatar a presença de Porco do mato vermelho (*Potamochoerus porcus*) Porco do mato preto (*Phacochoerus aethiopicus*) Hiena (*Crocuta crocuta*), Caracal (*Caracal caracal*), Algumas das suas áreas são reconhecidas como corredores da macro-fauna.

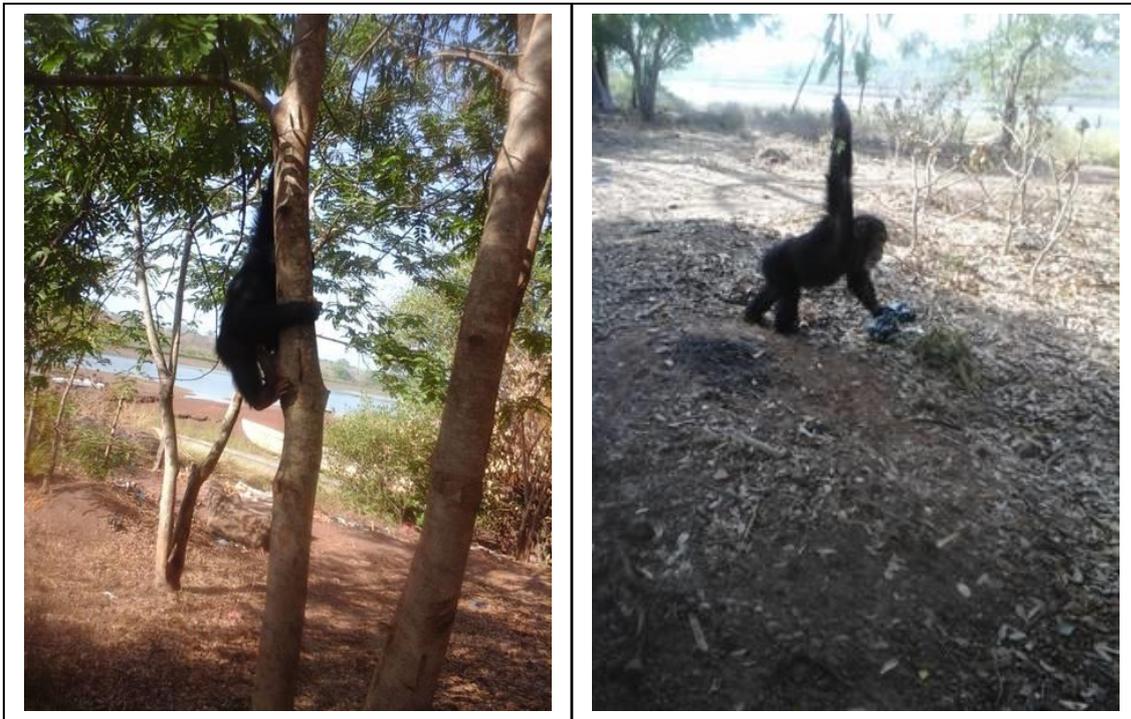


Figura 19 - Chimpanzé na área do Parque. Imagem – Queba Q.

Na zona do Parque, existe uma certa quantidade de elefantes (*Loxodonta africana*) que vive entre as florestas locais e o Norte da Guiné-Conakry, existindo grandes corredores de fauna entre a Guiné-Bissau e a Guiné-Conakry.

Entre a fauna aquática se conta o vulnerável herbívoro Manatim ou “Pis bus” (*Trichechus senegalensis*) que encontra uma abundância de condições alimentícias ideais para sua sobrevivência. É um animal que acidentalmente se encontra preso e muitas vezes mesmo morto nas redes de pescas.

Na costa e no mangal são encontrados facilmente os Mangustos de mangal (*Herpestes paludinosus*) e lontra (*Aonyx capensis*) alimentando-se de peixes, crustáceos e de outros tipos de animais aquáticos.

A grande diversidade de habitats que o Parque apresenta, incluindo extensas áreas húmidas, rios, praias, pântanos, lagoas, planícies de inundação, mangal, florestas, savanas, entre outras, oferece excelentes condições para a alimentação e reprodução dum grande número de aves

terrestres, aquáticas e migradoras. A avifauna costeira inclui Pelicanos, Patos, Corvos-marinhos, Mergulhões, Gansos, Martim-pescadores, Gaivinas, Maçaricos, etc.

No Parque existe uma variedade de répteis, contudo estão relativamente representados. No entanto, é ainda possível encontrar Crocodilos-de-Nilo (*Crocodylus niloticus*) e Crocodilo-anão (*Osteolaemus tetraspis*), mas a sua presença é discreta, enquanto que os Varanos /Linguana-de-água (*Varanus niloticus niloticus*) e os Varanos /Linguana-de-mato (*Varanus exanthematicus exanthematicus*) são regularmente observados, incluindo espécies de serpentes das quais se destacam a Jibóia ou Irã-cego (*Python sebae*), que pode atingir vários metros de comprimento e a Mamba-verde /Cobra-de-palmeira (*Dendraspis viridis*), assim como as serpentes de menor tamanho.

Também se salienta a frequência na área do Parque de outros répteis tais como a Tartaruga-de-água-doce /Cágado-preto (*Pelusios subniger*) o Camaleão (*Chamaleo gracilis*), as Lagartixas (*Mabuya affinis* e *Mabuya perrotetti*), as Osgas (*Hemidactylus brooki*, *angulatus* e *Lygadactylus gutturalis*) e outros.

A pesca é uma das principais actividades económicas da área do Parque. Através dela é garantida o essencial da proteína animal indispensável à alimentação de largos grupos populacionais e ao mesmo obtém algum rendimento económico.

A ictiofauna do parque não é menos rica e diversa, como acontece em todo o país da Guiné-Bissau. Esta riqueza, está certamente na origem do interesse demonstrado pelos pescadores estrangeiros que se deslocam àquela área de propósito para poderem praticar a sua actividade nesta área. De entre as espécies mais procuradas no parque salientam-se os **Djotos** (*Pseudotolithus elongatus*), as Barracudas (*Sphyraena guachancho*), Sereias (*Caranx* sp.) as Cinapas (*Sparus aurata*), Bentana (*Tilapia guineensis*), as bicas (*Lutjanus* sp.), Os Tubarões (*Carcharhinus folciforme* e *Rhizoprionodon actus*), o Peixe areia (*Dasyatis Margarita*), Peixe machado (*Deprane africana*), António boca e Corcor (*Pomadasy incisus*, *Plectorhynchus macrolepis* e *Pomdasys peroteti*), Tainha (*Mugil curema*, *Liza dumerili*, *Mugil capurrii* e *Liza falcipinnis*), Barbo e Barbinho (*Galeoides decadactylus*, *Polydactylus quadrifilis* e *Pentanemus quinquarius*), Bagre (*Arius parkii*, *Arius laticutatus*, *Arius gigas* e *Arius heudeloti*), Isquilon (*Chrysichthys nigrodigitatus*, *Chrysichthys johnelsi*, *Chrysichthys teugelis*), Corvina (*Pseudotolithus senegalensis*, *Pseudotolithus elongates* e *Pseudotolithus typus*), etc.

No entanto há sinais claros de sobre pesca. As capturas de alguns peixes tem vindo a diminuir o tamanho dos exemplares capturados e diversos stocks de peixe são algo de ameaças, assim como existem fortes indícios de ameaça e de sobre exploração dos recursos tanto faunísticos como florestais causados pelo aumento da população e pelo aparecimento de outras novas tabancas nos eixos considerados como grandes corredores da fauna entre norte de Boké (Guiné-Conakry) e as zonas de Cantanhez.

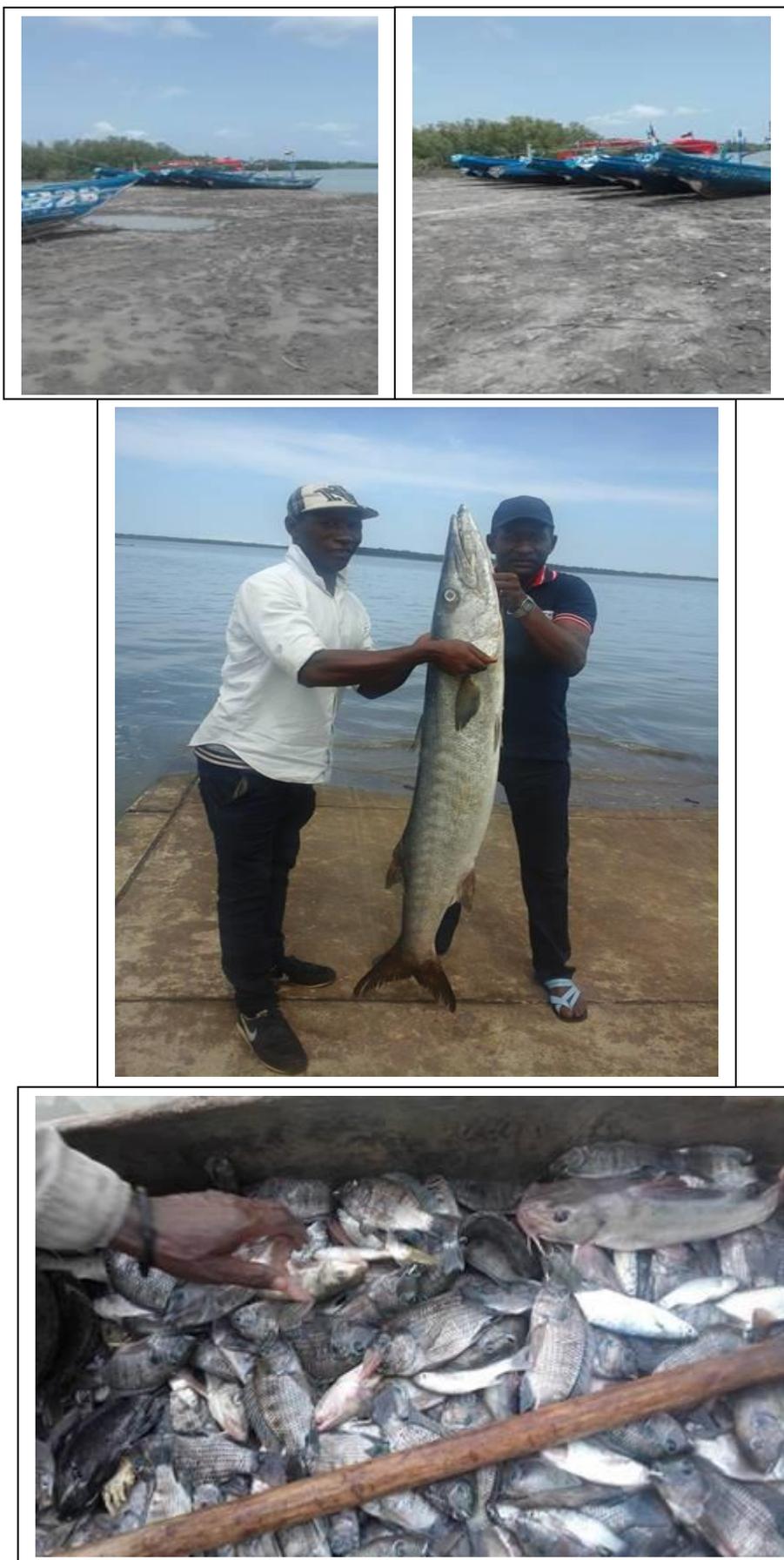


Figura 20 - Pesca nas águas do Parque. Imagem – Queba Q. e J. Soares

2.4.3. HABITAT E PROCESSOS ECOLÓGICOS

Na Guiné-Bissau, a importância ecológica e económica da Biodiversidade do país e dos seus recursos, é fortemente reforçada e enriquecida pela multicolorida diversidade cultural e de crenças das populações que nela habitam e fazem do uso dos recursos naturais e culturais locais a sua forma de sobrevivência económica, social, cultural e espiritual.

As condições de vida e de sobrevivência das comunidades locais depende essencialmente das matas e dos seus recursos naturais. Estas matas preenchem ainda outros interesses e funções culturais, históricos, socioeconómicos e ecológicos.

A presença das espécies animais e vegetais, assim como a diversidade de habitats presentes levou à proposta de criação do Parque de Cantanhez.

A caça de subsistência e comercial assim como a destruição de habitats ligados à agricultura e ao corte de árvores para a produção e comercialização do carvão são as principais ameaças e fontes de pressão identificadas nas matas de Cantanhez.

As alterações climáticas e a intervenção humana têm contribuído para acelerar processos, tais como o aumento do impacto dos incêndios florestais, as secas prolongadas, a perda de habitat, o aumento da erosão, entre outras. Perante estas situações de degradação ambiental é necessário desenvolver estratégias de prevenção, requalificação e valorização do património natural.

É neste quadro que se torna imperativo desenvolver novas práticas e suportes legais para assegurar uma gestão racional dos recursos naturais e conservar a biodiversidade.

2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

A agricultura é a principal actividade económica, uma agricultura de subsistência e com um baixo grau de intensificação, o que pressupõe um sistema de produção baseado no planalto e com culturas itinerantes que exigem uma utilização de terras desbravadas/a desbravar, com consequência na cobertura vegetal natural e nos ecossistemas a ela associados, sobretudo com o desaparecimento progressivo do sistema de poiso, já que as novas terras desbravadas são imediatamente plantados com cajueiros, originando uma procura permanente de novos terrenos para as práticas de culturas de subsistência. Estas situações são notórias em Cantanhez e noutras localidades do Parque, resultando em conflitos com as autoridades do Parque e as autoridades e entidades tradicionais.

Constata-se que a agricultura sendo uma actividade económica, é mais intensamente praticada no período chuvoso pela maioria das tabancas da Área Protegida e da Zona Limítrofe. Na época das chuvas, a agricultura constitui prioridade da maioria das pessoas em todas as tabancas da Área Protegida; na maior parte das tabancas da Zona Limítrofe, as pessoas dedicam-se a outras actividades, tais como, o comércio, a pesca e a exploração florestal.

A agricultura é a actividade exercida pela maioria das pessoas da zona do Parque de Cantanhez, sendo a agricultura intensiva o tipo predominante e que é praticada por uma

elevada percentagem de pessoas com mais de 30 anos de idade; contudo há uma proporção significativa de jovens (10-18 anos) de ambos os sexos que se dedica a agricultura intensiva.

Os sistemas de produção considerados são o sistema do planalto, o de bolanha de água doce, o de bolanha de água salgada, o sistema pecuária e o sistema misto. O sistema de bolanha de água doce é o segundo mais predominante

Os resultados segundo os trabalhos realizados pelo INEP nas APs e zonas limítrofes até 2 Km, mostram que o sistema misto é praticado por cerca de 70% dos residentes das tabancas da Área Protegida. O sistema do planalto é praticado por cerca de 54.% das pessoas das tabancas visitadas; o sistema pecuário, cobrindo cerca de 75% das tabancas, ocupa cerca de metade dos residentes e a bolanha de água doce é o sistema menos praticado na Área Protegida. Na Zona Limítrofe, o sistema predominante é o de bolanha de água doce que ocupa cerca de 83% das pessoas em todas as localidades visitadas; seguidamente, o sistema misto é o mais praticado. A bolanha de água salgada é praticada por cerca de 76% dos residentes cobrindo 50% das localidades e o sistema pecuária por 60% da maior parte das tabancas. O sistema do planalto é o menos praticado na Zona Limítrofe.

De uma forma geral, as culturas como as da mançara, da mandioca, da castanha de caju, da batata-doce e a fruticultura perene são predominantes em todas as tabancas visitadas da Área Protegida.

As culturas mais predominantes são as do planalto, a mandioca, a batata-doce e a castanha de caju.

As regras de acesso e uso dos recursos do parque de Cantanhez são desconhecidas pela maior parte da população, sobretudo da Zona Limítrofe.

Em relação às outras actividades com impacto nos recursos da biodiversidade, a pesca (de rede de arremesso), a exploração florestal de lenha, e a criação de pequenos ruminantes são praticadas pela maioria das pessoas; a caça é também uma actividade praticada no Parque em menor escala e nas suas zonas limítrofes já em maior escala. O tipo de árvore mais utilizado como combustível e para a construção é o tarrafe (mangal).

2.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO UTILIZADORA DOS RECURSOS NATURAIS

As tabancas do Parque Nacional de Cantanhez são habitadas principalmente por nalus, balantas, mandingas, fulas, tandas e os sossos. A composição étnica da população: Nalus (32,4%); Balantas (26.1%); Mandingas (15,3%); Fulas (9,0%); Tandas (5,4%); Sussus (3.6%).

As etnias dominantes são os nalus, os balantas, fulas e os tandas. A filiação religiosa predominante nas tabancas do Parque é a muçulmana; a religião tradicional representa 25%. O perfil religioso apresenta-se do seguinte modo: muçulmanos, 69.6%; animistas, 15,2%; católico, 10.7% e evangélicos, 4.5%. Em relação à profissão, a maioria da população é composto por agricultores/camponeses.

A população caracteriza-se pelo grande peso dos efectivos masculinos, sobretudo camponeses e com um nível de instrução muito baixo. Mantêm preferencialmente a relação “união de facto” e vivem em agregados familiares com mais de seis elementos. A degradação económica e a pobreza atingiram uma parte considerável dessa população. Nota-se a falta de determinadas infra-estruturas educacionais, rodoviárias, hospitalares e o acesso à água potável o que faz com que as populações da zona sejam mais vulneráveis às doenças.

As organizações predominantes na Área Protegida de Cantanhez são as associações comunitárias, as ONGs e, em menor escala, as organizações públicas e privadas.

É notória a reduzida intervenção do Estado no financiamento de actividades das organizações da zona de Cantanhez (Área Protegida e Zona Limítrofe), intervenção essa que se circunscreve no ordenamento hidroagrícola, na horticultura melhorada, construção de fontes melhoradas e equipamentos. Por outro lado, há pequenos apoios das ONGs e das organizações internacionais no financiamento das associações comunitárias, nomeadamente do Parque, onde o grau de associativismo é um pouco elevado, principalmente entre as mulheres.

Em todas as tabancas, as organizações intervêm fundamentalmente no domínio da agricultura. A segunda maior área de intervenção é a formação/educação, pois metade das organizações direccionam a sua intervenção para este domínio cobrindo 50% das tabancas. Por outro lado 33.3% das organizações actuam no crédito tendo uma cobertura geográfica de 75%. Outro domínio de intervenção importante é a transformação.

O tipo mais predominante na Zona Limítrofe é a agricultura intensiva, seguindo-se a agricultura mista (32.1%) enquanto que a percentagem dos que praticam a agricultura extensiva é bastante baixa (1.3%). No interior do Parque, o panorama é diferente: embora a agricultura intensiva seja praticada pela maioria, a percentagem dos que se dedicam à agricultura extensiva já é muito significativa (23%).

Por outro lado, constata-se que a agricultura é actividade económica mais intensamente praticada no período chuvoso pela maioria das tabancas do Parque e da sua Zona Limítrofe. Na época seca, a agricultura constitui prioridade da maioria das pessoas em todas as tabancas do Parque; na maior parte das tabancas da Zona Limítrofe, as pessoas dedicam-se a outras actividades, tais como, o comércio, a pesca e a exploração florestal.

➤ Pesca

Esta actividade económica é exercida por cerca de mais de metade de residentes da maior parte de tabancas do Parque, valor superior ao observado para a Zona Limítrofe. A pesca de rede de arremesso é o tipo mais frequente, enquanto que na Zona Limítrofe predominam dois tipos de pesca, a rede de arremesso e a pesca à linha. A pesca com rede de “mulheres” é também muito frequente.

A pesca é mais intensa na época seca, sobretudo na maior parte das tabancas da Zona Limítrofe. Por outro lado, é de referir que a prática de pesca existe em todas as tabancas do Parque e na maioria das localidades da Zona Limítrofe. Tempos atrás em algumas das tabancas do Parque existiram acampamentos de pesca que se caracterizaram por serem predominantemente permanentes ou seja funcionavam durante todo o ano e eram habitados por pescadores naturais da nossa sub-região (Guiné-Conakry e Gambia). Na Zona Limítrofe,

os acampamentos que existiram muitos eram temporários, isto é, funcionavam durante a época seca, e eram habitados por pescadores guineenses (naturais das tabancas) e gambianos.

Com o objectivo de disciplinar a pesca incontroada que se praticava na área sobretudo pelos pescadores estrangeiros, os parceiros de desenvolvimento de Cantanhez, sabiamente quiseram introduzir sistemas de pescas menos agressivos, sensibilizando tanto os residentes como os estrangeiros sobre o perigo que paira sobre os recursos halieúticos da zona, pela sua importância para a subsistência dos mesmos, como para a economia nacional, tendo mobilizado os pescadores residentes para o efeito de criação de pequenas associações de pescadores, que pudesse melhor controlar este sector sensibilizando uns aos outros para uma boa prática de pescas dentro e fora das águas do parque. Com esta iniciativa, incentivaram a implementação de micro créditos sobretudo em materiais de pescas (linha para a confecção de redes, bóias, chumbo e outros materiais) e recurso à Zonagem e Regras de pesca nos rios de Cacine e Cumbijã, no quadro da Co-Gestão da pesca no rio Cacine.



Mapa 5 - Zonagem e Regras de pesca nos rios Cacine e Cumbijã

A iniciativa prevalece e os residentes estão bem sensibilizados a volta da mesma existindo nesta altura pequenos agrupamentos /associações, embora se espera por parte de todos uma maior intervenção e mais apoios pela parte dos parceiros.

➤ **Caça**

De forma geral, a caça não constitui actividade principal da maioria das tabancas do Parque. A percentagem de pessoas que se dedicam a esta actividade é muito menor em comparação com a Zona Limítrofe, apesar de a caça não ser uma actividade declarada em nenhuma tabanca do Parque.

Esta actividade é mais intensa na época seca, designadamente em algumas tabancas da Zona Limítrofe. A prática de caça é mais frequente nas tabancas da Zona Limítrofe do que no interior do Parque.

➤ **Pecuária**

Verifica-se que a percentagem de pessoas que se dedicam a esta actividade é mais elevada na Zona Limítrofe do que no interior do Parque. A criação de pequenos ruminantes e de aves são os tipos de pecuárias mais predominantes em todas as tabancas; a criação de gado bovino e de suínos é relevante na maior parte das tabancas da Zona Limítrofe.

A pecuária é praticada de forma mais intensa na época seca na maioria das tabancas da do Parque e da sua Zona Limítrofe.

➤ **Recursos florestais**

Com o objectivo de valorização e conservação do ecossistema florestal em especial os tarrafes /mangal, nomeadamente em benefício das populações residentes, implementou-se a actividade de **apicultura moderna** com a introdução de colmeias kenianas e de quadro móvel com vista à uma exploração mais responsável, contribuindo assim na diminuição tanto de queimadas como de morte de abelhas provocadas muitas das vezes por caça ao mel. A iniciativa é plausível entre as populações. Ela foi dinamizada pela UICN e AD, enquadrando sobretudo os alunos de algumas escolas e cujo produto serve de fundo para as mesmas.

Sabe-se que ao nível do Parque, cerca de 95.5% dos residentes da maior parte de tabancas do Parque e na Zona Limítrofe deste dedicam-se à exploração de recursos florestais. Os recursos explorados são essencialmente a lenha, o combustível mais utilizado no consumo pelas pessoas, os frutos silvestres e o palmar.

As regras de acesso e uso dos recursos são conhecidas por todas as autoridades tradicionais. Para a maioria das autoridades tradicionais essas regras se resumem à conservação (animal e

florestal) e para uma minoria ao controlo do Parque; por outro lado, para uma grande maioria dos residentes, as regras de acesso e uso dos recursos são a conservação florestal/mangal e de animais e aves.

O sistema de culturas apresenta uma diversificação consciente no sentido de melhorar o grau de subsistência e da segurança alimentar, além de tirar vantagens de pequenos nichos de mercado para melhorar os rendimentos das famílias/agregados familiares (mancarra, raízes e tubérculos).

A produção nessas zonas é destinada ao auto-consumo e para trocas comerciais, sendo o período do seu consumo de 3-6 meses (56%).

A pecuária é fortemente baseado na criação de aves, pequenos ruminantes, suínos e gado bovino, com uma importância mercantil para os dois primeiros devido a procura, constituindo o gado bovino uma “poupança” e “garantia” económica para os seus detentores, Embora exista um bom mercado para os suínos, a sua criação está muito ligada as práticas religiosas dalgumas das comunidades étnicas residentes nas Áreas Protegidas e 2k.

A pesca é um sector dinâmico, mas a falta de materiais e equipamentos afasta os residentes desta actividade económica, deixando-a para os estrangeiros, com todas as consequências relacionadas com o não respeito das normas técnicas, culturais, zonas de pesca, pesca furtiva e pesca abusiva de certas espécies com maior valor comercial e desportivo.

A **caça** é uma prática generalizada nas APs e nos limites de 2 km. A procura urbana de iguarias de certas espécies coloca um problema relativo a certas espécies, sobretudo os primatas, o que pode conduzir a uma redução drástica dessas espécies, sobretudo no Parque de Cantanhez.

2.5.2. REGIME DE PROPRIEDADE E DIREITO DE ACESSO AOS RECURSOS

Segundo a Lei da Terra da Guiné-Bissau, a Terra é propriedade do estado guineense, embora sobre ela possam ser estabelecidas concessões, delimitadas no espaço e no tempo. Neste caso específico, concessões tradicionais e o acesso das comunidades residentes aos seus Matos Sagrados e a outros sítios de importância cultural e social são igualmente garantido pela Lei da Terra. Na prática predomina, no entanto, as formas de acesso e as propriedades tradicionais.

Existem limites claros das terras das tabancas, o que se poderia chamar de “territórios das tabancas” e que resultam da primeira ocupação efectuada pelo clã dono da tabanca e a quem tradicionalmente pertencem as terras. Esta foi com o tempo objecto de uma partilha sucessivamente entre os filhos e as diferentes famílias da tabanca, mesmo que pertencendo a outros clãs. Os mais velhos asseguram a manutenção dos limites das terras da tabanca e das terras partilhadas, algumas das quais muito antigas. O acesso é garantido não só pelo direito de propriedade tradicional, mas também, através de empréstimos entre famílias e tabancas.

2.5.3. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E USOS DOS RECURSOS NO INTERIOR DO PARQUE

O Parque Nacional de Cantanhez é caracterizado por uma diversidade de sistemas de produção, intimamente associados às micro-regiões agro-ecológicas e à matriz étnica (Anginot, 1988). É o principal centro de produção de arroz do país, devido à fertilidade do solo, à grande quantidade da precipitação média anual e à existência de bolanhas salgadas, condições que permitem criar excedentes comercializáveis. Este sistema de cultivo é praticado essencialmente pelos Balantas e uma pequena franja de Nalus e Sossos. A produção de sequeiro é praticada essencialmente pelas etnias Fula, parte considerável de Nalu e Sosso e outras etnias minoritárias. A produção de arroz de sequeiro é hoje deficitária e a maioria das famílias atinge a auto-suficiência através da compra ou da troca por outros produtos (Temudo, 1998).

A fruticultura é uma das potencialidades da região, essencialmente desenvolvida pelas etnias muçulmanas, e mais recentemente pelos Balantas que se dedicam à produção de caju. A rusticidade do cajueiro, bem adaptado aos solos pobres de savana e o retorno rápido do capital investido durante a fase de instalação do seu cultivo, possibilitaram a sua introdução no sistema produtivo das etnias da região. A actividade de extracção de óleo de palma a partir das palmeiras é feita por quase todas as etnias da zona, principalmente por mulheres. A extracção do vinho de palma é efectuada essencialmente pelos Manjacos provenientes da região norte da Guiné-Bissau.

Anginot (1988) caracterizou os sistemas agrários da península de Cubucaré, utilizando como um dos indicadores o sistema de cultura de arroz, que evidencia a estratégia alimentar dominante na região. Com base na orizicultura, foram identificados três tipos de sistemas agrários, a salientar: bolanha salgada, planalto e misto. O sistema de bolanha salgada (Zona A - Figura ----) ocupa sensivelmente a zona noroeste da área do Parque, de relevo bastante suave, cujos solos são predominantemente fluviolosos e ferralsolos. A etnia maioritária nesta região é a Balanta, que tem como principal actividade agrícola a cultura de arroz de bolanha salgada (Figura -----). Há no entanto algumas culturas de sequeiro, bem como plantações de caju e pequenos pomares de fruteiras diversas.



Figura 21 - Zonagem funcional do Cantanhez – Adaptado de Anginot (1988)



Figura 22 - Bolanha de água salgada

O sistema de planalto (Zona B – Figura 21) enquadra áreas situadas na zona este do Parque, de relevo ondulado e com cotas de altitude ligeiramente maiores que nas restantes regiões. É habitada por etnias muçulmanas principalmente a Fula. Os solos são quase exclusivamente ferral solos e a principal actividade agrícola nesta região é a cultura de arroz de sequeiro (Figura 21). Outras culturas com importância crescente nesta região são os pomares de fruteiras diversas e de caju. Nesta zona localiza-se a maior parte das manchas de floresta densa. O sistema misto (Zona C - Figura 21), ocupa a zona sul e sudoeste da área do Parque, que tem cotas de altitude baixas, diminuindo de norte para sul. Ocorrem nesta região, por ordem decrescente de importância, os fluvisolos, ferral solos e arenossolos. É habitada por

várias etnias, sobretudo Balantas, Nalus, Sossos e Fulas. O sistema de produção baseia-se na combinação dos dois sistemas de produção orizícola, de bolanha salgada e de sequeiro e no cultivo de pomares de fruteiras diversas e de caju. É a zona onde se encontram as grandes áreas de pomares tradicionais de cola.



Figura 23 - Desmatação para fins agrícolas /cultura de arroz de sequeiro

Sendo o arroz a base da alimentação local e o seu cultivo em sequeiro a principal causa da derruba de áreas de floresta, será importante o reforço das medidas tendentes a reduzir a expansão das áreas sujeitas a este sistema de produção.

Considera-se importante o apoio à recuperação das bolanhas salgadas (nomeadamente através de um reforço na concessão de crédito para a recuperação dos diques e no fornecimento de descarregadores de PVC), no controlo integrado das pragas e doenças do arroz de sequeiro e de bolanha salgada (que têm causado perdas consideráveis nos últimos anos), na multiplicação das sementes das variedades mais utilizadas pelos agricultores (cujos stocks se encontram reduzidos devido a numerosos factores que afectaram as produções na última década) e na identificação e controlo da doença que tem vindo a destruir progressivamente alguns pomares de bananeiras (ver Temudo 2009, 2011)

2.5.4. PERCEPÇÃO E PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO PARQUE

A área do Parque é povoada desde há centenas de anos, tendo sido inicialmente colonizada pela etnia Nalu e posteriormente por outros grupos étnicos, de que se salientam os Balantas e os Fulas. O estado actual dos recursos naturais na região resulta assim em larga medida do histórico de relações das populações residentes com a natureza. Neste contexto, deve ser salientada a importância do sistema tradicional de gestão dos recursos naturais, em particular da etnia Nalu, que permitiu a preservação até ao presente de áreas em que a natureza foi bem conservada. Esta interacção relativamente equilibrada com a natureza resulta em boa parte da

aquisição, transmissão e utilização de saberes agrícolas, botânicos e de farmacopeia tradicional pelas populações residentes.

Estando demonstrada a importância das populações locais na manutenção da biodiversidade ao longo do tempo até ao presente, a preservação futura das florestas do Cantanhez só será viável se contar também com o seu empenho. Torna-se assim importante conjugar as aspirações de bem-estar e de desenvolvimento económico das populações, nomeadamente das gerações mais novas, com a conservação da natureza.

No sentido de compatibilizar a conservação da natureza com o bem-estar das populações torna-se necessária a criação de alternativas integradas com retorno económico para as populações locais, promovendo uma gestão participada e sustentável dos recursos naturais. Uma medida de base que poderá condicionar o sucesso das intervenções de carácter conservacionista é a definição e concertação com as populações residentes e nomeadamente com os “donos do chão”, de áreas diferenciadas com uma tipificação adequada das actividades permitidas.

Os conflitos do tipo étnico são os mais predominantes. Os conflitos com as autoridades do parque não são significativos.

Duma maneira geral, as populações sobretudo da zona da Área Protegida estão receptivos quanto à criação do Parque de Cantanhez, todavia, exigem contrapartidas para a manutenção e/ou melhoria da sua qualidade de vida.

2.6. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E VALORIZAÇÃO DO ASPETO CULTURAL

A investigação científica é indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera e para a preservação dos sítios que apresentam um interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem.

Os projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico no domínio da conservação da natureza, deve visar os seguintes objectivos: desenvolver e/ou aperfeiçoar os modelos de gestão da área protegida que se orientem para a promoção do desenvolvimento local, em harmonia com os princípios da conservação da natureza; criar, disponibilizar e otimizar os instrumentos científicos e tecnológicos que garantam um desempenho sustentável das actividades económicas; mobilizar o potencial científico para o conhecimento, valorização e conservação dos componentes da diversidade biológica e do património ecológico; incentivar a produção científica na área da biologia, contribuindo para o conhecimento, valorização e gestão dos componentes sociais, culturais e económicos da área protegida; reforçar a participação e cooperação internacionais em acções de conservação da biodiversidade.

Razão pela qual ao nível do Parque, durante muitos anos, estudos pontuais foram conduzidos no território de Cantanhez, estudos esses que proporcionaram um melhor conhecimento das diferentes matas e a inventariação dos recursos da flora e da fauna existentes. Estes estudos resultarem em publicações que ajudaram a valorizar os diferentes recursos existentes no território.

Dentre os principais destacam-se: “ **Usos e concepções das plantas do “Mato de Cantanhez”** por Amélia F. Moreira, **Caractérisation Phytogeographique et Écologique dès Forêts de Cantanhez** (Région de Tombali, Guinée-Bissau por François Malaisse, **Approche Ethno-Écologique du Territoire de Cantanhez** por Jean-Marc, Tomane Camara et François Malaisse, Publicação no Garcia da Horta (Série Botânica) de **Subsídio para o Conhecimento da Flora de Cantanhez** (A.E. Gonçalves, M. Adélia Dinis e Luís Catarino) e **Contribuição para o Conhecimento da Flora de Cantanhez**, Guiné-Bissau – I por E.S. Martins.

2.6.1. REPRESENTAÇÕES CULTURAIS

Uma grande riqueza da área do Parque Nacional de Cantanhez e arredores é a sua diversidade étnica e cultural. Actualmente esta área que se situa no sul da Guiné-Bissau, na região de Tombali a sudeste de Catio, capital regional, e que corresponde, em termos gerais, ao sector de Bedanda ou península de Cubucaré, é habitado por Balantas (62%), Fulas (10%), Nalus (10%), Sossos (4%), Manjacos (2%), Mandingas (2%) e outros (Djacancas, Bijagós, Tandas e Papéis) (11%) (*in* Georgis, 1996). A área foi ocupada pouco antes do século XV, pelos Nalus, animistas originários da região de Dubreka (República da Guiné) devido a suposta perseguição religiosa movida pelos imperadores Mandinga, aquando da formação dos grandes estados do Sudão (JIU, 1970; Sidersky, 1984). Estabeleceram-se assim no actual território de Cubucaré, conhecido ainda hoje como “tchon nalu”, onde se dedicaram à extracção de óleo de palma e à prática extensiva de culturas de sequeiro.

Em 1860, após o triunfo dos Fulas originários de Boké (República da Guiné) e do Boé (Guiné-Bissau) na guerra tribal contra os Nalus, parte destes foram escravizados e islamizados. Outros refugiaram-se nas ilhas de Komo e de Melo e perderam o contacto com as populações do continente, pelo que ficaram conhecidos, na versão crioula, por Nalus Bravos (Carreira, 1962). Segundo o mesmo autor, em 1890 os Sossos originários de Boffa, Dubreka, Foré-Cariah e Kindia (República da Guiné), aliaram-se aos Nalus contra os Fulas. Em 1896 conseguiram a sua expulsão, pelo que os Nalus regressaram ao continente reocupando o Cubucaré. Esta etnia entretanto aprendeu as técnicas de fruticultura na altura praticadas pelos Sossos.

Ao longo do século XX, os Balantas, originários de Nhacra (Guiné-Bissau), instalaram-se na actual região de Tombali, principalmente junto ao rio Cumbijã. Segundo Handem (1986 cit. *in* Anginot, 1988), a partir de 1924, com o consentimento dos Nalus, começaram a apropriar-se progressivamente das terras virgens de mangal da península de Cubucaré e a praticar a orizicultura nestes solos inundados e salobros, ensinando as técnicas da orizicultura aos Nalus e aos Sossos. Enquanto se intensificou a imigração Balanta, que já em 1946 era maioritária na região (Carreira, 1949), novas famílias de Sossos, de Papéis, de Bijagós, de Manjacos, de Baga, Landumas e Djacancas começaram a instalar-se também na península. Actualmente a representatividade dos Bagas é quase nula nessa área, provavelmente por se terem fundido com outras etnias (Carreira, 1962). Os Tandas, provenientes da República da Guiné, começaram a imigrar em 1920. Neste momento estão na sua maioria reagrupados na povoação de Iemberém.

No que concerne à religião, a população do Parque encontra-se dividida em dois grandes grupos: o dos animistas, do qual fazem parte essencialmente os Balantas e as etnias minoritárias como a Manjaca, a Papel, a Bijagó e uma pequena franja das etnias Nalu e

Tanda; o dos muçulmanos que integra fundamentalmente as etnias Fula, Sosso, Mandinga e Djacanca, bem como os elementos islamizadas das etnias Nalu e Tanda. Havendo práticas agrícolas e de utilização dos recursos naturais diferenciadas consoante as etnias e grupos religiosos, estes dados estatísticos ajudar-nos-ão a compreender melhor a problemática da utilização e conservação do meio natural.

2.6.2. CONHECIMENTO /SABER TRADICIONAIS LOCAIS

Na Guiné-Bissau, a importância ecológica e económica da Biodiversidade do país e dos seus recursos, é fortemente reforçada e enriquecida pela multicolorida diversidade cultural e de crenças das populações que nela habitam e fazem do uso dos recursos naturais e culturais locais a sua forma de sobrevivência económica, social, cultural e espiritual.

As intrínsecas relações entre a vida sociocultural das comunidades locais e os recursos naturais que as rodeiam e que são utilizadas como meios da sua existência e sobrevivência, constituem factores à ter em conta na política de desenvolvimento, a fim de favorecer uma melhor coabitação, harmonia e equilíbrio entre os residentes e o meio que os rodeia, na medida em que cada grupo étnico, ao aplicar o conceito tradicional da dependência do Homem à Natureza para a sua sobrevivência biológica e ao ter noção da dependência da Natureza face às forças sobrenaturais, essas comunidades criam e exigem o respeito pelas regras comportamentais de qualquer utilizador e explorador dos recursos naturais considerados bens comuns postos à sua disposição e à dos outros seres vivos.

As florestas do Parque têm significativa importância, em função de sua abrangência e de sua relevância social e económica, pois o uso destas florestas gera produtos e renda para muitos habitantes.

Existe uma ampla diversidade na organização social e cultural das comunidades que vivem no Parque, bem como na forma de uso dos recursos florestais. O uso dos recursos florestais depende da diversidade das florestas e dos **arranjos** locais existentes para consumo e comercialização.

Para muitas comunidades, esta floresta é essencial para a sobrevivência económica e manutenção da identidade cultural. A maior parte das florestas ocupadas por comunidades tradicionais estão mais conservadas do que outras áreas nas mesmas regiões, devido às práticas ancestrais de uso da floresta e à defesa do território que ocupam. No entanto, várias comunidades enfrentam problemas para realizar o uso sustentável de seus recursos florestais, o que implica na degradação das florestas.

2.6.3. VALOR DO PATRIMÓNIO NATURAL CULTURAL PAISAGISTICO, ARQUIOLÓGICO E SOCIOECONÓMICO

Devido às suas celebridades de exímios agricultores de arroz de mpam-pam e de arroz de bolanha de água salgada, as populações ocupam essencialmente planaltos e zonas baixas, próximas das bolanhas e/ou de pântanos. Uma tabanca normalmente é formada de grandes ou pequenos povoados, constituídos por moranças que agrupam famílias provenientes de apelagem ou seja linhagem familiar segmentada consoante o apelido da família, tendo como

elemento de identidade a pertença à um antepassado comum, fundador do povoado mais antigo.

A organização económica é dominada pela exploração colectiva de terrenos da tabanca repartidos em parcelas que são propriedade privada de cada família. A repartição de terras para outras famílias que chegam mais tarde é gerida ou individualmente (parcelas que não reflectem efeitos sobre parcelas de outras famílias) ou colectivamente (parcelas que mexem com interesses de mais de uma família e que deve ser vistas à luz dos interesse da comunidade).

Nas tabancas da zona do Parque assim como em toda Guiné-Bissau, algumas áreas, mesmo apresentando variados recursos para a exploração não podem ser habitadas, não se pode praticar nenhuma actividade económica ou só podem ser exploradas periodicamente e em pequena escala. A função principal destes sítios é para a realização de certos rituais, como os de iniciação.

Concluiu-se enfim que, o factor religioso e/ou místico que justifica as interdições e condiciona a gestão dos recursos contribui para a sua conservação e o seu uso sustentável, evitando desperdícios (por exemplo os produtos da palmeira só serão explorados se atingirem o amadurecimento). Estas formas de gestão, hoje reconhecidas como formas tradicionais de protecção da natureza, estão sendo valorizadas no quadro de um trinómio natureza-sociedade-cultura, no qual a conservação da biodiversidade passa pela valorização do saber e do saber-fazer tradicional ou seja estes últimos são utensílios fundamentais de apoio à conservação e ao desenvolvimento durável, com benefícios para as populações locais, os utilizadores/ consumidores e para as gerações futuras.

2.6.4. ATIVIDADES SOCIOECONÓMICAS NO PARQUE E ZONAS ADJACENTES

A agricultura é a actividade que ocupa a maioria dos inquiridos em todas as localidades visitadas da Área Protegida de Cantanhez e da Zona Limítrofe.

Por outro lado, na Zona Limítrofe prevalecem igualmente as culturas do planalto, tais como a mandioca, a castanha de caju, a horticultura tradicional e a mancara e as culturas do sistema de bolanha, o arroz de bolanha de água doce e o arroz de bolanha de água salgada.

A exploração do carvão é feita em menor escala por 6.3% dos inquiridos da Zona Limítrofe, uma percentagem que é mais do que o dobro da percentagem verificada na Área Protegida; contudo a produção de carvão é prática que existe em muito mais tabancas da Área Protegida do que na Zona Limítrofe. Por outro lado, o corte da lenha é prática existente em todas as tabancas quer da Área Protegida quer da Zona Limitrofe. Algumas árvores são utilizadas com a maior frequência como combustível e para a construção de habitação e de pirogas: na Área Protegida, são utilizados para esses fins, o cajueiro, o tarrafe, o pau de sangue e o pau de mampataz, na Zona Limítrofe, o tarrafe, o cajueiro, o cibe e o pau de mampataz.

A exploração de recursos florestais é mais intensa na época seca na maioria das tabancas da Área Protegida e na época chuvosa em algumas tabancas da Zona Limítrofe.

✓ Pesca

Esta actividade económica é exercida por cerca de 65.2% dos inquiridos da maior parte de tabancas da Área Protegida, valor superior ao observado para a Zona Limítrofe. A pesca de rede de arremesso é o tipo mais frequente na Área Protegida enquanto que na Zona Limítrofe predominam dois tipos de pesca, a rede de arremesso e a pesca à linha. A pesca com rede de “mulheres” é também muito frequente na zona do estudo.

A pesca é mais intensa na época seca, sobretudo na maior parte das tabancas da Zona Limítrofe. Por outro lado, é de referir que a prática de pesca existe em todas as tabancas da Área Protegida e na maioria das localidades da Zona Limítrofe. Em cerca de 25% das tabancas da Área Protegida existe acampamentos de pesca que se caracterizam por serem predominantemente permanentes ou seja funcionam durante todo o ano e são habitados por pescadores naturais da nossa sub-região (Guiné-Conakry e Gambia). Na Zona Limítrofe, os acampamentos, existentes em 33.3% das tabancas, são temporários, isto é, funcionam durante a época seca, e são habitados por pescadores guineenses (naturais das tabancas) e gambianos.

✓ Caça

De forma geral, a caça não constitui actividade principal da maioria dos inquiridos. A percentagem de pessoas que se dedicam a esta actividade na área Protegida é muito superior ao valor verificado para a Zona Limítrofe, apesar de a caça não ser uma actividade declarada em nenhuma tabanca da Área Protegida. A caça grossa é, dos dois tipos de caça considerados, praticada por todos os inquiridos que se dedicam à caça na Área Protegida e por metade na Zona Limítrofe; enquanto que a percentagem dos que se dedicam à caça de animais de pequeno porte (caça pequena) na Área Protegida é 77.3%.

Esta actividade é mais intensa na época chuvosa, designadamente em algumas tabancas da Zona Limítrofe. A pratica de caça é mais frequente nas tabancas da Zona Limítrofe do que nas da Área Protegida.

✓ Pecuária

Verifica-se que a percentagem de pessoas que se dedicam a esta actividade é mais elevada na Zona Limítrofe do que na Área Protegida. A criação de pequenos ruminantes e de aves são os tipos de pecuária mais predominantes em todas as tabancas visitadas; a criação de gado bovino e de suínos é relevante na maior parte das tabancas da Zona Limítrofe.

A pecuária é praticada de forma mais intensa na época seca em 42% das tabancas da Área Protegida e da Zona Limítrofe.

SEÇÃO III: AMEAÇAS, CONFLITOS DE INTERESSE E PRINCIPAIS DESAFIOS

3.1. PRINCIPAIS AMEAÇAS, CONFLITOS DE INTERESSE

3.1.1. AS QUEIMADAS

A transformação das florestas em terrenos agrícolas e exploração de lenha, constituem as principais causas da sua degradação. Muitas causas se combinam e se reforçam mutuamente: a instalação de novas tabancas e plantações de caju, o fraco nível de desenvolvimento das populações rurais, obriga à uma agricultura itinerante com queimadas o que contribui para o declínio da cobertura florestal.

Hoje, a realidade vivida na área do Parque, longe se difere com aquela vivida alguns anos atrás, isto no que se refere à frequência e à abundância da fauna e flora no interior do Parque, conhecendo grandes alterações regressivas em termos de indivíduos senão espécies.

Relativamente à flora, a realidade dita a existência de grandes clareiras em áreas outrora consideradas de floresta densa e semi-densa, comprometendo seriamente a zonagem do Parque que conheceu assim grandes alterações sobretudo nas áreas inicialmente consideradas núcleo do parque.

Esses factos se devem, quer a forte pressão sobre as espécies, quer pela destruição de habitats consequência das desmatagens e das queimadas para fins agrícolas e regeneração da palha para a cobertura de habitações.

Pois, o **Fogo** é utilizado como um “instrumento” indispensável do agricultor tropical no processo de desmatagem seguido de incineração dos restos vegetais que cobrem as superfícies do solo desmatadas. Aqui na Guiné-Bissau, não constitui excepção.

Quanto ao uso do fogo para preparo do solo, existe a dificuldade na erradicação desta prática secular muito enraizada nos hábitos das populações, todavia, as actividades de sensibilização e capacitação devem continuar de uma forma eficientes, promovendo debates directos com os agricultores acerca do uso controlado e racional do fogo e dos seus efeitos negativos.

No Parque vem-se fazendo alguma sensibilização nesse sentido com resultados positivos que reflectem na redução do número de queimadas em horários inadequados e no considerável aumento do fluxo de comunicação quanto as datas das queimadas nos limites imediato do Parque, possibilitando posteriormente o monitoramento preventivo pela equipa de guardas.

3.1.2. EXPANSÃO DAS ÁREAS DE PLANTAÇÃO DE CAJUEIROS

Um dos grandes desafios não só no Parque Nacional de Cantanhez, como em todo o país, é o problema de expansão desordenada do cajueiro um pouco por todo país. O que mais está a preocupar não é o cajueiro em si mas sim, a monocultura que esta espécie está a ter a

semelhança do que aconteceu no passado com o amendoim. Está-se a substituir vegetação natural por grandes extensões de terreno de cajueiro e por cima sem ordenamento. A pretexto de fazer arroz de planalto está-se a espalhar cajueiro por tudo quanto é floresta.

Apesar de as actividades agro-alimentares ocuparem mais tempo aos camponeses, o certo é que a actividade de apanha do caju é aquela que, num curto espaço de tempo (Abril, Maio e Junho), mobiliza uma boa mão-de-obra. Durante essa época, quer as famílias sejam ou não proprietárias de hortas de caju, a maior parte dos seus membros estará envolvido na actividade como parte integrante dos grupos familiares ou como contratados individuais. Devido às elevadas carências económicas que atingem não só o campo, como também os centros urbanos, a campanha do caju envolve quase todas as famílias em busca de pequenos rendimentos em castanha, com o qual, no final ou no decorrer da campanha, trocam com o arroz para o consumo familiar ou em dinheiro para custear outras despesas.

A castanha de caju transformou-se num produto de renda de maior procura não só pelas famílias camponesas, devido às suas funções de permitir o reabastecimento alimentar das populações em arroz, numa época em que os “*bembas*” (celeiros) das produções de cereais colectados durante a campanha agrícola, se esgotam antes do início da campanha de caju, como também para um conjunto de actores comerciais, desde os agricultores semi-intermediários locais desprovidos de alvarás, os angariadores de clientes ao serviço de outrem, passando pelos pequenos e médios comerciantes, até aos operadores comerciais mais abastados que se encarregam da exportação.

Por causa dessa especificidade peculiar das funções económicas do caju que atravessam e interligam fronteiras de interesses entre diferentes classes sociais, detecta-se que, o empreendedorismo na fruticultura do caju ainda não tem desencadeado elementos de grandes conflitos entre os camponeses. Antes pelo contrário, os camponeses vêm nessas grandes plantações, oportunidades de os seus filhos e esposas conseguirem ocupações com rendimentos pecuniários durante a campanha.

Sendo vista como uma das maiores oportunidades produtivas para pequenos agricultores locais em alternativa à queda da produtividade destinada à alimentação das famílias mais carenciadas, tornou-se difícil travar os apetites e motivações que sustentam a extensão, cada vez maior, dos espaços plantados. Por isso, tanto os defensores da conservação e do desenvolvimento equilibrado como os próprios moradores da zona, reconhecem que esta zona, do ponto de vista das perspectivas de gestão racional dos ecossistemas, está a ser ameaçado, devido ao ritmo acelerado de aumento da pressão demográfica e, conseqüentemente, da prática de substituição das matas por plantações frutícolas, sobretudo da monocultura do cajueiro.

3.1.3. PRESSÃO SOBRE “ESSENIAS MADEIREIRAS, CIBES E PALMEIRAS “

A vegetação natural sobretudo das zonas limítrofes do Parque sofre uma pressão relacionada com o abate clandestino de árvores para a produção de madeira de serviço e também para a lenha que é ainda a principal fonte de energia doméstica. o Pau-sangue (*Pterocarpus erinacens*) continua a ser a essência mais explorada isto devido a sua grande procura nesses últimos anos. Outras espécies como o bissilão (*Kaya senegansis*) e o Poilão (*Seiba penthandrta*) são exploradas mais para fins de construção de pirogas para a pesca.

Outras espécies ameaçadas são o cibe (*Borassous aethiopium*) e a palmeira (*Elaeïs guineenses*), devido primeiro, à sua grande função social, pois, são grandemente utilizados na construção das casas mas ultimamente, devido a suposta profissionalização da fileira de cibe e palmeira, aumentou exponencialmente o seu abate na zona. Dessas duas espécies também é extraído o vinho denominado por “vinho de palma e vinho de cibe”; a extracção do vinho de palma não é proibido, enquanto que a extracção do vinho de cibe se faz clandestinamente visto que após a extracção a planta morre porque dela se retira toda a seiva. De referir que, no interior do Parque, está completamente interdito o corte de cibe e de palmeira por não residentes e para fins comerciais.

A degradação destas formações vegetais sobretudo a da palmeira, está relacionada com o ciclo de “mpam-pam”, na qual, através das queimadas periódicas, se põem em causa a sua regeneração, sobretudo, atrasando o seu ritmo de crescimento e suprimindo as palmeiras mais jovens e as recém-germinadas. O grosso desta formação localiza-se sobretudo nos cursos de alguns rios (cursos de água doce), sobretudo nas imediações da costa.

Associada a esta formação vegetal (palmeira) encontra-se a floresta galeria, condicionada pela maior humidade das vertentes e vales. Ela apresenta variações em relação a sua composição, sobretudo no que concerne a uma maior, ou menor presença da palmeira de óleo (*Elaeïs guineenses*). Algumas vezes, devido a sua localização e condição hídrica, apresentam manchas de com associadas de culturas alimentares diversas.

3.1.4. AUMENTO DE PRESENÇA ANTRÓPICA NAS ZONAS MAIS SENSÍVEIS DO PARQUE

A actividade agrícola é a ocupação de cerca de 80% da força laboral guineense e na zona do Cantanhez esta percentagem tende a ser superior devido à falta de emprego noutras áreas. A agricultura itinerante é a técnica de cultivo tradicionalmente mais utilizada em sequeiro. Implica o derrube de vegetação natural em áreas que, depois de cultivadas durante dois ou três anos, são deixadas em pousio por longos períodos para restauração da fertilidade dos solos (Temudo, 1998). Esta técnica é sustentável para baixas densidades populacionais, uma vez que a percentagem de área cultivada em qualquer instante é sempre baixa em relação à área total disponível. No entanto, à medida que a população aumenta torna-se necessária maior produção de alimentos, pelo que vão sendo ocupadas cada vez mais áreas pela agricultura e assiste-se um decréscimo no tempo de pousio e a uma mais rápida reutilização das áreas anteriormente cultivadas, eventualmente sem que haja uma regeneração completa da fertilidade dos solos (Catarino, 2002).

O desbravamento desorganizado das florestas para a obtenção de terrenos agrícolas, as queimadas, a intensificação da prática tradicional de agricultura itinerante, a má aplicação de novas tecnologias, e a insipiência de conhecimentos sobre constrangimentos ecológicos e tecnológicos, podem traduzir-se no aumento da presença antrópica nas zonas mais sensíveis do Parque, na perda de áreas florestais, na redução de tempos de pousio e na quebra de sustentabilidade dos ecossistemas em exploração, com conseqüente decréscimo na fertilidade dos solos (Castro, 1951; Cabral, 1954; Costa & Resende, 1994). Assim, a identificação e quantificação de tais fenómenos é essencial para apoio a uma política de desenvolvimento rural baseada na conservação e na sustentabilidade dos serviços prestados pelos ecossistemas.

3.1.4. DIMINUIÇÃO DAS ÁREAS DE FREQUÊNCIAS E DE NIDIFICAÇÃO DA FAUNA E DA AVIFAUNA

Hoje, a realidade vivida na área do Parque, longe se difere com aquela vivida alguns anos atrás, isto no que se refere à frequência e à abundância da fauna e flora no interior do Parque, conhecendo grandes alterações regressivas em termos de indivíduos senão espécies. Pois houve uma diminuição notória de animais selvagens, sobretudo de primatas (Macacos), de porcos do mato e da grande fauna (Búfalo /*Syncerus caffer*, Boca branca /*Hippotragus equinus*, Gazela pintada /*Tragelaphus scriptus* e de lala /*Kobus kob*, Hipopótamo /*Hippopotamus amphibius*, e outros) tornando algumas espécies menos comuns senão raras e em perigo de extinção. Esses factos se devem, quer a forte pressão sobre as espécies, quer pela destruição de habitats consequência da desmatação.

Relativamente à zonas de nidificação, a realidade dita a existência de grandes clareiras em áreas outrora consideradas de floresta densa e semi-densa que serviram de zonas de nutrição e de nidificação da avifauna sobretudo autóctone, o que de uma forma compromete seriamente a zonagem do Parque que conheceu assim grandes alterações sobretudo nas áreas inicialmente consideradas de protecção ou núcleo do parque.

Pois a desmatação vem estado a provocar a redução e a fragmentação de habitats. Esta fragmentação do habitat pode constitui uma ameaça à biodiversidade. Ao reduzir a área do habitat de determinadas espécies, ocorre uma diminuição da variabilidade genética, o que implica problemas de sobrevivência para essas populações. A heterogeneidade espacial é um dos aspectos essenciais dos ecossistemas terrestres.

3.1.5. CAÇA FURTIVA E DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PRIMATAS

Em relação à caça, actividades praticada um pouco em quase todas as tabancas do Parque mais para a subsistência, os residentes não hesitaram em defender que, com a implantação do Parque, foi proibida ou regulamentada essa actividade que muito lhes ajudava não só na melhoria da sua dieta alimentar, como na sua economia familiar.

A prática da caça, embora ilegal, está de tal forma enraizada nos hábitos das populações que se pode considerar actualmente uma actividade comum. No entanto, parece ter um impacto pouco significativo na generalidade das populações de mamíferos, sendo de impacto praticamente nulo nas populações de aves, possivelmente por não ser praticada ainda de forma intensiva.

A caça furtiva até então constitui um factor de grande ameaça à algumas espécies, principalmente as da fauna menor (Macacos Mona e Macaco vermelho “*Cercopitecus mona*, *Erythrocebus patas* e *Colobus badius*”, Macaco Cão “*Babuíno-Papio papio*”, Porcos de mato “*Phacochoerus aethiopicus* e *Potamocherus porcus*” entre outros).

A maior parte do produto desta actividade destina-se ao consumo familiar contudo, alguns caçadores internos, praticam esta actividade para fins comerciais. Também existem casos com os caçadores não residentes que entram na zona para caçarem diferentes espécies principalmente para o comércio. A rede de comercialização de carne de caça encontra a sua principal clientela nos aglomerados populacionais próximos das áreas protegidas.

3.1.6. CAÇA E CAPTURA DE ESPÉCIES PROTEGIDAS E/OU AMEAÇADAS

No Parque continua-se a verificar novos assentamentos e abertura de novas “Pontas” sendo muitas delas em cima de corredores de animais como consequência disso, regista-se um aumento da população e diminuição da zona de preservação do Parque, seguido de uma expansão descontrolada de plantação de cajueiro, não respeitando a zonagem nem a técnica de cultivo por exemplo, o espaçamento. De referir que esse facto veio a alterar por completo a zonagem que existia do Parque.

Na verdade continua a prevalecer uma agricultura de derrube e queima ou seja desmatção de grandes extensões de terra e que são utilizados durante 2 ou 3 anos para depois serem abandonados ou como tem acontecido nos últimos tempos, transformados em campos de cajueiros.

Assim, apesar de não se assumirem abertamente, continua-se a praticar a caça de animais selvagens no interior do Parque para o consumo e em alguns casos para a comercialização, principalmente de primatas.

É de registar que ao nível do Parque, isto segundo as informações obtidas a partir da Direcção do Parque, que houve alguns casos de captura de chimpanzés bebés com intenções de comercialização. Razão pela qual e considerando o exposto também no ponto anterior, se adoptou entre outras as seguintes medidas:

- ☞ A caça de subsistência, é reservada aos residentes do Parque e é interdita a caça para fins comerciais dentro dos limites do Parque.
- ☞ Proibir a introdução de novas espécies de animais no Parque sem a autorização das autoridades do Parque.
- ☞ Proibir a instalação de novas tabancas nos corredores de animais.
- ☞ Proibir a instalação na área do Parque de acampamentos de caça.
- ☞ Proibir o abate e captura de espécies raras e protegidas e a captura de crias de animais.
- ☞ Não permitir exportar animais ou partes de animais selvagens para fora dos limites do Parque.
- ☞ Interditar a recolha de ovos, ninhos e juvenis de aves no Parque e nas zonas periféricas.

3.1.7. PRESSÃO PARA O ACESSO AO ESPAÇO DE PESCA NO INTERIOR DO PARQUE

Por se tratar de uma zona rica em recursos haliêuticos, a ictiofauna do Parque Nacional de Cantanhez é rica e diversa, factos demonstrados pela invasão da zona pelos pescadores estrangeiros que se deslocam àquela área de propósito para poderem praticar a sua actividade de pescaria nesta área.

A pesca nas águas do Parque com a utilização de artes de pesca não autorizadas e desrespeitando as regras estabelecidas para a pesca, constitui um dos grandes problemas e desafios ao nível do Parque. Pois, apesar de existirem regras bem específicas para a pesca, tem havido muitas violações principalmente por parte dos pescadores estrangeiros que aproveitam da debilidade do sistema de fiscalização do Parque e abusando das impossibilidades dos pescadores nacionais em adquirir tanto grandes e melhores pirogas, como materiais adequados de pesca.

3.2. CONFLITOS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO E USO DOS RECURSOS DO PARQUE

O Parque Nacional de Cantanhez a semelhança de todos os Parques do País, é um Parque com população e para a população, o que implica que assiste-se uma maior concentração no interior do Parque das actividades económicas, de formas que, distintos factores concorrem para tornar essa zona muito vulnerável: a pressão sobre os recursos naturais (pesca artesanal, agricultura, exploração florestal e faunística, queimadas, desmatagem, plantação de cajueiros, aparecimento de novas vias rodoviárias e assentamentos humanos, o turismo e a exploração mineira). Actualmente o Parque conhece uma intensificação de exploração dos seus recursos naturais com risco de desaparecimento das capacidades de reconstrução e da não durabilidade económica. Tais actividades constituem uma ameaça à conservação e uso durável dos recursos da biodiversidade.

Os conflitos existentes à volta de utilização dos recursos naturais e da biodiversidade são vários. Entretanto os mais importantes e marcantes são: o conflito entre criadores de gado (vacas, cabras, carneiros e porcos) e os agricultores, o conflito entre os pescadores nacionais e estrangeiros e o conflito agricultores-agricultores. Também, existem conflitos entre a conservação da biodiversidade e certos sectores económicos, por exemplo, entre agricultura, florestas e plantações de cajueiro, entre os mangais e a produção de arroz, entre o turismo e as florestas.

Os conflitos étnicos (intra e inter) ligados ao acesso aos recursos são também frequentes na maioria das tabancas do Parque. Os conflitos com as autoridades da Área Protegida de Cantanhez ou entre tabancas existem em menor grau. Na Zona Limítrofe, apenas se registaram conflitos de natureza inter-étnica, embora em menor proporção.

3.2.1. CONFLITOS ENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE E A ESTRUTURA DO PARQUE

A semelhança de todos os Parques do País, o Parque Nacional de Cantanhez é um Parque com população que sobrevive dos recursos naturais do Parque. Pois as tabancas da Área do Parque são habitadas principalmente por balantas, fulas, nalus, sossos, mandingas, djacancas, tandas, e entre outros. População essa constituída essencialmente por agricultores e Pescadores, dedicando um pouco a cria de animais. Em termos étnicos, as etnias dominantes são os nalus, os balantas, fulas e os tandas e a filiação religiosa predominante é a muçulmana, seguida de animistas, católicos e evangélicos,

Considerando o número de população residente no interior do Parque e nas suas ares limítrofes, a Administração do Parque se por um lado, é uma forma de conseguir uma

proteção para a natureza, por outro, ela não consegue assegurar a integridade mínima dos processos biológicos no restante do território e assim, seus próprios objetivos de conservar paisagens e espécies, ficam ameaçados. Se por um lado ela tenta resolver, o conflito constante pelo uso da terra e dos recursos naturais nas Área Protegida, por outro, em muitos casos, ela acirra conflitos com os moradores das áreas então destinadas à proteção e de suas circunvizinhanças ao impor a eles restrições e mudanças no regime de uso do espaço e dos recursos naturais, o que lhes altera diretamente a dinâmica da vida até esse momento.

3.2.2. CONFLITOS EM TORNO DOS RECURSOS HALIÊUTICAS

Como acontece em todo o país da Guiné-Bissau, a ictiofauna do Parque Nacional de Cantanhez é rica e diversa,. Esta riqueza, está na origem do interesse demonstrado pelos pescadores estrangeiros que se deslocam àquela área de propósito para poderem praticar a sua actividade nesta área.

Assim associada a agricultura, a pesca é uma das principais actividades económicas da área do Parque. Através dela é garantida o essencial da proteína animal indispensável à alimentação de largos grupos populacionais e ao mesmo obtém algum rendimento económico.

A pesca é mais intensa na época seca, sobretudo na maior parte das tabancas da Zona Limítrofe. Por outro lado, é de referir que a prática de pesca existe em todas as tabancas da Área Protegida e na maioria das localidades da Zona Limítrofe. Em cerca de 25% das tabancas do Parque existiu acampamentos de pesca que se caracterizavam por serem predominantemente permanentes ou seja funcionavam durante todo o ano e eram habitados por pescadores naturais da nossa sub-região (Guiné-Conakry e Gambia). Na Zona Limítrofe, os acampamentos que existiam em 33.3% das tabancas, eram temporários, isto é, funcionavam durante a época seca, e eram habitados por pescadores guineenses (naturais das tabancas) e gambianos.

Em quase todas as tabancas visitadas falaram de pescadores não residentes no Parque que pescam com muita frequência no interior e nos arredores do Parque com artes de pesca não permitida para venderem o pescado fora das áreas do Parque. Dizem que, já que se condicionam aos residentes no exercício dessa prática, também devia ser proibido aos não residentes.

3.2.3. CONFLITOS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO DE CIBE

O *Borassus aethiopum* (cibe), é considerado uma espécie predominantemente de savana, embora no Parque, como em toda a Guiné-Bissau seja frequentemente encontrada em floresta aberta. Nos outros locais onde ocorre na área do Parque esta espécie está instalada em geral em ferralsolos profundos e bem drenado

No interior do Parque, as Matas de Cibe de Cadique e Lauchande constituem um património renovável importante para as comunidades do Parque, pois são fontes de uma das matérias-primas mais importantes na construção das habitações e outras infra-estruturas comunitárias.

O cibe (*Borassous aethiopiium*), devido primeiro, à sua grande função social, pois, é grandemente utilizado na construção das casas mas ultimamente, devido a suposta

profissionalização da fileira de cibe, aumentou exponencialmente o seu abate na região. Dessa espécie também é extraído o vinho denominado por “*vinho de cibe*”; a extracção do vinho de cibe se faz clandestinamente visto que após a extracção a planta morre porque dela se retira toda a seiva.

Presentemente verifica-se que o uso desses recursos não é bem regulamentado, existindo abusos e infracções que reduziram consideravelmente as áreas dessa formação vegetal, havendo uma necessidade de regulamentação específica, evitando-se dessa forma a sua delapidação, como aconteceu em outras partes do país, razão principal deste Programa. De referir que, no interior do Parque, está completamente interdito o corte de cibe por não residentes e para fins comerciais.

Impõe-se um programa de Educação Ambiental mais intenso e mais abrangente tendo como público-alvo, as populações do interior do Parque e das zonas limítrofes.

3.2.4. CONFLITOS COM CAÇADORES RESIDENTES E NÃO RESIDENTES

De forma geral, a caça não constitui actividade principal da maioria dos residentes do Parque. A percentagem de pessoas que se dedicam a esta actividade na área Protegida é muito inferior ao valor verificado para a Zona Limítrofe, apesar de a caça não ser uma actividade declarada em nenhuma tabanca do Parque. A caça praticada é de tipo caça de animais de pequeno porte (caça pequena).

Esta actividade embora mais facilitada na época seca devido a escassez de água, ela é mais intensa na época chuvosa, designadamente em algumas tabancas da Zona Limítrofe. A prática de caça é mais frequente nas tabancas da Zona Limítrofe do que no interior do Parque.

A caça de pequena escala e com fins de autoconsumo individual e da família é também praticada por uma pequena franja da população residente. Há todavia tentativa de caçadores clandestinos profissionais nacionais não residentes se penetrarem furtivamente na área com o objectivo de exercer estas actividades de forma clandestina.

Embora pelas informações recolhidas não terem apontado nenhuns conflitos entre os caçadores residentes e os não residentes, mas a procura urbana de iguarias de certas espécies coloca um problema relativo a certas espécies, sobretudo os primatas, o que pode conduzir a uma redução drástica dessas espécies, sobretudo porque o controlo efectivo do Parque não é atingido.

3.2.5. CONFLITO COM OS OPERADORES TURÍSTICOS E TURISTAS

No sentido de compatibilizar a conservação da natureza com o bem-estar das populações torna-se necessária a criação de alternativas integradas com retorno económico para as populações locais, promovendo uma gestão participada e sustentável dos recursos naturais. Uma medida de base que poderá condicionar o sucesso das intervenções de carácter conservacionista é a definição e concertação com as populações residentes e nomeadamente com os “donos do chão”, de áreas diferenciadas com uma tipificação adequada das actividades permitidas.

O Parque dispõe de importantes potencialidades que o permitem desenvolver um turismo especializado valorizando um tesouro patrimonial, ecológico e cultural. De formas que deve-se promover o ecoturismo visando a valorização económica e social do património natural como fator estruturante de diferentes setores da atividade económica, nomeadamente através de parcerias, com especial incidência no que se refere ao turismo da natureza, nos termos da lei.

Contudo, deve-se ter em conta as fragilidades dos ecossistemas marinhos e costeiros na instalação e/ou construção de infra-estruturas turísticas, em detrimento das áreas sensíveis do ponto de vista ecológico e cultural.

Dos impactes negativos que podem ser observados entre outros, se pode citar o conflito de interesses com as populações locais (utilização dos sítios sagrados, restrições de circulação em certos sítios, etc.), a ocupação de praias frequentadas por aves migradoras, o desenvolvimento de caça e de pesca de espécies vulneráveis, a comercialização da fauna selvagem, aceleração do fenómeno da erosão costeira e outros.

O Plano turístico do Parque deve ter uma proposta de ordenamento de actividades turísticas; as infra-estruturas turísticas não devem ser implantadas nas zonas inapropriadas susceptíveis de criar conflitos com a população local e nem devem ser instaladas nas zonas expostas à erosão.

3.2.6. CONFLITOS INSTITUCIONAIS

O meio ambiente é um bem jurídico que merece grande destaque tendo em vista ser considerado um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A preservação do meio ambiente a todos aproveita, e do mesmo modo, sua degradação a todos prejudica.

O que importa na defesa do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é a vinculação Estado-Sociedade Civil. Essa vinculação de interesses públicos e privados conduz a noção de solidariedade em torno do bem comum.

A garantia a um meio ambiente ecologicamente equilibrado também está diretamente relacionada com a efetivação dos demais direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a vida, a saúde, o lazer, a qualidade de vida, bem-estar, etc.

O nível de conservação da biodiversidade é ainda elevado na Guiné-Bissau. Entretanto, existem pressões cada vez mais crescentes sobre os recursos, devido não só aos factores de ordem natural como a mudança do clima, mas, sobretudo, aos factores de ordem antrópica. A economia da Guiné-Bissau e do Parque tem crescido substancialmente nos últimos anos e com ela, maiores necessidades em infra-estruturas básicas, superfícies cultiváveis. Afigura-se igualmente importante ressaltar o crescimento da população e a sua distribuição. Ligado a este último aspecto é de salientar o ritmo de expansão das tabancas e a demanda em espaço, em bens de consumo e em matéria de energia, etc.

Na definição de estratégia proposta para a zona costeira foram tomados em conta vários elementos e documentos já existentes, para além das principais constatações, problemas e conflitos em torno da utilização dos recursos da biodiversidade na Zona Costeira.

A Carta da Política de Desenvolvimento Agrário foi aprovada desde 1997. Entretanto, a elaboração da zonagem agro-ecológica constitui a prioridade principal, se vier a ser concretizada poderia minimizar vários problemas como a ameaça da monocultura de caju, agricultura itinerante, organização de zonas de pastagens e corredores de gado.

Algumas acções no domínio da conservação da biodiversidade existiam desde 1988, ano da institucionalização do Programa da Planificação Costeira com apoio técnico e científico da UICN.

Na área do Parque sempre existiram e funcionaram varias instituições com vocação conservacionista embora se tem notado o seguinte:

- ✓ Insuficiência de quadros especializados
- ✓ Não valorização das capacidades existentes
- ✓ Falta de motivação de quadros
- ✓ Limitações de conhecimento da metodologia participativa como ferramenta fundamental para a participação das comunidades locais
- ✓ As instituições têm problemas materiais, técnicos e financeiros para responder às suas atribuições
- ✓ A coordenação interna interinstitucional muito limitada
- ✓ Visão estratégica, capacidade de planificação e de elaboração de projectos de desenvolvimento reduzidos
- ✓ Os mecanismos de coordenação não são implementados com rigorosidade
- ✓ Limitações de funcionamento devido a falta de pessoal especializado e restrição de meios financeiros

Com efeito, analisando os engajamentos das diferentes instituições ao nível do Parque, é evidente que surge a necessidade de sinergias que garantam a assumpção dos compromissos e para que o Parque se desenvolva de forma sustentável. Isto é, mostra-se necessário a adopção de uma nova abordagem integrada em termos de realização conjunta de certas actividades, em domínios específicos, nomeadamente:

- Informação, Educação e Comunicação
- Investigação
- Observação e monitorização sistemáticas
- Protecção e Gestão dos recursos naturais
- Transferência de Tecnologias

Uma boa e uma melhor sinergia entre as instituições numa política de gestão com a participação de todas as instituições públicas, privadas e não governamentais, isto iria encorajar a elaboração de políticas que favoreçam a tomada de decisões de forma participativa

e adoptar a melhor combinação entre conhecimentos científicos e tradicionais e assegurar uma harmonia com o Plano de Gestão e com os outros programas ambientais.

O plano integra a visão, os objectivos, as estratégias e as acções necessárias para a implementação da política ambiental no Parque. Preocupações com o ordenamento do território e a gestão durável dos recursos naturais como condições indispensáveis para garantir a segurança alimentar das populações e para lutar contra a pobreza encontram-se bem patentes neste plano. Para tal se propõe:

- Instaurar um quadro institucional bastante eficiente para responder às solicitações e preencher convenientemente os compromissos prescritos bem como a aplicação eficaz das decisões.
- Instaurar estruturas especializadas na recolha dos dados, a taxonomia (nomeadamente dos laboratórios), e a conservação in-situ e ex-situ.
- Criar as capacidades de sensibilização e promover a participação do público.
- Reforçar as capacidades das instituições responsáveis pela implementação do Plano, para melhorar a sua eficiência.
- Melhorar os sistemas de gestão de recursos naturais para torná-los mais transparentes e previsíveis (em especial da floresta, água e vida selvagem), reflectindo a escassez e o valor real desses recursos.
- Descentralizar a gestão da biodiversidade, aproximando-a das comunidades e dos poderes locais, e fazendo-a repousar sobre a efectiva participação dos residentes na resolução dos seus problemas e tomadas de decisão.
- Reforçar as capacidades institucionais em matéria de legislação ambiental.
- Reforço, valorizar e motivar a capacidade existente

A isso, é necessário acrescentar a exigência de partilha de informações, proveniente de todas as fontes acessíveis ao público e facilitar a troca de informações científicas, técnicas, ecológicas e jurídicas, bem como de dados de experiências, relativas a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

3.2.7. CONFLITOS POTÊNCIAS RELACIONADOS COM AS PROCURAS FUTURAS

O desenvolvimento sustentável exige eficiência ecológica e económica mas também progresso social, dito de outra maneira, exige de uma gestão ambiental eficiente, luta contra a pobreza, políticas económicas sustentáveis e justiça social.

A vida na terra é garantida por processos ecológicos fundamentais que a Natureza dificilmente consegue duplicar: água, oxigénio, simbiose, condições climáticas apropriadas a uma diversidade de vida na terra são processos e elementos quase que únicos neste universo. Ninguém nega a relação directa entre abundância de recursos naturais e potencial económico

baseado no património nacional. O desenvolvimento económico de uma nação depende não só do seu capital científico-tecnológico e humano mas sobretudo também da sua riqueza em recursos naturais, seu património natural.

Ao se referir aos potenciais conflitos com as futuras procuras ao nível do Parque, cabe aqui basear-se nos seguintes dados: A demografia segundo Carreira (1949) se situava em 10000 habitantes no sector de Cubucaré, o recenseamento de 1979 “Anós I Kantu” apontava para uma população aproximada de 15000 habitantes, com uma densidade populacional de 15 hab/Km² e segundo dados de INEC (1992) relativamente ao senso de 1991, o sector passou a ter uma população de mais de 19000 habitantes. **Senso 2009 -----**. Assim, pode afirmar-se que a população da região apresenta uma taxa média de crescimento anual de 2.15% e uma densidade aproximada de 17 hab/Km², contudo muito inferior à média nacional (48 hab/Km²), mas indica um aumento considerável. No entanto, à medida que a população aumenta torna-se necessária maior produção de alimentos, pelo que vão sendo ocupadas cada vez mais áreas pela agricultura e assiste-se um decréscimo no tempo de pousio e a uma mais rápida reutilização das áreas anteriormente cultivadas, eventualmente sem que haja uma regeneração completa da fertilidade dos solos (Catarino, 2002).

Assim sendo, tudo implica que se prevê uma grande procura de recursos naturais no futuro e que poderá ter como consequências os mesmos conflitos outrora existentes acerca de exploração de recursos naturais do Parque, tais como: o conflito entre criadores de gado (vacas, cabras, carneiros e porcos) e os agricultores, o conflito entre os pescadores nacionais e estrangeiros e o conflito agricultores-agricultores, também conflitos entre a conservação da biodiversidade e certos sectores económicos, por exemplo, entre agricultura, florestas e plantações de cajueiro, entre os mangais e a produção de arroz, entre o turismo e as florestas.

De formas que se prevê num futuro próximo como já se pode notar, a existência de conflitos com alguns residentes que queiram expandir as suas propriedades desrespeitando todas as regras quer da Lei-quadro das Áreas Protegidas quer mesmo da Lei de Terra e o seu Regulamento.

3.2.8. CONFLITO DE INTERESSE ENTRE OS ANIMAIS E OS HOMENS (AS CULTURAS)

A conservação e o desenvolvimento sustentável são interdependentes. Entenda-se por conservação a gestão do uso pelo homem da biosfera para que as gerações actuais tirem a máxima vantagem dos recursos vivos assegurando sua existência para poder satisfazer as necessidades das gerações futuras. Nessa perspectiva a Conservação inclui a preservação, manutenção, a utilização sustentável, a restituição, renovação e melhoramento do meio natural. Nesse sentido, a conservação, como recomendado na Estratégia Mundial da Conservação (IUCN, 1980) envolve especificamente a conservação de plantas, animais, micro-fauna mas também dos elementos não vivos do meio natural em que se apoiam para sua sobrevivência. Contrariamente aos não vivos, se preservados, os recursos naturais vivos, são renováveis, no caso contrário sua natureza limitada conduz a sua destruição.

Porém, a conservação em si não constitui uma solução, deve ser um processo, tarefa de todos os sectores, ao nível das estruturas que gerem os recursos naturais (pesca, agricultura, florestas) a conservação deve velar pelo uso sustentável dos recursos mas também garantir a preservação dos processos ecológicos e património genético essenciais para a sustentabilidade

dos primeiros. Para os sectores da saúde, energia, industria, a conservação é o contexto da gestão que permite, de forma durável tirar o melhor proveito dos recursos naturais básicos e escolher o lugar e natureza de actividades que lhes assegurem sustentabilidade. Aqui o papel estratégico do Ordenamento do território.

A conservação por si não é mais que uma das condições indispensáveis à prosperidade e sobrevivência humana, ela está estreitamente ligada ao novo ordem económico internacional (a globalização), com os direitos humanos, a erradicação da pobreza e uma política alimentar eficientes, como também com os índices de crescimento humano. Assim, essas políticas devem-se ver reforçadas ao nível local para contribuir juntamente para o desenvolvimento sustentável num contexto local com conotações e impacte nacional. A integração da conservação ao desenvolvimento é estrategicamente importante, caso contrário será impossível satisfazer as necessidades actuais sem o risco de não poder satisfazer as mesmas necessidades no futuro. Portanto, conservação e desenvolvimento são conceitos e processos interdependentes.

Em toda a área do Parque, o conflito homem/animal constituiu uma das principais preocupações das populações principalmente com os primatas Macacos, Chimpanzé (*Pan troglodites*), com Porcos de mato (*Phacochoerus aethiopicus* e *Potamochoerus porcus*), com “Farfanás” (*Thryonomys swinderianus*), com lobos (*Crocuta crocuta* e *Hyaena hyaena*), Gafanhotos, etc. Esses conflitos resumem-se em ataques e destruição das culturas e animais domésticos por esses animais, em várias ocasiões, Chimpanzés invadem as habitações a procura de algo para se alimentarem.

3.3. PRINCIPAIS DESAFIOS

A principal ameaça no PNC é o próprio sistema de produção vigente dentro e nas zonas limítrofes do Parque, caracterizado pelo sistema de culturas de sequeiro, sendo os campos imediatamente plantados com cajueiros, permitindo em termos de utilização do espaço desbravado somente dois anos de culturas de outras espécies, eliminando uma prática cultural vigente na zona - o poisio de pelo menos 4-5 anos, levando a uma procura constante de novas terras para as culturas itinerantes de subsistência, inclusive a invasão do território delimitado do PNC, começando a surgir a ideia dum redimensionamento da área do Parque por parte dos habitantes das zonas limítrofes, além de tentativas de estabelecimentos de novas plantações de cajueiros e outros tipos de propriedades agrícolas dentro do Parque.

Um outro perigo ambiental tem a ver com a deflorestação a montante, causando não só a erosão, mas também o assoreamento dos rios, tendo como consequência não somente a redução da área das mesmas, mas também um assoreamento progressivo, devido sobretudo ao corte do mangal nas margens dos mesmos rios causando a subida da água salgada para as bolanhas de água salgada e sua salinização das mesmas.

Devido aos factores ligados à sua localização geográfica, à situação da conjuntura económica e da governação do país e aos aspectos de constrangimentos socioculturais, a Zona do Parque denuncia os seguintes problemas;

- Insuficiência de Pequenos Materiais Agrícolas (PMA) e Insumos agrícolas;

- As vias de comunicação rodoviária estão precárias, tornando-se as estradas completamente intransitáveis durante à época das chuvas;
- Condições insuficientes de acesso aos cuidados primários da saúde (assistência médica e medicamentosa);
- Deficientes condições de acesso a água potável, continuando a população a recorrer aos poços tradicionais precários para o consumo e às nascentes de água para o banho e lavagem de roupa;
- Falta de meios de saneamento básico do meio: insuficiência de latrinas, a maioria continuando a recorrer às matas e aos quintais para defecarem;
- O ensino não está orientado para a aprendizagem profissional que garanta a fixação de jovens escolarizados no campo, incentivando a deslocação de alunos para as cidades;
- Défice e insegurança alimentar, sobretudo nestes últimos anos;
- Inexistência de transporte publico;
- Falta de sensibilização para a utilização de técnicas melhoradas de economia de lenha: fogões melhorados de cozinha e de extracção de óleo de palma;
- Falta de acesso aos créditos para as actividades geradoras de rendimentos (horticultura, apicultura, actividades de exploração, transformação de produtos domésticos e silvestres);
- Ausência de ensinamentos para a transformação de produtos agro-alimentares e comerciais (de técnicas de aproveitamento de polpa de tomate e de outros produtos hortícolas, bem como do caju);
- Entre outros.

Principais Problemas ao nível das tabancas do Parque

N.º ord.	Alguns dos principais Problemas
Ambiental	
01	Queimadas
02	Desmatações para fins agrícolas
03	Ataque de pragas e animais daninhos
04	Degradação de bolanhas
05	Abate de grandes árvores
06	Conflito de interesse entre homem e animais
Sócio – Cultural	
01	Falta de assistência médica e medicamentosa
02	Insuficiência da água potável
03	Desemprego jovem
04	Falta de alfabetização de adultos

05	Falta de saneamento básico (insuficiência de latrinas)
Económica	
01	Degradação de bolanhas
02	Dificuldade de materiais agrícolas
03	Insuficiência de água para campos hortícolas
04	Falta de acesso a sementes de ciclo curto
05	Falta de acesso as sementes e insumos agrícola e hortícola
06	Falta de materiais de transformação e conservação de frutos
Tecnológica	
01	Ausência de técnica de aproveitamento de polpa (tomate e caju)
02	Ausência de técnicas de transformação e conservação de frutos
Político – Institucional	
01	Insuficiência de infra-estruturas escolares, pessoal docente e Madarassa (escola árabe)
02	Falta de centros de nutrição materno infantil
03	Falta de centro de corte e costura
04	Falta de poços de água potável

3.4. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NA GESTÃO DO PNC

Principais potencialidades do Parque

Tabela - – Potencialidades Parque

N.º ord.	Potencialidade
Ambiental	
01	Fauna (animais) terrestre e aquática
02	Recursos Hídricos subterrâneos
03	Recursos Hídricos superficiais
04	Chuva regular
05	Flora
Sócio – Cultural	
01	Habitação
02	Saber Tradicional
03	Escola
04	Mesquita
05	Campo de Futebol
06	Mata Sagrada
07	Artesanato
08	Hospitalidade
09	Associação de base
10	Recursos humanos
Económica	
01	Pequenas unidades de comércio
02	Terra Arável

03	Caju
04	Fruticultura
05	Bas-Fonds
06	Bolanha de água salgada e doce
07	Recursos naturais
08	Apicultura
09	Frutos silvestres
10	Caça
11	Pesca
12	Horticultura
Tecnológica	
01	Poço de água potável
02	Antena de MTN
03	Painel solar
04	Antena de Orange
04	Reservatórios de água
Político – Institucional	
01	Centro de Saúde e Maternidade USB
02	Estabelecimentos de ensino (Escolas de Ensino Básica Elementar e secundário)

Principais limitações do Parque

Em parceria com a Direcção do Parque sempre existiram e funcionaram varias instituições com vocação conservacionista embora se tem notado seguintes limitações:

- ✓ Insuficiência de quadros especializados.
- ✓ Falta de motivação de quadros.
- ✓ Limitações de conhecimento da metodologia participativa como ferramenta fundamental para a participação das comunidades locais.
- ✓ Insuficiência de materiais, de técnicos e de financiamento para responder às suas atribuições.
- ✓ A coordenação interna interinstitucional muito limitada.
- ✓ Visão estratégica, capacidade de planificação e de elaboração de projectos de desenvolvimento reduzidos.
- ✓ Os mecanismos de coordenação não são implementados com rigorosidade.
- ✓ Limitações de funcionamento devido a falta de pessoal especializado e restrição de meios financeiros.

PARTE II: PLANO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ

SEÇÃO IV: VISÃO POLITICAS E ESTRATEGIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

4.1. VISÃO, OBJECTIVOS E PRINCIPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO

O entendimento e a determinação das consequências das "regras" de planeamento e gestão de área protegida são tarefas vastas, já que é área sensível a mudanças sem precedentes resultantes da combinação entre os processos naturais e os impactos induzidos pelo homem e as actuais políticas e sistemas administrativos e de gestão demonstram falhar na prevenção do desenvolvimento da degradação desta área e na gestão das consequências ambientais. São várias as exigências a ter em conta na gestão de uma área protegida: uma visão nacional; uma visão de longo prazo; uma abordagem integrada de zoneamento e de gestão; comunicação, colaboração e coordenação entre os diversos responsáveis pelo zoneamento, gestão e utilizadores; envolvimento público; flexibilidade; e instituição específica.

Pois, o desenvolvimento desta área tem que se basear num plano que a todos motivem, incluindo em primeiro lugar as populações aí residentes, as quais deverão reconhecer nessa zona oportunidades acrescidas de melhoria da sua qualidade de vida, em vez de sentirem relegados para a cauda do desenvolvimento. Isto só é possível com a participação empenhada das mesmas, e isto só se consegue com uma gestão que sirva e defenda à natureza mas não esqueça a qualidade de vida dos homens e mulheres que aí vivem e trabalham. O presente Plano de Gestão apresenta um conjunto de acções pactuadas entre as populações residentes, outros actores sociais interessados na conservação do Parque e o IBAP, constituindo de elementos de gestão, tal como zonificação, microprojectos de desenvolvimento sustentável e social, programas de uso da terra sustentáveis concordados, protecção dos animais, facilitação e promoção de visitas do Parque, etc.

Os principais objetivos são a preservação, a conservação e a defesa das manchas de floresta sub-húmidas de grande diversidade biológica.

Entre outros objetivos encontram-se a salvaguarda das espécies de animais e vegetais raras em extinção, caso concreto dos Elefantes (*Loxodonta africana*), que migram frequentemente para o outro lado da fronteira, incluindo ainda outras espécies; a promoção do ecoturismo e a valorização das atividades económicas como forma de melhoria de condições de vida das populações residentes e promoção de uso ordenado do território e dos seus recursos naturais de forma a garantir a continuidade dos processos evolutivos.

O Plano tem como objetivos específicos:

1. Proteger a diversidade biológica e os processos ecológico associados, valorizando a gestão tradicional dos espaço e dos recursos, de acordo com a cultura e tradições dos diferentes grupos étnicos residente no interior do parque;

2. Melhoria das condições de vida das população através de um modelo de desenvolvimento que priorize a exploração racional e duráveis dos recursos naturais;
3. Melhorar o conhecimento científico do parque e propôr alternativas para desenvolvimento sustentado
4. Implementar um mecanismo de gestão eficiente.

O Plano deve contribuir de forma a impulsionar a conservação e valorização da biodiversidade do Parque, com vista a manter os ecossistemas com seus serviços, fauna e flora e promover o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações residentes da área de forma a contribuir para a redução da pobreza e para seu desenvolvimento sustentável, contribuindo para a durabilidade do património natural e cultural.

E vai orientar as acções dos diferentes intervenientes no processo do desenvolvimento comunitário do território, nomeadamente as diferentes intervenções em termos de ocupação de espaços e utilização de determinados recursos considerados críticos na manutenção dum equilíbrio ecológico e ambiental.

4.2. JUSTIFICATIVOS PARA A REVISÃO DO PLANO

O Plano de Gestão do Parque Nacional de Cantanhez foi formulado para servir como um quadro integrado estratégico, dentro do qual a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no Parque pode ser organizada e coordenada para o cumprimento durante um período de ----- anos (20-----20-----). Contudo, devido aos desafios que o Parque enfrenta a nível do seu desenvolvimento económico e social, o Plano contempla uma visão mais ampla, isto é, apresenta um horizonte temporal de, pelo menos, ----- a -----n anos. Isto implica uma revisão periódica e a constante monitoria das suas acções.

O Plano de Gestão foi desenvolvido de acordo com os requisitos da Lei-Quadro das Áreas Protegidas e apresenta acções e actividades específicas que devem ser implementadas para alcançar o Objectivo Global e os Objectivos Específicos para a conservação de biodiversidade do Parque.

O processo de elaboração do presente documento teve início em ----- . A implementação do processo esteve a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), através da Célula de estudos Ambientais e Tecnologias Aplicadas (CEATA). O mesmo contou com o financiamento do -----

O Plano de Gestão é o fruto de uma concertação entre as comunidades residentes da área do Parque, esta concertação teve como fim estabelecer um consenso entre os residentes, sobre a evolução dos recursos e a coerência dos sistemas de produção dos diferentes grupos de utilizadores com os modos tradicionais de gestão e de conservação.

4.3. QUADRO JURIDICO-INSTITUCIONAL

Os recursos biológicos são a base para o desenvolvimento de actividades agrícolas, económicas e turísticas. Para além disto, no Parque estes recursos servem de base para o sustento de todos os residentes, uma vez que esses recursos são importantes fontes de alimento, como material de construção, para a medicina tradicional, para a melhoria da agricultura e conseqüentemente para o bem-estar das populações.

O uso dos recursos biológicos de forma sustentável e com base nos pressupostos apresentados neste Plano, garante que os benefícios dos recursos biológicos sejam também estendidos às gerações futuras. O presente Plano apresenta acções direccionadas para a conservação da riqueza biológica do Parque, potencial turístico e científico. Este Plano reconhece a biodiversidade como sendo indispensável para a garantia da integridade cultural e a sobrevivência das gerações presentes e futuras. As suas acções jogam um papel fundamental no desenvolvimento local e do País e nas acções de erradicação da pobreza.

Do ponto de vista legal, o Plano encontra fundamentos na Lei-Quadro das Áreas Protegidas da República da Guiné-Bissau que contém uma série de artigos que promovem a protecção ambiental e espelham a necessidade de se elaborarem medidas e estratégias de defesa dos recursos naturais da Guiné-Bissau.

4.4. METODOLOGIA

O processo de elaboração do presente documento teve início em ----- . A implementação do processo esteve a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), através da Célula de estudos Ambientais e Tecnologias Aplicadas (CEATA). O mesmo contou com o financiamento do -----

A anteceder a actualização do Plano, foram desenvolvidos levantamentos sobre o estado da biodiversidade no Parque de acordo com a Lei-Quadro das Áreas Protegidas incluindo:

- Levantamentos sobre a biodiversidade terrestre, incluindo plantas e animais selvagens e domesticados, análise e classificação de pressões de origem humana sobre a biodiversidade no Parque;
- Análise da biodiversidade marinha e costeira e identificação das pressões de origem humana sobre os ecossistemas marinhos e costeiros;
- Levantamentos sobre o quadro legislativo, institucional e de políticas, incluindo os recursos humanos especializados responsáveis pela gestão do Parque;
- Levantamentos sobre a relação entre os padrões socioeconómicos e demográficos e as pressões sobre a biodiversidade;

- Levantamentos sobre os projectos, programas, bases de dados e outras fontes de informação, sobre a biodiversidade no Parque;
- Análise das práticas de utilização da biodiversidade baseadas nos conhecimentos tradicionais das comunidades locais no Parque.

No quadro da consulta aos residentes, ao nível das Tabancas do Parque, a equipa do CEATA teve de privilegiar as fórmulas de troca de informações em forma de grupo ou seja “focos Grupos” através de método “Djumbai” nas diferentes Tabancas, permitindo assim, por um lado, informar a população de forma detalhada sobre as necessidades da actualização Plano de Gestão em causa e, por outro, recolher as informações e/ou opiniões junto dos populares, tendo em conta as suas preocupações e recomendações com vista a uma coabitação frutuosa.

Foram analisados dados disponíveis do Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC), como por exemplo Censo Populacional 2009 e foram revistas outras publicações relevantes para a área do Parque.

Nos encontros e reuniões tidos, foram usadas as seguintes ferramentas para a recolha de informação:

Entrevistas semiestruturadas, orientadas para a recolha de dados estatísticos específicos para cada setor de relevo (educação, saúde, agricultura, etc.), e;

Discussões com grupos alvo ao nível local/comunitário, os quais foram usados como instrumentos de planificação participativa, para identificar obstáculos, oportunidades e expectativas para o desenvolvimento comunitário.



Figura 24 - Reuniões com as populações residentes do Parque

4.4. REQUERIMENTO E PRESSUPOSTOS PARA O SUCESSO DO PLANO

A conservação através da RENA deste Plano de Acção, permitirá para que de maneira conjunta e coordenada se cumpram com os objectivos de conservação desta espécie tão importante. P é um processo de participação que deve contar com objectivos e metas claras. A implementação

O Plano resulta de um processo participativo da gestão do Parque a partir do qual, foi realizada uma avaliação dos projectos existentes e previstos para a conservação da diversidade biológica do Parque, proporcionando uma visão geral dos projectos que estão a ser desenvolvidos nas diferentes áreas do Parque. Esta avaliação deu origem a uma melhor compreensão dos objectivos e actividades dos vários projectos, dos parceiros de execução e das implicações ao nível dos custos no âmbito da conservação. O Plano teve em consideração as intervenções actuais e as previstas, assim como a política nacional, o enquadramento legal e institucional e a respectiva concepção.

O primeiro passo na formulação do Plano consistiu na realização de uma análise das partes interessadas de modo a que fosse possível compreender quem são as partes interessadas e quais os papéis que desempenham nas Áreas Protegidas.

Subsequentemente teve lugar um processo consultivo que visava a identificação das preocupações relativamente a toda a Área Protegida, incluindo informação básica (científica e técnica) das características da diversidade biológica e das condições que espelham as principais ameaças e conflitos que pairam sobre a mesma, através de entrevistas individuais e discussões individuais e com grupos-alvo.

A responsabilidade pela execução das acções prescritas no Plano é tanto do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas através da Direcção do Parque, quanto dos demais actores envolvidos, conforme o âmbito de atuação de cada um. Entretanto coube ao IBAP coordenar todo o processo de elaboração e assim como lhe cabe a implementação do mesmo Plano, conforme estabelecido na Lei-Quadro das Áreas protegidas. O Instituto estabelece também, formas para implementação, monitoria e avaliação do plano de acção.

Por meio de monitoramentos regulares, é verificada a implementação das acções e realizado os ajustes necessários ao plano. O sucesso das acções estratégicas para a conservação da diversidade biológica do Parque, através do plano e das recomendações de medidas para a sua proteção, é avaliado ao longo do tempo pela atualização do mesmo Plano.

SEÇÃO V: ZONAGEM AMBIENTAL - LIMITES E AS DIRECTRIZES ESPECÍFICAS DE CONSERVAÇÃO

5.1. CRITÉRIO DE ZONAGEM

Com a oficialização do Parque ocorrida em 19 de Março de 2008 houve a necessidade de se proceder uma zonagem técnica do mesmo baseada numa proposta de um Sistema de Zoneamento do Parque com a existência de três zonas distintas, que posteriormente serão delimitadas em consonância com a população residente.

5.2. AS ZONAS: AS CATEGORIAS DE GESTÃO

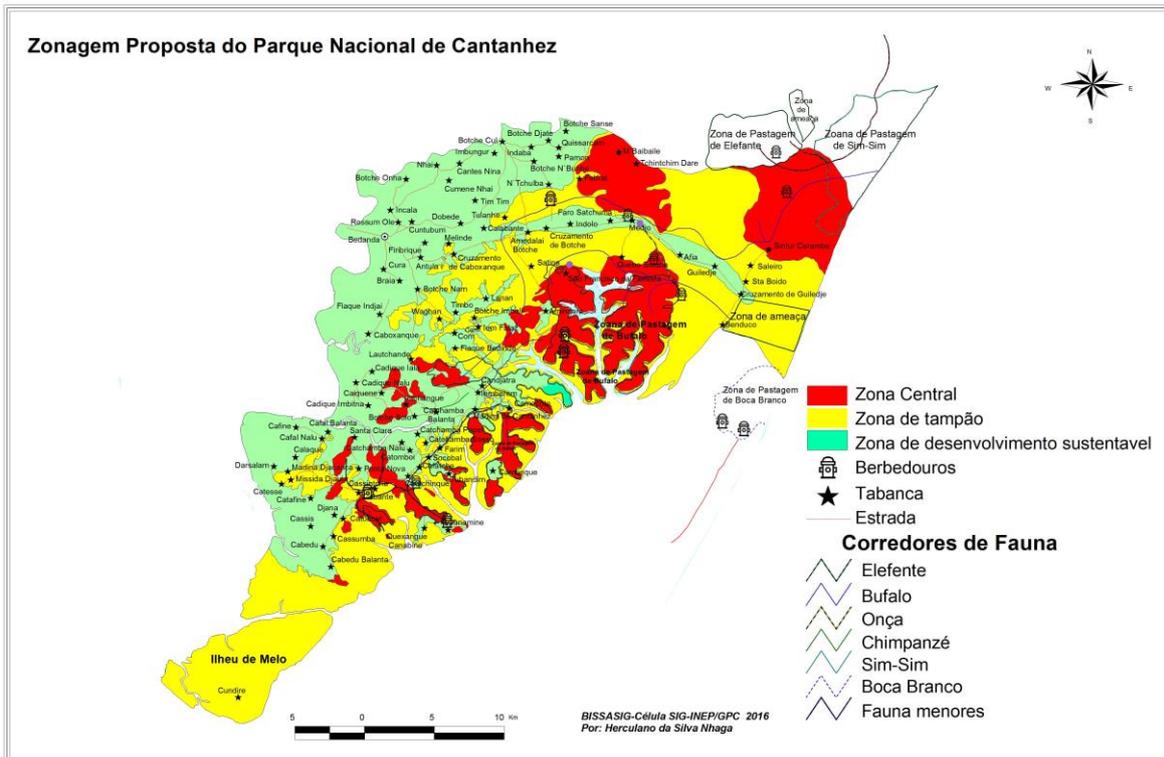
A proposta de um Sistema de Zoneamento do Parque prevê a existência de três zonas distintas, que posteriormente serão delimitadas em consonância com a população residente e de acordo com a seguinte classificação:

- a) Zona de Preservação Integral: são zonas de maior biodiversidade onde se encontram as maiores manchas florestais do Parque e que são reservados a conservação restrita, ou seja que são fechadas as actividades de exploração. Nas zonas de Preservação Integral não é permitida nenhuma obra ou instalação ou ainda qualquer outra actividade, a excepção de visitas públicas, colheitas ou pesca, observações científicas, estudos ou medidas de gestão necessária aos objectivos de conservação superiormente autorizadas pelo Director Geral do IBAP, ouvindo o Director do Parque e obras necessárias para implementação do disposto na presente alínea.
- b) Zonas de Transições: são as áreas que servem de cinturão entre as zonas de preservação integral e as zonas de desenvolvimento durável. O desenvolvimento de qualquer actividade que possa considerar-se lesiva do meio natural, carece de autorização expressa da Direcção do Parque.
- c) Zonas de Desenvolvimento Duráveis: são destinadas as formas de desenvolvimento económico que beneficiem as comunidades residentes do Parque através da exploração durável dos recursos naturais que estas zonas oferecem ou que possam vir a oferecer.

Na verdade se admitirmos que, os maiores problemas ambientais no interior do Parque são causados pela actividade antrópica então é de todo conveniente estabelecer regras que regulamentam essas actividades por forma a acautelarmos a sustentabilidade mantendo-se inalteradas as suas características naturais, assegurar a integridade de seus ecossistemas, protegendo os sítios arqueológicos e recuperar a memória da herança histórico-cultural do Parque, propiciar actividades de pesquisa científica, de monitoramento ambiental e de investigação e ofertar, ampliar e diversificar as possibilidades de uso público e educação ambiental, levando o visitante e a população a compreender e a respeitar o valor do Parque como uma área protegida e o valor da conservação ambiental.

Na generalidade a utilização dos recursos do Parque pelos residentes ou não, carece de uma certa responsabilização pela parte dos utilizadores, o que significa que as normas de utilização

determinam que os recursos do Parque devem ser utilizados racionalmente. (Ver o Regulamento interno do Parque no Anexo).



Mapa 6 - Proposta de Zonagem do Parque Nacional de Cantanhez

SEÇÃO VI: PROGRAMAS ESPECÍFICOS DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

6.1. PROGRAMA ESPECIFICO OPERACIONAIS DE GESTÃO DE RECURSOS

6.1.1. SUBCOMPONENTE DE PROTECÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Usar racionalmente os recursos naturais implica em usá-los de forma económica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de outros materiais de expediente.

Para este sub-componente, é fundamental que os Regulamentos Internos do Parque, sejam concluídos e implementados conjuntamente pelo Conselho de Gestão do Parque, Direcção do Parque e pelo IBAP. Neste contexto é muito importante, a adesão da população no processo de fiscalização do Parque.

No nosso entender, essa acção de fiscalização deve ser complementado por uma forte campanha de sensibilização e educação ambiental.

Em quase todas as tabancas visitadas falaram de pescadores não residentes no Parque que pescam com muita frequência no interior e nos arredores do Parque para venderem fora das áreas do Parque. Dizem que, já que se condicionam aos residentes no exercício dessa prática, também devia ser proibido aos não residentes.

Impõe-se um programa de Educação Ambiental mais intensa e mais abrangente tendo como público-alvo, as populações do interior do Parque e das zonas limítrofes.

Está-se a fazer e bem a instalação de placas identificativas no interior do Parque. Recomenda-se que se prossiga e se melhore este processo de sinalização do Parque visando um futuro programa de ecoturismo.

O cibe (*Borassus aethiopum*) e a palmeira de óleo (*Elaeis guineenses*) são essências de multi-uso em África no geral e na Guiné-Bissau em particular, ocupando seus produtos um lugar de relevo na microeconomia e no artesanato familiar e individual dos guineenses. Os seus troncos são utilizados preferencialmente na construção civil e seus outros diferentes subprodutos aproveitados no artesanato, na alimentação e como utensílios domésticos. Por ser um material fibroso, de difícil putrefacção, alta resistência física e química às térmitas, os seus troncos são utilizados na construção de infra-estruturas habitacionais.

As suas folhas são usadas para telhados, fabrico de artefactos de uso comum nos domicílios (cestos, vassouras, bornais – “barkafons”, tapetes, cordas, móveis etc.), objectos de adorno (chapéus, leques, guarda-chuvas), As árvores produzem também frutos que são consumidos e delas também se retira o vinho conhecido por vinho de cibe e vinho de palma, da palmeira se extrai o óleo de palma muito apreciado a nível local, nacional e internacional.

As Matas de Cibe de Cadique e Lauchande constituem um património renovável importante para as comunidades do Parque, pois são fontes de uma das matérias-primas mais importantes na construção das habitações e outras infra-estruturas comunitárias.

Presentemente verifica-se que o uso desses recursos não é bem regulamentado, existindo abusos e infracções que reduziram consideravelmente as áreas dessas duas formações vegetais, havendo uma necessidade de regulamentação específica, evitando-se dessa forma a sua delapidação, como aconteceu em outras partes do país, razão principal deste Programa.

Quadro 3 - Eixos prioritários para Sub-Componente Conservação e Utilização Racional do Cibe nas Matas de Cadique e Lauchande

Objectivos preconizados	Eixos Principais de Operacionalização	Principais actores	Condições de sucesso	Custo
<p>Promover a conservação e o uso sustentável do cibe</p> <p>Valorização do património natural, garantindo os direitos das gerações presentes e futura</p> <p>Promover programas de educação ambiental e de sensibilização que viabilizem o acesso às informações e o entendimento da importância e dos benefícios do Parque</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação dum Comité de Gestão específico para a conservação e utilização racional das Matas 2. Inventário qualificado de quantidades e estado de maturação 3. Elaboração de um plano de exploração para os próximos 5 anos, contendo uma cota anual 4. Elaboração dum plano de recuperação das áreas devastadas, algumas sobre culturas 5. Elaboração dum plano de investimento resultante da exploração dos recursos das Matas 6. Desenvolver e implementar um sistema de fiscalização e controlo eficaz 	<ul style="list-style-type: none"> • IBAP • Conselho de Gestão do PNC • Comunidades de Cadique e Lauchande • Direcção-Geral das Florestas e Caça 	<p>Existência de um fundo de investimento e de conservação das matas</p> <p>Existência de um inventário qualificado das matas</p> <p>Exploração regular e durável dos recursos</p>	

6.1.2. SUBCOMPONENTE DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

A Restauração ecológica ou restauro ecológico é definida como um processo de alteração intencional de um habitat para estabelecer um ecossistema definido, natural e histórico local. O objectivo deste processo é imitar a estrutura, a função, a diversidade e a dinâmica do ecossistema original.

O processo de restauração é induzido pelo homem para recuperar as condições ambientais (vegetação, flora, fauna, clima, água, solo e microrganismos) de um ecossistema perturbado; o qual deve contemplar a combinação de múltiplos conhecimentos científicos sobre a ecofisiologia das espécies vegetais, as características do solo, a dinâmica dos nutrientes no mesmo, a história natural da localidade, o uso do solo tradicional, o impacto da transformação do sistema nas comunidades humanas que realizam seu aproveitamento e a importância económica e social, potencial das espécies nativas, entre outros.

O principal objectivo é gerir como resultado um sistema altamente diverso e similar, quanto a composição e estrutura, ao original. Este sistema deve ser auto sustentável não somente em termos ecológicos, como também sociais, pois pode constituir uma fonte de recursos económicos para as comunidades residentes e se são utilizados por estas de maneira racional, poderão garantir a sua conservação.

A restauração ecológica ou restauro ecológico é definida como a prática e a arte de assistir e manejar a recuperação e integridade ecológica dos ecossistemas incluindo um nível mínimo de biodiversidade e de variabilidade na estrutura e funcionamento dos processos ecológicos, considerando seus valores ecológicos, económicos e sociais. O objectivo deste processo é a restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.

Esta acção dará prioridade à inovação no âmbito das técnicas de recuperação de ecossistemas e *habitats* degradados e/ou pouco representados, resultados da acção antrópica e de espécies particularmente ameaçadas. Serão consideradas propostas que prevejam o diagnóstico das necessidades de conservação *in-situ*, proponham protocolos de intervenção e que incluam ensaios de aplicação. Serão também enquadrados programas que abordem a problemática dos processos invasivos devidos a espécies exóticas, designadamente os que prevejam o desenvolvimento e aplicação de técnicas de controlo e erradicação.

Quadro 4 - Eixos prioritários para Sub-Componente de Restauração Ecológica

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
<p>1. Preservar e restaurar os ecossistemas naturais e degradados promovendo uma boa prática de gestão e a conservação dos ecossistemas e dos recursos existentes no Parque;</p> <p>2. Restaurar a estrutura e a função do Parque, a diversidade e a dinâmica do ecossistema original;</p> <p>3. Gerir como resultado um sistema altamente diverso e similar, quanto a composição e estrutura, ao original;</p>	<p>1.Criação reservas ecológicas</p> <p>2. Recuperação de espaços florestais degradados;</p> <p>3- Com as diferentes instituições a DGFF em especial, elaborar programas de recuperação de áreas florestais degradadas e de manutenção de outras;</p> <p>4. Promoção de ecoturismo como forma de protecção e conservação da área protegida;</p> <p>5.Ordenamento do território;</p> <p>6.Ordenamento hidro-agrícolas;</p> <p>7. Implantação de sistemas agro-florestais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direcção do Parque ▪ DGA ▪ Governo Regional ▪ MOPCU ▪ MAFP ▪ DAHS ▪ Ministério das Pescas ▪ CIPA ▪ INEP ▪ INITA ▪ Turismo ▪ IBAP ▪ GPC ▪ CAIA ▪ ONG's ▪ Comunidades residentes ▪ Associações de Base 	<ul style="list-style-type: none"> - Florestas ordenadas - Sistemas agro-florestais funcionais - Apropriação do modelo GITT - Existência de sinergias entre as instituições intervenientes no Parque - Existência de reservas ecológicas - Prática de ecoturismo no Parque -Mais famílias com maiores rendimentos - Reuniões do Conselho de Gestão com maior frequência e as resoluções desse órgão devidamente divulgados - Regulamento interno do Parque em vigor - Existência de corredores bem definidos - Existência de um fundo regular de funcionamento do Parque 	

6.1.3. SUB-COMPONENTE DE MONITORIA DOS RECURSOS NATURAIS

As áreas protegidas são o pilar central para o desenvolvimento de estratégias locais, nacionais e regionais de conservação da biodiversidade. E é cada vez mais aceite entre os ecologistas de que, o uso correcto da ciência não está em dominar a natureza, mas em viver de acordo com ela.

A preservação de recursos e valores afectados, implicam a elaboração de planos e acções que possibilitem um cabal conhecimento da situação de base que permite melhorar o nosso processo de decisão.

A Monitorização é definida como sendo a recolha de dados repetidos em diferentes intervalos de tempo no mesmo local, com objectivos, numa estratégia de formação de conhecimento e gestão da informação, podendo ela ser considerada como uma supervisão permanente ou periódica da implementação física, financeira e temporal de um projecto, para se assegurar que os recursos, as acções, os resultados e os factores externos estão ocorrendo de acordo com o Plano.

Nessa ordem de ideias, o Monitoramento é o acompanhamento periódico, por observações sistemáticas de um atributo ambiental, de um problema ou situação, pela quantificação das variáveis que o caracterizam. Pois o monitoramento determina os desvios entre normas preestabelecidas (referenciais) e as variações medidas e permite uma avaliação global e proporciona-nos um conhecimento multidisciplinar e determina os desvios entre normas preestabelecidas (referenciais) e as variações medidas.

Enquanto que a Monitoria pode ser considerada como supervisão permanente ou periódica da implementação física, financeira e temporal de um Projecto/Plano, para se assegurar que os recursos, as acções, os resultados e os factores externos estão ocorrendo de acordo com o plano.

Para um melhor sistematização das acções tem-se utilizado o Sistema de Informação Geográfica (SIG), instrumento muito importante para a recolha e gestão das fontes de dados. A complexidade da recolha de dados biológicos, a extensão da área de estudo e as necessidades de análise temporal fazem destes instrumentos soluções muito eficientes.

O Sistema de Monitoramento deve ter como objectivos:

- ☞ Tomar decisões a fim de resolver dificuldades que se apresentem durante a intervenção nas instituições beneficiárias;
- ☞ Sistematizar as experiências obtidas durante a implementação do Plano;
- ☞ Valorizar o cumprimento dos objectivos propostos pelo Plano e o impacte gerado com esse nas instituições e comunidades beneficiárias;
- ☞ Fazer ajustes que permitam melhorar a estratégia de acompanhamento em futuras intervenções.

O Seguimento tem por finalidade verificar à justeza da avaliação de certas acções e a eficácia de certas medidas previstas e postas no primeiro plano no quadro da implementação do Parque. Ele se faz com a ajuda dos indicadores de seguimento.

O monitoramento permite que os administradores mantenham o registo formal das condições sociais e ambientais da área, assim como a efetividade do manejo, possibilitando a tomada de novas decisões, se necessário.

Na sua qualidade de Autoridade Competente, a Direcção do Parque tem responsabilidade de coordenação geral das actividades de fiscalização da implementação do Plano incluindo a monitoria e fiscalização das actividades, projectos e programas nele identificados.

É desejável, sempre que possível, que os indicadores de monitorização, estejam definidos para que possam contribuir para a monitorização global do estado do ambiente e desenvolvimento sustentável ao nível do Parque.

Quadro 5 - Eixos prioritários para Sub-Componente Monitoria e Seguidamentos dos Recursos Naturais

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
<p>1. Registo de todas acções no interior e arredores do Parque.</p> <p>2. Actualizar conhecimentos sobre as comunidades faunísticas do Parque, essencialmente a avifauna, suas ocorrências e sazonalidade.</p> <p>3. Sistematização de conhecimentos.</p> <p>4. Modelação dos assuntos e da realidade.</p>	<p>1. Criação de uma Base de Dados do Parque</p> <p>2. Monitorar as acções dos animais que destróiem as culturas</p> <p>4. Monitorar as movimentações e tendências das espécies face às transformações da ocupação do solo e ao desaparecimento de habitats</p> <p>5. Detectar alterações nos padrões de distribuição e frequência das espécies</p> <p>6. Orientar os objectivos com a finalidade de minimizar as consequências do impacto negativo das desmatações e das queimadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ IBAP ▪ Direcção do Parque ▪ Guardas-Parque ▪ SEFP ▪ ONG's ▪ CEATA ▪ GPC ▪ Parceria internacional 	<p>1. Existência de uma Base de Dados funcional e disponível</p> <p>2. Um melhor conhecimento sobre as motivações e o comportamento dos animais que destróiem as culturas</p> <p>3. Existência de melhor informação sobre a fauna em especial a avifauna do Parque</p> <p>4 Um Sistema SIG funcional</p> <p>5. Lista com a ocorrência e distribuição das espécies</p> <p>6. Informação sobre as condicionantes territoriais na distribuição das espécies</p>	

6.1.4. SUB-COMPONENTE DE INVESTIGAÇÃO E COOPERAÇÃO CIENTÍFICA

A investigação científica é indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera e para a preservação dos sítios que apresentam um interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem.

Os projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico no domínio da conservação da natureza, devem visar os seguintes objectivos: desenvolver e/ou aperfeiçoar os modelos de gestão da área protegida que se orientem para a promoção do desenvolvimento local, em harmonia com os princípios da conservação da natureza; criar, disponibilizar e otimizar os instrumentos científicos e tecnológicos que garantam um desempenho sustentável das actividades económicas; mobilizar o potencial científico para o conhecimento, valorização e conservação dos componentes da diversidade biológica e do património ecológico; incentivar a produção científica na área da biologia, contribuindo para o conhecimento, valorização e gestão dos componentes sociais, culturais e económicos da área protegida; reforçar a participação e cooperação internacionais em acções de conservação da biodiversidade.

Apesar da existência de um largo número de publicações sobre os trabalhos científicos conduzidos no território do Parque, existe uma necessidade de se ter um melhor conhecimento dos factores eco-biológicos e eco-humanos de Cantanhez, conhecimentos a serem adquiridos através da pesquisa fundamental e da pesquisa aplicada.

Das formações florestais existentes, somente treze foram objectos de alguns levantamentos e estudos em termos botânicos e etno-botânicos, além da identificação das muitas espécies animais existentes.

No essencial, numa primeira fase, importa ter conhecimentos profundos sobre as pressões antrópicas sobre os diferentes recursos, uma classificação exaustiva da flora, estudos específicos sobre as diferentes espécies animais com vista a uma protecção adequada e gestão dos stocks, assim como a determinação da biomassa nos diferentes rios e estuários, partes do Parque.

No contexto do presente Plano, a Conservação da Natureza deverá ser entendida como um instrumento de gestão que vise assegurar a manutenção da diversidade do Património Natural, através da promoção das actividades económicas, sociais e culturais que, simultaneamente, potenciem essa diversidade e o desenvolvimento local.

Deve-se propiciar uma pesquisa aplicada, tanto no domínio agrário como no pesqueiro ou seja, em todos os domínios de principais actividades das populações do Parque, não descurando as eventuais mudanças sociológicas.

Ainda no mesmo quadro de investigação científica, será observada uma medida relacionada com a cooperação e participação internacional, medida esta que visa

reforçar a cooperação e participação em projectos bi e multilaterais, exclusivamente em regiões transfronteiriças e outros. Onde serão consideradas as seguintes acções:

Apoio à cooperação científica em especial com os países da sub-região.

Esta acção destina-se a incentivar a participação em projectos de desenvolvimento científico e tecnológico em Conservação da Natureza nos países da CDEAO e da sub-região, levados a cabo em estreita colaboração com as comunidades científicas locais, em particular nos domínios do conhecimento e gestão da Biodiversidade.

Cooperação com a sub-região mas sem descurar as outras regiões do Globo, a exemplo do que tem vindo a acontecer com Portugal em que, várias instituições portuguesas (IICT, Unv. Técnica de Lisboa, Unv. Nova de Lisboa, Unv. do Algarve, etc.) têm estado a realizar estudos de elevado interesse científico no interior do Parque.

Quadro 6 - Eixos prioritários para Sub-Componente de Investigação e Cooperação Científica

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
<p>1. Criar, disponibilizar e otimizar instrumentos científicos e tecnológicos que garantam um desempenho sustentável das actividades económicas</p> <p>2. Mobilizar o potencial científico para o conhecimento, valorização e conservação dos componentes da Diversidade Biológica e do património geológico</p> <p>3. Aprofundar o conhecimento acerca das características sociológicas, culturais e económicas do Parque</p> <p>4. Reforçar a participação e cooperação internacionais em acções de Conservação da Biodiversidade no interior do Parque</p> <p>5. Apoiar projectos de pesquisa que visem ter melhor conhecimento e que permita a valorização do Património Natural do Parque</p> <p>6. Caracterização e actualização de conhecimentos das comunidades faunísticas do Parque, essencialmente a avifauna</p>	<p>1. Estudo de ecossistemas florestais do Parque</p> <p>2. Inventário da fauna e flora</p> <p>3. Estudo da Biologia dos peixes das lagoas, manejo e recuperação de stock</p> <p>4. No âmbito da extensão, desenvolver acções para a divulgação dos conhecimentos científicos e a promoção do desenvolvimento sustentável como, mostras e demonstrações, etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério dos Recursos Naturais ▪ Governo Regional ▪ Direcção do Parque ▪ SEFP ▪ DGA ▪ Ministério das Pescas ▪ CIPA ▪ INEP/CEATA ▪ INITA ▪ Turismo ▪ IBAP ▪ GPC ▪ UICN ▪ ONG's ▪ CAIA ▪ Comunidades residentes ▪ Associações de base 	<p>1. Existência de estudos realizados no Parque sobre a quantidade e distribuição das espécies no interior do Parque;</p> <p>2. Acordos com instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras;</p> <p>3. As populações quer do Parque quer os circundantes ao Parque e mesmo da região estão mais conscientes da importância do Parque e dos seus benefícios.</p> <p>4. Um melhor conhecimento faunístico, essencialmente avifauna do e que frequenta o Parque;</p>	

6.1.5. SUB-COMPONENTE DE USO PÚBLICO

O uso público no caso concreto do PNC poderá estar associado ao processo de visita da Área Protegida, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, desportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes. O termo público diz respeito aos bens de uso comum incluindo as instâncias de administração responsáveis pelo manejo e proteção da área, além das pessoas que as visitam nos seus momentos de lazer. Como há necessidade de prestação de serviços aos visitantes, existe a possibilidade concreta de participação da esfera privada.

Portanto, podemos identificar três grupos de atores que diretamente podem ser envolvidos no ‘uso público’ dessa Área Protegida: os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços. O papel dos gestores, incluindo todo o pessoal de apoio administrativo, remete ao controlo territorial tendo como referência a elaboração de Planos de Manejo com informações sobre: características da área (físicas, biológicas e socioeconómicas), atrativos, possibilidades e restrições de uso, infra-estrutura administrativa e operacional, plano de fiscalização e monitoramento, orientação e segurança dos visitantes, gestão financeira e parcerias.

A questão do uso e, particularmente, ao se tratar da visita numa Área Protegida, coloca em debate duas vertentes de interesse que podem se tornar conflituosas, principalmente se não forem devidamente planeadas e geridas. Uma delas é de carácter coletivo calcado na necessidade de manutenção de processos sistémicos essenciais (reservas hídricas, **amenização climática**, controlo da erosão, equilíbrio ecológico de populações biológicas, entre outros). A outra é privada e contempla a exploração económica das visitas, incluindo também os visitantes. Na interface entre as duas vertentes, destaca-se o papel dos gestores, responsáveis direta e indiretamente pelo controlo territorial da Área Protegida.

Em qualquer caso, exige-se que a unidade de conservação disponha do plano de manejo com diretrizes e normas de visitas, incluindo informações sobre os setores que podem ser visitados, assim como aqueles intangíveis, em carácter temporário ou permanente. Os visitantes são os atores mais diversificados do ponto de vista numérico e qualitativo, atraindo grande atenção dos gestores e dos prestadores de serviços. Pode-se afirmar que são os consumidores dos atrativos, sendo que este consumo pode envolver diferentes motivações.

Quadro 7 - Classes de usos na área protegida

Uso Público	Descrição
Recreativo	Quando os visitantes praticam a recreação (desporto, diversão e cultura) durante o tempo livre (lazer).
Comercial	Exploração realizada através de empresas e guias de turismo e ecoturismo, meios de hospedagem, alimentação e venda de produtos.
Científico	Pesquisadores em trabalhos de investigação científica em diversos campos do conhecimento (ciências da natureza, geociências, ciências sociais).
Educacional	Programas e atividades de educação e interpretação ambiental, viagens académicas, treinamentos (sobrevivência, montanhismo, etc.).
Desenvolvimento pessoal	Programas que utilizam a natureza e a aventura no desenvolvimento de valores de autoconfiança, trabalho em grupo, comunicação e liderança. Incluem-se nesta classe as atividades de desenvolvimento espiritual e religioso.

O envolvimento dos visitantes pode contemplar várias motivações simultâneas. Por exemplo, num grupo de caminhantes as atividades físicas, educativas e recreativas podem estar interligadas numa proposta de desenvolvimento pessoal. Num grupo de turistas, a observação e o registo fotográfico das paisagens e do próprio grupo, pode ser o maior objetivo. Neste sentido, o conhecimento sobre o perfil dos visitantes, incluindo suas percepções e demandas, é essencial na elaboração dos planos de manejo da área. O volume, a frequência e as características de visitas são elementos norteadores na definição dos planos e estratégias do manejo, caso contrário a visita pode trazer diversos impactos negativos. Todos os usos listados no Quadro acima, são passíveis de geração de impactos sobre a Área Protegida. Estes impactos podem acontecer diretamente, como no caso da compactação do solo em trilhas, despejo de lixo, depredações, entre outros, e indiretamente quando são associados à infraestrutura criada para movimentação e atendimento dos visitantes.

O terceiro grupo abrange a prestação de serviços que são aqueles que promovem e/ou atuam na exploração do turismo através de agências, guias, meios de hospedagem, alimentação e comércio de produtos. A prestação de serviços no interior do Parque pode acontecer em geral, por meio de concessões em que se disponibiliza instalações para esta finalidade, sendo que uma parcela dos recursos auferidos neste processo poderá ser utilizada em benefício da própria Área Protegida.

A prestação de serviços pode acontecer através de iniciativas empresariais, pessoais e/ou via organização comunitária. O tamanho e as características dos serviços são proporcionais aos atrativos e à movimentação de visitantes. Através da organização comunitária, por exemplo, pode-se estimular a fabricação de produtos artesanais (decorativos, alimentícios, camisetas e brindes) que serão comercializados para os visitantes. Em certas circunstâncias, estes produtos fazem referência às espécies ameaçadas da própria área protegida, contribuindo para o conhecimento e conscientização sobre o tema.

Cabe ressaltar ainda a importância do envolvimento de um conjunto de atores que vêm prestando serviços à Área Protegida sem, entretanto, contabilizar benefícios económicos diretos. São organizações não-governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público e movimentos voluntários independentes. Essas organizações são denominadas de amigos podendo atuar em diversas modalidades como: atividades educativas, projetos especiais de manutenção, projetos especiais de construção, pesquisas especiais/monitoramento, busca e salvamento e hospedagem voluntária (HAAS, 2002).

Quadro 8 - Eixos prioritários para Sub-Componente de Uso Público

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
<p>Garantir a integridade do espaço.</p> <p>Propiciar aos visitantes o contato com a natureza, através de experiências recreativas e educativas, motivando-os para práticas conservacionistas e sustentáveis.</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento humano, sociocultural e económico das comunidades vizinhas.</p> <p>Incentivar processos reflexivos que possibilitem a construção de princípios, valores e posturas voltadas à conservação da biodiversidade.</p> <p>Realizar a gestão das visitas.</p>	<p>Participação popular no processo de salvaguardar as riquezas naturais.</p> <p>Estratégia de valorização social da própria área protegida</p> <p>Estabelecimento de planos e estratégias de gestão de uso da área protegida</p> <p>Estudo dos impactos das visitas e do pisoteio sobre o meio biofísico das unidades de conservação, visando estabelecer a capacidade de suporte dos ecossistemas em relação ao uso público.</p> <p>Capacitação de professores e outros agentes multiplicadores da educação ambiental.</p> <p>Planeamento participativo - participação comunitária como poderosa estratégia do subprograma de educação ambiental e ecoturismo.</p>	<p>IBAP</p> <p>Conservador/Direcção do Parque</p> <p>Conselho de Gestão</p> <p>Autoridades do Estado</p> <p>POL's</p> <p>Comunidades</p> <p>ONGs</p> <p>AAAC</p>	<p>Dados de visitas informatizados e disponíveis para análise e gestão</p> <p>Impactos da visitas avaliados sistematicamente</p> <p>Visitantes satisfeitos com os serviços prestados</p> <p>Número de roteiros e atividades ampliados</p> <p>Número de moradores do entorno envolvidos com atividades de uso público</p> <p>Programa de educação ambiental elaborado e implantado</p> <p>Materiais educativos para diversos públicos</p> <p>Número de funcionários e parceiros capacitados</p> <p>Comunidade local com percepção positiva em relação ao Parque</p> <p>Ampliação do número de parcerias formalizadas</p>	

6.1.6. SUB-COMPONENTE ADMINISTRAÇÃO E VIGILANCIA

O Parque Nacional de Floresta de Cantanhez (conhecido por Matas de Cantanhez), situa-se no Sul da Guiné-Bissau, na região de Tombali, ocupando uma área proposta de 1.067 km². Matas de Cantanhez são uma zona de grande diversidade de fauna e da flora. Conta com varias florestas húmidas onde se destacam árvores de grande porte tais como: o pau miséria (*Anisophyllea laurina*), manpataz (*Parinari excelsa*), pau veludo (*Dialium guineense*) Tagarra (*Alstania congensis*), a farroba de lala (*Albizia gummifera*) e outras. A área conta ainda com uma forte floresta de mangal e é uma das zonas mais chuvosas do país com 2000 a 3000 mm anuais. A área de Cantanhez conta com cerca de 207 espécies de plantas (inventário feito pela ONG Acção para o Desenvolvimento).

Quanto a fauna, encontram-se diferentes tipos de mamíferos, aves, reptéis, peixe e insectos. Mais de 30 espécies de mamíferos e cerca de 40 espécies de peixes existem nesta zona. Foram identificados 7 corredores de animais entre os quais 2 transfronteiriços. As Matas de Cantanhez é considerada a ultima mancha de floresta primária do país, de maior diversidade faunística. Encontram-se **20.000 habitantes** na zona do parque.

Se por um lado, a Administração do Parque é uma forma de conseguir uma proteção para a natureza, por outro, ela não consegue assegurar a integridade mínima dos processos biológicos no restante do território e assim, seus próprios objetivos de conservar paisagens e espécies, ficam ameaçados. Se por um lado ela tenta resolver, o conflito constante pelo uso da terra e dos recursos naturais nas Area Protegida, por outro, em muitos casos, ela acirra conflitos com os moradores das áreas então destinadas à proteção e de suas circunvizinhanças ao impor a eles restrições e mudanças no regime de uso do espaço e dos recursos naturais, o que lhes altera diretamente a dinâmica da vida até esse momento.

Pois a Administração do Parque, deve passar a concentrar sua atuação nas atividades ligadas ao desenvolvimento e à conservação, ao estímulo às pesquisas científicas relacionadas à conservação da biodiversidade e à gestão da Área Protegida, tendo seguintes responsabilidades legais:

- Coordenar, orientar, desenvolver, promover e supervisionar a execução de ações e pesquisas relativas à manutenção do equilíbrio ecológico e à proteção da biodiversidade, bem como promover: o mapeamento, o inventário e o monitoramento da cobertura vegetal e da fauna silvestre e aquática; a elaboração da lista atualizada de espécies ameaçadas de extinção; a recomposição da cobertura vegetal natural; a recuperação de áreas degradadas; e a restauração dos ecossistemas naturais, terrestres e aquáticos;
- Fomentar, apoiar e incentivar, em articulação com instituições afins, a reflorestação/repovoamento;
- Promover a educação ambiental, visando à compreensão, pela sociedade, da importância das florestas, da pesca e da biodiversidade, bem como manter sistema de documentação, informação e divulgação dos conhecimentos técnicos relativos a esses recursos naturais;

- ➔ Criar e gerir uma rede de vigilância, acompanhamento e monitorização dos valores naturais inventariados de interesse para a conservação da natureza e florestas;
- ➔ Acompanhar a realização de atividades de investigação e experimentação relevantes nas áreas de conservação da natureza e da biodiversidade e propor linhas orientadoras de financiamento a desenvolver no setor da investigação em cooperação com outros serviços ou organismos do Estado com competências específicas nesta área;
- ➔ Promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade, incrementando a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais.

A Administração do Parque na sua missão de assegurar o desenvolvimento sustentável, através da execução das políticas florestal e de proteção da biodiversidade, cuida sobretudo, da manutenção do equilíbrio da cobertura vegetal, através da preservação, regeneração, enriquecimento e proteção da vegetação nativa, para tanto, dedica-se ainda à pesquisa em biomassa e biodiversidade, à realização e atualização do inventário florestal e ao monitoramento sistemático do património natural.

De acordo com a Lei Quadro das Áreas Protegidas (Decreto Lei 3/97), os Parques Nacionais devem obrigatoriamente ter um Conselho de Gestão composto de representantes das comunidades residentes no Parque (em número de 13 ou seja a metade dos 26 membros do conselho), por representantes da Administração de Estado e por representantes das associações e organizações profissionais exercendo uma actividade no Parque, que em conjunto com o Director do Parque e sob a jurisdição do Conselho de Coordenação das Áreas Protegidas, participa na administração e gestão daquela área.

Quadro 9 - Eixos prioritários para Sub-Componente Administração, Protecção e Vigilância

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
1. Assegurar a integridade do Parque; 2. Aplicar o Regulamento Interno do Parque; 3. Garantir condições preconizadas nos objectivos da Criação do Parque; 4. Estabelecimento de um eficaz sistema de comunicação no interior do Parque	1. Equipar os Guarda-Parque com meios de locomoção eficaz 2. Aplicação da Lei Quadro das Áreas Protegidas e do Regulamento Interno do Parque; 3. Uma sinergia entre o IBAP/Direcção do Parque e a Direcção Geral das Florestas/Delegacia Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Governo Regional • IBAP/Direcção do Parque • SEFP/Delegacia Regional das Florestas • CIPA • Capitania dos Portos • Pesca • IBAP • UICN • ONG's • Comunidades residentes • Associações de base • Poder tradicional 	1. Lei Quadro das Áreas Protegidas revista e em vigor; 2. Regulamento interno do Parque também em vigor; 3. Guarda-Parque com condições para executarem as suas tarefas; 4. Sistema de comunicação e monitorização funcional e eficaz	

6.1.7. SUB-COMPONENTE DE CAPACITAÇÃO

A interação entre o homem e a biodiversidade não ocorre necessariamente em detrimento da segunda, desde que sejam implantadas políticas que promovam a sua convivência e ganhos mútuos

Deve se levar em consideração que a perda de habitat é maior causa da ameaça e extinção de espécies. Este trabalho trata-se de um plano, fazendo alusão a sua importância como estratégia complementar de conservação, focando sobre uma espécie ameaçada.

Os dados do “**Recenseamento, Estudo Socioeconómico e Ambiental das Áreas Protegidas**”² dão conta que 38% da população do Parque não sabe ler nem escrever e que 52% dessas pessoas são mulheres, camada social extremamente envolvida no associativismo local, promotoras de actividades produtivas e de negócios.

Numa zona protegida, um índice alto de escolaridade é potencialmente um factor extremamente positivo para a compreensão das diferentes regras e procedimentos de vivência nessa área. Daí uma necessidade imperiosa de um programa de capacitação e formação contínua.

Outro factor importante é que mais de 50% da população é considerada jovem (faixa etária dos 0-35 anos).

No passado, graças aos diferentes intervenientes no território, foi possível dispensar as comunidades formações e capacitações esporádicas nos mais diversos domínios, mas faltou uma continuidade indispensável para o seguimento e avaliação dos formandos.

Assim sendo a Direcção de Áreas Protegidas tem por objectivo promover as áreas protegidas como uma estratégia para conservação da biodiversidade, aliada ao desenvolvimento local. Nesse sentido, deverão ser desenvolvidas as seguintes actividades:

Promover a capacitação dos membros do sistema de gestão das áreas protegidas para que possam actuar de acordo com os princípios, directrizes e prioridades dos Parques;

Apoiar projectos demonstrativos e de capacitação, especialmente nas áreas de ecoturismo, conservação e recuperação de águas e florestas, valorização cultural, agro ecologia, consumo sustentável, manejo de recursos naturais e outros que tenham nas comunidades e instituições locais seus principais actores e beneficiários;

Promover a capacitação e o intercâmbio de experiências envolvendo agentes locais, técnicos de entidades parceiras e outros para a conservação, recuperação e manejo sustentável do Parque;

Criar condições para que elementos do Parque possam participar nas missões científicas que tem vindo a ter lugar no Parque.

² INEP-INEC, 2007

Quadro 10 - Eixos prioritários para Sub-Componente Capacitação

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
<p>1. Reforçar o nível técnico da equipa do Parque</p> <p>2. Promover a capacitação e o intercâmbio de experiências entre os elementos do Parque e diferentes instituições de pesquisa;</p> <p>3. Apoiar a gestão participativa</p> <p>4. Capacitar os Guardas-Parque e GIEs</p> <p>5. Capacitar os quadros de saúde, agentes de saúde de base e matronas</p>	<p>1. Dotar o Parque e técnicos de nível médio ou superior;</p> <p>2. Assinar acordos com instituições de pesquisa nacionais e estrangeiros que assim o queiram;</p> <p>3. Estabelecer um programa de formação especializada dos técnicos e guardas do Parque</p> <p>4. Capacitação das mulheres em cuidados pré-natais e nutrição infantil</p> <p>5. Formações práticas na utilização de diferentes equipamentos e materiais de transformação de produtos</p> <p>6. Alfabetização de adultos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • MADD • DGA • Governo Regional • Direcção do Parque • IBAP • UICN • ONG's • GPC • CEATA/INEP • Cooperação Internacional • Comunidades residentes • Associações de base • Poder tradicional 	<p>1. Parque com técnicos de nível superior e/ou médio capazes de acompanhar tecnicamente as missões científicas no Parque</p> <p>2. Existência de acordos e convénios com instituições parceiras nacionais e estrangeiras</p> <p>3. Técnicos, Guardas e comunidade do Parque capacitados para responder as solicitações da monitoria e do seguimento das espécies e dos ecossistemas</p> <p>4. Vontade política das autoridades do Estado e das comunidades</p>	

6.1.8. SUBCOMPONENTE DE RECREAÇÃO

Adoptou-se uma gestão flexível das áreas protegidas com o objectivo de maximizar a utilização dos recursos naturais salvaguardando simultaneamente a biodiversidade.

A Área Protegida do Parque Nacional de Cantanhez, foi criada para proteger o património natural e cultural nela existente. É uma condição básica para a conservação e a perpetuação da diversidade biológica e também para manter os padrões e valores das culturas tradicionais quando associados à protecção da natureza. Constitui um dos principais instrumentos do poder público para o planeamento ambiental sustentado e a implementação da política nacional do meio ambiente.

Pois, o Parque constitui uma unidade de conservação destinada a proteger áreas representativas de ecossistemas. Sua finalidade é resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a protecção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com sua utilização para objectivos científicos, educacionais e recreativos.

É uma Área Protegida criada para garantir a sobrevivência de todas as espécies de animais e plantas, a chamada biodiversidade, e também para proteger locais de grande beleza, rios, lagoas e matas. Além de permitir a sobrevivência dos animais e plantas, essa área protegida contribui também para regular o microclima, abastecimento de água e alimento e proporcionar qualidade de vida às populações humanas e selvagem nela existentes.

Entre os objectivos, destacam-se: a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; a protecção das espécies ameaçadas de extinção; a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e degradados; a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; a valorização económica e social da diversidade biológica; a protecção de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza; a protecção e recuperação dos recursos hídricos; a promoção da educação ambiental e do ecoturismo; o incentivo à pesquisa científica; e a protecção dos recursos naturais necessários à sobrevivência das populações residentes.

Esta área protegida tem um valor, não apenas na sua função original de conservação dos recursos naturais, mas também para o bem-estar das populações, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável. Assim, ela tem, em tese, um papel fundamental na protecção de espécies e diversidade genética e manutenção dos ecossistemas, mas também, para o sustento das populações locais, para desenvolvimento do turismo e oportunidades de recreação numa política de uso sustentável.

Entende-se como uso sustentável a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

O turismo é um fato social que gera uma série de inter-relações e intercâmbios que têm várias consequências, mas fundamentalmente as económicas e ambientais. As principais actividades turísticas devem ser: caminhadas, visitas a culturas autóctones, diversão na natureza, actividades ao ar livre, observação de flora e fauna, visitas a áreas das lagoas naturais e entre outros.

Quadro 11 - Eixos prioritários para Sub-Componente Recreação

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
1. Maximizar a utilização dos recursos naturais 2. Proteger locais de grande beleza, rios, lagoas e matas. 3. Promover a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos 4. Proteger a paisagem natural	1. Promover caminhadas com circuitos bem determinados 2. Observação de flora e fauna 3. Visitas a áreas das matas naturais 5. Observação das matas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MADD ▪ Governo Regional ▪ Direcção do Parque ▪ IBAP ▪ UICN ▪ ONG's ▪ Comunidades residentes ▪ Associações de base ▪ Poder tradicional 	1. Existência de um programa de utilização do Parque pelo público, passeios organizados às matas 2. Um programa turístico devidamente organizado 3. Existência de excursões frequentes e organizadas para o Parque	

6.1.9. SUB-COMPONENTE DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

Desde a sua nomeação a Direcção do Parque Nacional de Cantanhez até a actualização deste Plano, não dispõe de nenhuma infra-estrutura tanto habitacionais como para o seu funcionamento, isto no que diz respeito ao escritório e outros serviços auxiliares. De formas que esta Direcção tem estado a utilizar tanto para a habitação para o seu Director como para alguns serviços as instalações da ONG Acção para o Desenvolvimento – AD sita em Iemberem considerado como Centro do Parque.

A AD tem sido a instituição que desde muitos anos até a nomeação do actual Director do Parque, quem tutelou e coordenou todas as actividades ao nível do Parque, assim como tem disponibilizado as suas instalações para acolher todos os eventos e actividades de carácter conservacionista no quadro do Parque, como também tem posto a disposição os diferentes meios de transporte e equipamentos disponíveis na sua sede tanto em Iemberem como em Bissau.

Para o sucesso das actividades e para a implementação das directrizes e regras do Parque, se propõe a construção de sede própria do Parque com seguintes compartimentos:

Sede principal do Parque em Iemberem

- 1 (um) escritório;
- 2 (duas) casas de passagem;
- 1 (uma) casa de Director;
- 1 (um) armazém.
- 1 (um) bantabá para reuniões;
- 7 (sete) motorizadas;
- 1 (uma) vedeta rápida;
- 2 (dois) motores fora de bordo de 75 cavalos
- 1 (um) poço de água equipado com electrobomba com sistema de canalização
- 1 (um) sistema de painéis solar

Sede secundario do Parque em Balana

- 1 (uma) casa para o/s auxiliar/es do Director e para acolhimento;
- 1 (uma) motorizada/s;
- 1 (um) poço de água potável;
- 1 (um) sistema de painel solar de menor escala;
- 1 (um) bantaba para reuniões;
- 1 (um) armazém.

É de sublinhar que actualmente a Direcção do Parque dispõe de uma viatura todo terreno cuja manutenção é feita em Bissau sob orientações do Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).

A mesma Direcção tem herdado algumas motorizadas geridas por alguns responsáveis de algumas matas ao nível do Parque e cuja manutenção é feita localmente e/ou pelos próprios sob a responsabilidade dos mesmos detentores com apoio da Direcção do Parque.

Como atrás sublinhado, o acesso ao território do Parque é limitado pelas péssimas pistas; embora se tenha verificado uma melhoria sensível na qualidade das infra-estruturas escolares existentes, muitas dessas infra-estruturas continuam a ser barracas; o saneamento básico continua incipiente, com poços de água insuficientes para a quantidade de utentes, o número de latrinas melhorados ainda pouco; as infra-estruturas sanitárias de base em mau estado, à excepção das dos POL's; não existem espaços comunitários destinados a juventude equipados de forma a proporcionar essa camada etária com as mesmas oportunidades de informação/lazer dos seus colegas urbanos.

Há informações credíveis de que as infra-estruturas rodoviárias têm já um financiamento e que muitas outras acções de acompanhamento estão previstas para a área do Parque.

Quadro 12 - Eixos prioritários do Programa de Infra-estruturas Sociais para o Parque Nacional de Cantanhez

Objectivos preconizados	Eixos Principais de Operacionalização	Principais actores	Condições de sucesso	Custo
<p>Garantir a sobrevivência e a efetividade da Área Protegida em consonância com as atividades humanas</p> <p>Fortalecer a gestão da Área Protegida</p> <p>Valorização da sociobiodiversidade e as práticas de desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Melhoramento do acesso rodoviário e fluvial;</p> <p>Melhoramento/construção de infra-estruturas de saúde e Educação;</p> <p>Melhoramento no acesso a água e melhor utilização das infra-estruturas de saneamento básico;</p> <p>Apoios a criação de infra-estruturas de lazer juvenil</p> <p>Educação para o Consumo Sustentável</p> <p>Construções Sustentáveis</p> <p>Agenda Ambiental na Administração do Parque (A3P)</p> <p>Incentivação à incorporação de atitudes sustentáveis na rotina dos órgãos do Parque</p> <p>Promover, difundir e consolidar formas e estilos do sistema produtivo agrosilvopastoril e desenvolvimento rural praticados em bases sustentáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério dos Transportes • Ministério das Obras Públicas • Ministério de Educação • Ministério da Saúde; • Ministério da Juventude, Cultura e Desportos; • Ministério dos Recursos Naturais; • IBAP • Cooperação Internacional • POL's: • Comunidades 	<p>Vontade política</p> <p>Disponibilidades financeiras e material</p> <p>Contribuição dos POL's locais na execução dos eixos identificados</p> <p>Contribuição e vontade das comunidades na execução dos eixos identificados</p> <p>Mobilização de parcerias pelo IBAP</p>	

6.1.10. SUB-COMPONENTE DE INICIATIVAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O real desenvolvimento requer uma verdadeira descentralização das decisões e uma maior autonomia das populações locais nas escolhas dos processos produtivos. Deve satisfazer as exigências de ser auto-sustentável, orientado para a satisfação das necessidades básicas das populações locais, ser economicamente viável e eficiente no uso de capital e energia e ser intensivo em pesquisas científicas (Diegues, 1988).

Desse modo, a verdadeira sustentabilidade do desenvolvimento somente ocorre quando ele incorpora as variáveis ecológicas, económicas, políticas e culturais, levando assim a sua viabilidade.

Neste contexto, o respeito a diversidade cultural é fundamental, através da apreensão e conservação do saber tradicional local, entendendo-o como reserva de conhecimento utilizável para soluções de novas situações e portanto, património da comunidade local.

O Parque Nacional de Cantanhez tem valores, não apenas em sua função original de conservação dos recursos naturais, mas também para o bem-estar humano, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável. Assim, o Parque tem, em tese, um papel fundamental para a protecção de espécies e diversidade genética e manutenção dos ecossistemas, mas também para o sustento das populações locais, desenvolvimento do turismo e oportunidades de recreação numa política do uso sustentável.

Entende-se como uso sustentável a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

O programa de desenvolvimento sustentado dá prioridade ao uso racional e sustentável dos recursos naturais existentes no PNC, através do fortalecimento dos sectores sociais, a melhoria das infra-estruturas de base e a criação de empregos através do desenvolvimento socioeconómico.

Tratando-se os habitantes do PNC, de comunidades dependentes da agricultura como meio de subsistência, é de todo natural que a prioridade recaia sobre esse sector e que o programa consista basicamente nas melhorias das condições de produção, na diversificação de culturas, na transformação da produção e no processamento tanto dos recursos naturais, como da produção.

Para o sucesso da sua missão, o IBAP terá que conseguir sensibilizar e implicar vários sectores da sociedade guineense. Por um lado, há que implicar as populações residentes e os utilizadores da AP, de forma a ter uma verdadeira gestão participativa. Por outro lado, é necessário sensibilizar as organizações da sociedade civil, de forma a garantir apoios para as acções da AP. Finalmente, é crucial que decisores políticos e quadros técnicos de topo compreendam a importância do Parque e da biodiversidade no desenvolvimento local e do país, de forma a apoiarem e integrarem o IBAP nos sistemas de governação e gestão dos recursos ligados ao ambiente e à biodiversidade.

Quadro 13 - Eixos prioritários para Sub-Componente Iniciativas de Apoio ao Desenvolvimento local

Objectivos preconizados	Eixos Principais de Operacionalização	Principais actores	Condições de sucesso	Custo
<p>Incentivar o uso adequado da terra e dos recursos naturais</p> <p>Promover, difundir e consolidar formas e estilos do sistema produtivo agrosilvopastoril e desenvolvimento rural praticados em bases sustentáveis</p> <p>Reverter o estágio atual de degradação dos ecossistemas provocada pela agro-pecuária</p> <p>Melhorar a mobilidade rural, a poluição sonora e atmosférica, o descarte de resíduos sólidos, eficiência energética, economia de água, entre outros aspectos</p>	<p>Orizicultura – melhoria da gestão de água nas bolanhas de água salgada; produção e distribuição de sementes melhoradas para bolanhas de água salgada</p> <p>Produção e distribuição de sementes melhoradas para o pam-pam</p> <p>Fruticultura – Modernização dos pomares frutícolas através da substituição com espécies de melhor qualidade e mais resistentes à doenças</p> <p>Apicultura – construção e equipamento de pequenas unidades de processamento de mel</p> <p>Pesca – Formação e equipamentos de unidades de pesca artesanal com artes de pesca que respeitem o estatuto de Parque, no referente às práticas da pesca nos limites do Parque; Introdução de técnicas mais performante de processamento do pescado</p> <p>Construção e equipamento de pequenas unidades modernizadas de processamento e embalagem de óleo de palma</p> <p>Horticultura – Promoção de tecnologias melhoradas de rega (bombas solares e outros) que possibilitem a promoção de pequenas unidades de produção comercial de produtos agrícolas</p>	<p>MAFP IBAP INPA POL's Cooperação Internacional Instituições de Pesquisa nacionais e estrangeiras</p>	<p>Existência de meios financeiros, materiais e recursos humanos capacitados para a execução dos diferentes projectos ligados aos eixos identificados;</p> <p>Existência duma vontade política real para a execução dos diferentes projectos ligados aos eixos identificados;</p> <p>Envolvimento sério dos POL's e das comunidades beneficiárias na execução dos diferentes projectos resultantes da identificação dos eixos</p>	

6.1.11. SUB-COMPONENTE EDUCACAO AMBIENTAL

A conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau requer a compreensão do valor dessa diversidade biológica e do apoio dos cidadãos guineenses a todos os níveis da sociedade. Para que todos os guineenses possam compreender a importância económica, social e cultural dessa biodiversidade é importante que se desenvolvam actividades educativas nas vertentes formal, informal e não-formal. Assim, os processos de educação para o desenvolvimento sustentável são necessários para assegurar uma larga participação e o envolvimento consciente de todos os cidadãos guineenses.

"A educação ambiental é a acção educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação."

A educação ambiental deve tentar despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Pois ela tenta superar a visão antropocêntrica, que faz com que o homem se sentisse sempre no centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

Assim, a introdução da educação ambiental nas escolas do Parque, deve constituir uma prioridade. Neste particular uma colaboração muito estreita com as ONGs ambientalistas como é o caso da "Palmeirinha", seria vantajosa, no sentido de valorizar a sua experiência neste aspecto. Esta acção deve igualmente ser acompanhada com um processo de restituição progressiva das experiências das escolas de verificação ambiental. As experiências da AD nesta matéria poderão ajudar melhor nos processos e nas orientações no quadro da introdução e implementação desta nova filosofia nas escolas.

Em colaboração com as Associações locais sobretudo as Associações de Jovens deve ser criado e implementado um programa de Educação e Sensibilização Ambiental, sobretudo envolvendo os aspectos relacionados com a conservação da biodiversidade e que devem ser direccionados aos jovens e respectivos grupos socioprofissionais. Pois que os jovens para além de constituírem a força mais activa da sociedade são os que estão mais disponíveis a aceitar uma certa mudança de comportamento, atitudes e valores.

O aproveitamento muito bem da existência da rádio comunitária "Lamparã", seria um salutar, elaborando programas que poderiam ser desenvolvidos com o apoio da mesma rádio, com a formação de jornalistas locais (que seriam ao mesmo tempo colaboradores desta rádio), disponibilizando equipamentos mínimos (gravadores, microfones, auscultadores e outros) para o efeito, da parte da Direcção do Parque. É necessário perfilar melhor essa cooperação sobretudo em matéria de conteúdo de programas que possam melhor interessar ao Parque.

Um outro factor importante neste processo é a valorização das capacidades existentes localmente e que consiste no aproveitamento e orientação das diferentes iniciativas culturais

que vão desde ao encontro das diferentes acções do Parque. Nestas poderão ser providas o teatro (mesmo o teatro radiofónico), a música, o carnaval e outras festividades locais.

É importante a constituição e a formação de uma equipa de animação especializada. Esta para além da animação propriamente dita deverá especializar-se nos diferentes domínios de actuação e intervenção do Parque (iniciativas locais, monitoria e seguimento, apoio à investigação, apoio à fiscalização, etc.) de forma a apoiar a execução em termos de articulação, concentração, negociação, implementação e apropriação pela população. A equipa actual de **guardas parques**, deve ser moldada para esse efeito, sobretudo devido ao seu perfeito conhecimento da língua, dos hábitos e da cultura locais.

Quadro 14 - Eixos prioritários para Sub-Componente Educação Ambiental

Objectivos preconizados	Principais Eixos de operacionalização	Principais actores	As condições do sucesso	Custo
<p>1. Divulgar o conhecimento sobre o <u>ambiente</u>;</p> <p>2. Promover mudança de mentalidade para com o ambiente;</p> <p>3. Promoção da educação e da interpretação ambiental nas escolas, envolvendo o público escolar em questões sócio ambientais e valores importantes para conservação da natureza;</p> <p>4. Valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza</p>	<p>1. Estabelecimento de um programa de Educação Ambiental compatível com todo o Parque</p> <p>2. Educação e interpretação ambiental com alunos das escolas por meio do teatro-escola</p> <p>3. Em parceria com o MADD reforçar o componente Educação Ambiental no curriculum escolar</p> <p>4. Replicação das EVAs no interior do Parque</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MADD ▪ Governo Regional ▪ Direcção do Parque ▪ IBAP ▪ GPC ▪ CEATA ▪ UICN ▪ ONG's ▪ Comunidades residentes ▪ Associações de Base ▪ Poder tradicional 	<p>1. Um melhor conhecimento por parte das populações residentes e circunvizinhas e o público em geral quanto aos problemas ambientais do Parque;</p> <p>2. Existência no Parque da EVAs</p> <p>3. Existência de revistas, folhetos e programas nos órgãos de comunicação locais e regionais com programas de Educação Ambiental concernente ao Parque</p>	

6.1.12. SUB-COMPONENTE CONSERVAÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES

A economia e a sobrevivência da maior parte da população guineense dependem directamente da exploração da biodiversidade e dos seus recursos. Tanto ao nível macroeconómico como ao nível local, a agricultura e a exploração dos recursos naturais constituem a base do desenvolvimento do país. Os habitats e os ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos do país, abrigam certas espécies raras, vulneráveis e/ou ameaçadas de extinção à escala nacional.

Ao nível do PNC, observa-se uma clara diminuição das formações vegetais em termos quantitativos e qualitativos quase em todo o Parque, em particular na zona costeira. Os factores são vários entre os quais podemos citar a queimada para a agricultura itinerante, exploração da madeira para fins comerciais, aparecimento das grandes plantações de monocultura de caju, aparecimento de novos núcleos populacionais nas zonas de grandes maciços florestais em busca de novas terras para a agricultura, conquista de novas áreas do mangal para a rizicultura de “bolanha” salgada entre outros. A degradação dos ecossistemas terrestres, sobretudo, os florestais é a mais acentuada devido à expansão da monocultura de caju.

A pressão antrópica a que presentemente estão submetidas as formações florestais húmidas objectos da conservação, ficaram claramente evidentes nas discussões tidas com as comunidades, pressão relacionada com um número crescente de novos migrantes, mas também com a aderência a novas culturas (caju), que introduziram mudanças significativas no sistema de pousio, obrigando a uma procura constante de novas terras para a produção de culturas de subsistência, principal fonte dos conflitos entre uma conservação de espécies bem sucedida e os interesses dos produtores (danos provocados pelos animais), já que os habitats em que vivem esses animais acabam por se transformar nos novos campos de cultura e consequentemente destruídos.

A prioridade máxima no domínio deste Programa é a realização de uma zonagem *de facto*, permitindo determinar claramente as zonas de protecção (**superfícies**, bebedouros e corredores de animais), as zonas tampão e as zonas de desenvolvimento, já que na maioria dos casos, **as comunidades vivem nessas matas**.

Neste caso, é necessário articular os interesses respeitantes a conservação e a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

Quadro 15 - Eixos prioritários para Sub-Componente Conservação de Habitats e Espécies

Objectivos preconizados	Eixos Principais de Operacionalização	Principais actores	Condições de sucesso	Custo
<p>Preservação dos habitats e das espécies</p> <p>Protecção de características naturais e culturais locais</p> <p>Manutenção dos serviços ambientais (água, regulação do clima, diminuição da erosão, dentre outros)</p> <p>Promover programas de educação ambiental e de sensibilização</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Zonagem do Parque 2. Definição de áreas pontuais de especial interesse ecológico, tais como zonas de reprodução e de alimentação de espécies aquáticas e terrestres 3. Acções de fiscalização 4. Promoção do ecoturismo; 5. Fortalecimento das organizações de base interessadas na conservação 6. Consolidação das estruturas de gestão participativa 7. Investigação científica 9. Educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • IBAP • CAIA • GPC • INEP • CIPA • DG Ambiente • POL's • Comunidades • Organizações e Institutos Internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disseminação e restituição dos resultados da zonagem a todos os níveis; ➤ Reuniões regulares do Conselho de Gestão e divulgação das decisões saídas das reuniões; ➤ Realização obrigatória de estudos de impacto ambiental, o seu seguimento e avaliação; ➤ Resolução de conflitos por consensos; ➤ Articulação com as autoridades tradicionais e com organizações de base interessadas na conservação; ➤ Capacitação periódica dos membros das organizações locais interessadas na conservação dos habitats e espécies; ➤ Distribuição de alguns dos benefício resultantes do ecoturismo as comunidades em termos de co-financiamento de iniciativas locais de melhoria das condições de vida; ➤ Existência duma capacidade financeira e humana qualificada. 	

6.1.13. SUB-COMPONENTE SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nas condições naturais de um Parque habitado por comunidades étnicas com diferentes valores culturais e empenhos ambientais, um elo de ligação permanente, em termos de comportamentos e práticas em relação a utilização racional e durável dos recursos naturais existentes, é uma comunicação social especializada dirigida, cujos objectivos principais são a formação e informação das comunidades, relembrando-lhes sempre, as regras básicas de vivência numa área de conservação, promovendo discussões em torno dos principais objectivos do parque e dos programas destinados a melhorar a qualidade de vida das comunidades residentes. Daí a importância de um Programa de Sensibilização e Comunicação.

A área do Parque tem vantagens incomparáveis com qualquer zona do país em termos de comunicação social, pois dispõe dum rádio comunitário com uma grande audiência e com capacidade técnica de cobertura total do território, além da primeira e única estação de televisão rural comunitária do país.

A sensibilização ao lado da educação ambiental deve tentar despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Pois ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

Assim ela deve ser uma acção permanente pela qual a comunidade tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela deverá desenvolver-se, mediante uma prática que vincula o sensibilizando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.

Neste aspecto, a sensibilização acompanhada da educação ambiental deve ser um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objectivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao hipopótamo, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e o animal. A sensibilização também poderá estar relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

A deficiência na comunicação e na circulação de informação, limitam a relação não só com outras instituições, grupos socioprofissionais e mesmo em geral com a população, assim como, com actores internacionais. Estas deficiências afectam o potencial de cooperação existentes tanto interna como externamente. Pois, a maior efectividade na circulação de informação e melhoria da comunicação com estes poderiam melhorar e superar estas situações. Isso pressupõe uma melhoria geral do sistema de comunicação, e a criação de suportes adequados de comunicação para cada grupo de intervenientes. Mas também há que reflectir em como melhorar a comunicação e a informação no interior (dentro da Área Protegida e nas estruturas internas do IBAP) mas também, no exterior sobretudo em relação aos actores externos do e ao público em geral. O desenvolvimento

de um programa de informação e comunicação do IBAP e envolvendo a Rede Nacional das Áreas Protegidas parece necessário.

Muito necessariamente deve ser elaborado e implementado um Programa para Informação e Educação Ambiental que atinja resultados satisfatórios em termos de mudanças de atitudes e comportamentos ambientais, o que poderá envolver instituições governamentais, não-governamentais (ONGs), sector privado e grupos comunitários, **através de uma estratégia agressiva e sustentável de Informação, Educação e Comunicação**. A Estratégia IEC, deverá focalizar os eixos prioritários relacionados com a CONSERVAÇÃO da biodiversidade, criando assim um ambiente propício para uma elevada consciencialização, conhecimento, capacidade e compreensão da inter-relação e pertinência da Conservação e Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 16 - Eixos prioritários para o Programa de Sensibilização e Comunicação do Parque Nacional de Cantanhez

Objectivos preconizados	Eixos Principais de Operacionalização	Principais actores	Condições de sucesso	Custo
<p>Promover campanhas de sensibilização nos diversos setores de governo sobre a importância social, ambiental e económica do Parque</p> <p>Estabelecer mecanismos eficazes para documentar conhecimentos e experiências existentes sobre a gestão do Parque, entre os quais, os conhecimentos tradicionais</p> <p>Monitorar e avaliar os impactos dos programas de comunicação, educação e sensibilização para o Parque</p> <p>Assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão</p> <p>Fortalecer os instrumentos existentes de participação e controlo, bem como os de monitoramento e controlo</p> <p>Garantir, em linguagem acessível, a ampla difusão das informações sobre o Parque</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas audiovisuais e radiofónicos de educação ambiental. 2. Discussões temáticas com impacto no comportamento ambiental das comunidades. 3. Informações quotidianas sobre a vida no PNC. 4. Promoção de debates técnicos em relação aos diferentes programas em execução. 5. Cobertura isenta de todos os acontecimentos importantes nas comunidades. 6. Realização de pequenas curtas-metragens destinadas a promoção do Parque como destino turístico. 	<p>IBAP Conservador/Direcção do Parque Conselho de Gestão Autoridades do Estado POL's Comunidades</p>	<p>Existência de verbas destinadas a Sensibilização e Comunicação no orçamento do PNC;</p> <p>Abertura das infra-estruturas de comunicação social a todos os intervenientes no processo de conservação;</p> <p>Capacidade de organização dos diferentes debates e discussões técnicas</p>	

6.1.14. SUB-COMPONENTE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

Uma avaliação é um julgamento de valores; a sua eficácia depende da representatividade dos valores em presença; donde, qualquer avaliação tem que ser participada pelos agentes relevantes que sofrem dos impactes da acção, ou da não acção. O objectivo desta avaliação é dar subsídios aos técnicos de fazer antecipadamente o reconhecimento do perfil da avaliação prevista.

O Seguimento tem por finalidade verificar à justeza da avaliação de certos acções e a eficácia de certas medidas previstas e postas no primeiro plano no quadro da implementação do Parque. Ele se faz com a ajuda dos indicadores de seguimento.

A componente seguimento e avaliação é uma das vertentes fundamentais para avaliar a eficácia das medidas de gestão em implementação, permitindo para a identificação atempada dos factores de desequilíbrios ambientais, permitindo a correcção e a tomada de medidas adequadas.

A componente depende essencialmente da planificação e execução das diferentes acções de conservação e desenvolvimento a serem levados a cabo no Parque.

São necessariamente, vertentes fundamentais para a actividade do Parque Nacional de Cantanhez. Por um lado a investigação é essencial para uma descrição dos valores naturais e antropológico do parque, que poderá despertar o interesse pela área por parte dos visitantes financiadores, por outro lado, a investigação serve para identificar problemas e apontar soluções a ser implementada através das actividades de gestão do parque. A investigação confere pois um suporte científico as decisões referente a regulamentação das actividades ou escolha de prioridades de intervenção. Finalmente, a investigação e monitorização são instrumentos essenciais para avaliar a eficácia das medidas de gestão que vão ser implementadas para detenção atempada dos factores de desequilíbrio ambientais. Quando integra uma rede mais vasto do plano de monitorização, para o seguimento, numa determinada área protegida contribui também para a monitorização do estado de ambiente a nível Regional mesmo global.

O Programa de seguimento e avaliação constitui um poderoso instrumento na avaliação do desempenho dos diferentes programas elaborados e permite uma detecção atempada dos diferentes problemas, permitindo a correcção ou a modificação dos programas de forma a atingirem os objectivos preconizados, evitando-se os desequilíbrios tendentes a ter impactos negativos nos objectivos estabelecidos.

As actividades de monitoria servem para assegurar que as actividades contidas no Plano de Acção sejam implementadas de forma faseada e estão direccionadas para o alcance do objectivo global do plano.

Quadro 17 - Eixos prioritários para Sub-Componente Seguimento e Avaliação

Objectivos preconizados	Eixos Principais de Operacionalização	Principais actores	Condições de sucesso	Custo
<p>Avaliar as ferramentas de planeamento existentes e propor novas ferramentas considerando a dinâmica do Parque</p> <p>Estabelecer e implementar estratégias de seguimento e avaliação.</p> <p>Realizar avaliações das necessidades de capacitação e recursos humanos para o Parque.</p>	<p>Capacitar, qualificar e ampliar o corpo técnico responsável pelo planeamento e gestão do Parque.</p> <p>Intercâmbios e outras formas de integração entre as diferentes experiências no tema educação ambiental, sensibilização e controlo ambiental e social no Parque.</p> <p>Directrizes de formação continuada para os órgãos gestores do Parque.</p> <p>Desenvolver e implementar um sistema de fiscalização e controle efetivos para o Parque.</p>	<p>MADD</p> <p>IBAP</p> <p>POLs</p> <p>ONGs</p> <p>GPC</p> <p>AAAC</p> <p>MAPF</p>	<p>A existência de pessoal habilitado para o seguimento e avaliação;</p> <p>A pré-disposição para uma avaliação e seguimento independente;</p> <p>Estudos comparativos sobre a situação dos habitats e ecologias:</p> <p>Meios financeiros e logísticos.</p>	

PARTE III: PROCEDIMENTOS DE MONITORIA, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

SEÇÃO VII: PLANO DE NEGOCIO E SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

Uma área protegida para além de oferecer uma gama de bens e serviços ecológicos, preservando ao mesmo tempo o património natural e cultural, pode contribuir para a redução da pobreza, proporcionando oportunidades de emprego e atividades alternativas geradoras de rendimentos para as pessoas que vivem dentro e ao redor dela.

Os Planos de Negócios, também conhecidos como “Business Plans”, são ferramentas de gestão utilizadas em todos os setores da economia, e tem por objectivo demonstrar a eficácia de uma determinada actividade a longo prazo. No mundo da economia clássica, os banqueiros decidem ou não financiar um projeto ou uma empresa através da análise detalhada dos pontos fortes e fracos do Plano de Negócios.

Desta forma, pretendem assegurar-se da viabilidade financeira da iniciativa bem como da qualidade da estratégia proposta.

Aplicados às áreas protegidas ou redes de áreas protegidas, os Planos de Negócios são complementos aos Planos de Ordenamento e Gestão que permitem maximizar os resultados ambientais num contexto financeiro limitado, geralmente muito centrado no curto prazo.

Especificamente, o Plano de Negócios deve ajudar a perspetivar num período de 5 a 10 anos, as despesas anuais previstas (investimento, pessoal, funcionamento, custos adicionais para realizar as atividades) e as receitas esperadas (autofinanciamento, financiamento público do orçamento do Estado, doadores bilaterais e multilaterais, outros mecanismos de financiamento). Permite desta forma desenvolver uma estratégia abrangente com vista à implementação dos objectivos de gestão estabelecidos nos Planos de Ordenamento e Gestão e modular a atividade da área protegida em função dos recursos disponíveis ou dar início a medidas proativas para cobrar os fundos perdidos. A planificação financeira a longo prazo fornece ao gestor de área protegida, indicadores que podem, para maximizar a utilização dos seus recursos naturais e tornar a conservação mais eficiente, eficaz e efetivo.

7.1. RECURSOS (HUMANO E FINANCEIRO) PARA O FUNCIONAMENTO DO PNC

Em termos de recursos humanos, actualmente ao nível do Parque Nacional de Cantanhez, existe uma Direcção composta por um Director, contendo um motorista e uma empregada de limpeza.

Em relação aos maciços florestais, constata-se a existência de 16 matas, o que fez com que haja um contingente de guardas comunitários correspondente ao mesmo numero de matas, 16 guardas comunitários ao todo (Um guarda comunitário para cada mata).

Os 16 guardas comunitários exercem as funções de fiscalização nas 16 matas existentes gratuitamente, isto quer dizer que não usufruem de nenhum tipo de salário, pois, so usufruem de algum per-diem durante as missões.

Para futuro, está-se a pensar em transformar esses guardas comunitários em guarda-parques. Assim como pretende-se reduzir o número de guardas de 16 para 7 provisoriamente. Também se pretende contratar 2 marinheiros para a vedeta do Parque e 2 guardas nocturnos para a futura sede do Parque.

A Direcção do Parque desde a sua criação até a data presente, nunca teve um fundo próprio para o seu funcionamento, pois tem estado a funcionar com o apoio do IBAP sobretudo em combustível para as deslocações e fiscalizações no interior do Parque e fora dos limites do mesmo. Aguarda-se um financiamento para o Parque através do fundo GEF5.

7.2. FORMAÇÃO/CAPACITRAÇÃO

O reforço de capacidades é sem dúvida a vertente mais determinante para a implementação do Plano sobre a Biodiversidade. O ponto da situação sobre as capacidades no domínio da Conservação revela que:

- Existe uma fraca qualificação e especialização de recursos humanos para intervirem no domínio da gestão e conservação da biodiversidade; e
- O quadro jurídico apropriado que regulamente as questões relativas a biodiversidade precisa ser actualizado e revisto.

Na base desta constatação é mister elaborar e implementar uma política realista de capacitação de recurso humanos afectos ao Parque.

A Direcção de Áreas Protegidas tem o objectivo de promover as áreas protegidas como estratégia para conservação da biodiversidade, aliada ao desenvolvimento local. As linhas de actuação do IBAP envolvem a criação, o planeamento e a gestão das áreas protegidas, para tal deverão ser desenvolvidas as seguintes actividades:

- Promover a capacitação dos membros do sistema de gestão das áreas protegidas para que possam actuar de acordo com os princípios, directrizes e prioridades dos Parques;
- Apoiar projectos demonstrativos e de capacitação, especialmente nas áreas de ecoturismo, conservação e recuperação de águas e florestas, valorização cultural, agro-ecologia, consumo sustentável, manejo de recursos naturais e outros que tenham nas comunidades e instituições locais seus principais actores e beneficiários;
- Promover a capacitação e o intercâmbio de experiências envolvendo agentes locais, técnicos de entidades parceiras e outros para a conservação, recuperação e manejo sustentável do Parque;
- Constatou-se uma necessidade de reforço de técnicos especialistas ao Parque e formação mais frequente e especializada dos actuais técnicos e Guardas-Parque, permitindo-lhes o melhor acompanhamento das missões científicas que têm frequentado o Parque.

7.3. FUNCIONAMENTO, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

No que diz respeito aos materiais e equipamento, é de salientar que a Direcção do Parque tem a sua disposição uma viatura todo terreno do IBAP, um computador pessoal (do Director), uma cama e algumas loiças.

Prevê-se no quadro do GPCA, a compra de equipamentos para a sede do Parque, assim como de materiais consumíveis e construção da sede do Parque.

A Direcção do Parque desde a sua criação até a data presente, nunca teve um fundo próprio para o seu funcionamento, pois tem estado a funcionar com o apoio do IBAP sobretudo em combustível para as deslocações e fiscalizações no interior do Parque e fora dos limites do mesmo. Aguarda-se um financiamento para o Parque através do fundo GEF5.

Com os financiamentos esperados dos parceiros do Parque /IBAP, pensa-se em adquirir duas canoas com motor fora de bordo (75 Cavalos) para as tabancas de Ilhéu de Melo e de Cafine, duas bicicletas para os guardas nocturnos e uma espingarda. Também pensa-se na instalação de Internet e aquisição e instalação de uma Unidade de comunicação sistema de VHF.

No quadro do Ecoturismo o Parque dispõe de 6 (seis) bicicletas, 1 (um) binóculos, 2 (dois) livros de guia ecoturística mais 3 (três) binóculos disponibilizados pelo IBAP, 2 (duas) câmaras digitais e 1 (um) GPS.

7.4. CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS

A Direcção do Parque Nacional de Cantanhez desde a sua criação em Novembro de 2013 até a data presente, sempre funcionou nas instalações alugadas de AD “Acção para o Desenvolvimento” na tabanca de Iemberem. Instalações essas que serviram tanto de alojamento como serviço para o Director do Parque.

Com os financiamentos esperados dos parceiros do Parque /IBAP, pensa-se na construção de uma sede própria equipado com painéis solares e água potável, um posto avançado de fiscalização no Ilhéu de Melo e uma casa de marinheiros na tabanca de Cam Cote.

Pensa-se ainda na construção de um posto de acolhimento também equipado com painéis solares na tabanca de Balana, tendo disponível um poço de água potável, um armazém e um bantaba de reuniões.

7.5. PLANO DA MONITORIA /SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DE INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O sistema de acompanhamento deve permitir a recolha e análise de informações para que se possa tomar as decisões mais correctas e acertadas e melhorar a gestão do Parque.

A eficiência deste sistema de acompanhamento traduz na prática, um domínio total sobre o Plano e sobre a implementação efectiva das actividades que o compõe permitindo assim a correcção atempada de possíveis desvios no processo de implementação.

Os meios que irão ser utilizados e que irão permitir um acompanhamento sistemático e contínuo do Plano pela Direcção do Parque na execução e coordenação, são os seguintes:

a) Plano de actividades

Os planos de actividades devem ser elaborados e programados em períodos de tempo definidos

b) Relatórios

Os relatórios constituem um importante instrumento de acompanhamento do Plano e devem ser apresentados trimestralmente, descrevendo de uma forma sumária o estado de execução das actividades assim como previstas no plano anual.

Para além do relatório trimestral, deve-se elaborar relatórios parciais mensais conforme a periodicidade dos planos parciais.

c) Visitas de trabalho

As visitas de trabalho à zona de implementação das actividades do Parque devem coincidir com o período de apresentação dos relatórios parciais.

d) Encontros de trabalho

Os encontros de trabalho entre a administração central do programa e os executores do Plano no Parque, deverão ser efectuados periodicamente.

A Avaliação, é um exame crítico das informações recolhidas durante o processo de acompanhamento - monitoring. Ela irá permitir fazer uma análise daquilo que já se fez e compará-lo com o plano.

Em termos de periodicidade no âmbito deste Plano, se propõe avaliações semestrais ou anuais e com especial atenção ao último semestre de implementação do Plano.

7.6. SISTEMA OPERACIONAL DE AVALIAÇÃO ANUAL E FINAL DE PLANO DE GESTÃO

A implementação das actividades ligadas ao domínio da conservação por parte da Direcção do Parque, deverá seguir um espírito de colectivismo com uma participação colaborativa e multisectorial, de forma a se tirar o máximo de vantagens possíveis das capacidades existentes e criar sinergias; tendo como principais linhas de orientação:

- ✓ O reforço da capacidade de intervenção para dar resposta aos principais problemas ligados à conservação da biodiversidade;
- ✓ A recolha sistemática e divulgação de informação que seja a base de um progressivo conhecimento do sector e sirva de soluções adequadas para as questões da conservação da biodiversidade;
- ✓ O reforço da capacidade humana e institucional interna para atingir os objectivos preconizados;
- ✓ Uma activa coordenação e cooperação local, nacional e internacional;
- ✓ O desenvolvimento de instrumentos que garantam uma distribuição justa e equitativa;
- ✓ Estabelecer uma matriz que envolva as principais questões ligadas à conservação da biodiversidade e uma estratégia que permita de uma forma coerente e sistemática ir fazendo a sua avaliação e o estabelecimento de medidas/projectos que resolvam parte dos problemas detectados.

7. BIBLIOGRAFIA

8. ANEXOS

8.1. Matriz de planificação ou Quadro lógico do Plano de Gestão

8.2. Lista de espécies de Flora

8.3. Lista de espécies de Fauna